

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA  
HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Camila Dellagnese Prates**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

# **IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA**

**Camila Dellagnese Prates**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais**

**Orientador: Prof. Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Dissertação de Mestrado

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA  
DONA FRANCISCA**

elaborada por

**Camila Dellagnese Prates**

**Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Ciências Sociais  
Comissão Examinadora:**

---

**Professor Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**

---

**Professor Dr.<sup>a</sup>. Mari Cleise Sandalowski (UFSM)**

---

**Professor Dr. Francis Moraes de Almeida (UFSM)**

Santa Maria, 25 de março de 2011.

## **Agradecimentos**

Primeiramente agradeço aos meus pais Cláudia e Giovani e à minha irmã Natália que foram essenciais para minha formação dentro e fora da academia;

Agradeço também ao meu orientador que se manteve perseverante durante o período de realização desta pesquisa;

Às minhas colegas de linha de pesquisa: Tainá e Tanise;

Aos amigos: Daiane, Marcos, Márcio, Fabrício pelos cafés e conversas sociológicas;

Aos colegas que me auxiliaram no trabalho de campo: Eduardo, Graziela, Marcos, Daiane, Leandro, Natália, Fabiane, Cássia;

Aos reassentados que, gentilmente, nos acolheram em suas casas e disponibilizaram de seu tempo para responder aos nossos questionamentos;

Aos entrevistados dos órgãos estaduais dos municípios de Jóia, Tupanciretã e Salto do Jacuí;

A CAPES, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e, também à banca que analisou e realizou apontamentos sobre esse trabalho que se mostraram bastante pertinentes.

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Santa Maria  
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA  
AUTORA: CAMILA DELLAGNESE PRATES  
ORIENTADOR: JOÃO VICENTE RIBEIRO BARROSO DA COSTA LIMA  
Data e local da defesa: Santa Maria, 25 de março de 2011

Este trabalho tem por finalidade analisar os impactos socioambientais causados em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, situada na região central do Rio Grande do Sul, Brasil. Esse trabalho conta inicialmente com a leitura detalhada dos relatórios de impacto ambiental, da usina em questão, para compreender como os indivíduos que escolheram o reassentamento por grandes lotes, são compreendidos pelos estudos. Complementando essa primeira análise, juntamente com a revisão bibliográfica dos autores que teorizam sobre uma sociologia geral, como Anthony Giddens, e através de autores selecionados para complementar a idéia do mesmo, como Ignacy Sachs, Ulrich Beck, Amartya Sen. Esses autores serão utilizados no empreendimento desse trabalho, que visa um refinamento das ferramentas utilizadas pelos estudos de impacto ambiental. Refinamento que é alcançado pelo pesquisador através da análise da racionalidade dos indivíduos que vivem nos reassentamentos. A compreensão é direcionada sobre as alterações e os impactos socioambientais que eles sentiram e que convivem, dez anos após o reassentamento. Alguns aspectos da racionalidade foram obtidos a partir de um questionário estruturado contendo perguntas fechadas e abertas. A parte fechada consistiu em uma descrição de questões estruturais e de fenômenos sociais que circundam o reassentado e sua comunidade. A parte aberta contou com questões que exigiam do entrevistado um exercício de rememoração do processo de reassentamento, através de sua situação social e econômica atual. Além disso, contou com uma atividade de projeção do que espera para seu futuro, frente suas expectativas de qualidade de vida. Constatou-se com essa pesquisa que a parte fechada, analisada descritivamente através do SPSS, e a parte aberta complementaram-se de modo a deixar claro alguns pontos de reflexão sobre o objeto. Utilizando a abordagem de Amartya Sen para realizar a clivagem analítica dos impactos socioambientais na qualidade de vida dos reassentados, foi possível compreender que os indivíduos analisados, de forma geral, não se encaixam na idealização de desenvolvimento humano de Amartya Sen. Sobretudo é possível compreender que outras formas de buscar o desenvolvimento, que não a econômica são pouco apontadas como “saídas” para seus problemas. A pesquisa assinala através do recorte epistemológico dado, o que é necessário fortalecer nos estudos de impacto ambiental, utilizando para isso, casos já existentes e análise dos problemas socioambientais, partindo do entendimento de quem o vive. A utilização deste saber local, juntamente com o resgate histórico das práticas sociais e econômicas no local de origem desses indivíduos são recursos mínimos para serem contemplados na formatação de medidas mitigadoras para indivíduos que vivem situações semelhantes.

Palavras-chave: Impacto socioambiental, racionalidade, qualidade de vida.

## **ABSTRACT**

Master's dissertation  
Post Graduation Program in Social Sciences  
Federal University of Santa Maria  
**ENVIRONMENTAL AND SOCIAL IMPACT OF HIDROELECTRIC POWER PLANT  
FROM DONA FRANCISCA**  
**AUTHOR: CAMILA DELLAGNESE PRATES**  
**ADVISOR: JOÃO VICENTE RIBEIRO BARROSO DA COSTA LIMA**  
Date and place: Santa Maria, March, 25<sup>th</sup>, 2011

This present work has as main objective to engage in the environmental and social impacts analysis caused by the construction of the Dona Francisca hydroelectric power plant situated in the central region of the Rio Grande do Sul state, Brazil. Initially, the work is based on reports of social impacts of the Dona Francisca hydroelectric power plant, to comprehend how the individuals that had chosen the relocation based on great lot amount are studied and understood. Complementing this first analysis and the bibliographical review of authors that study general sociology, as Antony Giddens, Ignacy Sachs, Ulrich Beck and Amartya Sen to complement the same theories. These authors will help me to scope the tools used to analyse the social and environmental studies by studying the affected individuals. The rationality was captured based on a structured questionário containing closed and opened questions. The closed questions part consisted in a description of the structural issue and social phenomenon that surround the resettled and its community. The opened questions explored issues that demanded a recall from the resettlement, by considering the current social and economical life and also a projection of their future. The data showed that considering both closed and opened questions, it is clear some reflection points about the object. It was used the approach of Amartya Sen to make an analytical cleavage of the impacts in their lives. The data demonstrated that in a general way, the individuals don't fit in the theory of human development from Amartya Sen. Considering that, it is possible to comprehend that the resettled individuals chase development through the economical activities. The research demonstrates through epistemological data that it is necessary to strengthen the social and environmental studies by using cases that exist already. These type of work would improve some solutions to those individuals.

Key words: social and environmental impact, rationality, quality of life.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Número de amostras por reassentamento .....	79
Gráfico 2: Gráfico do grau de escolaridade dos reassentados .....	83
Gráfico 3: Gráfico do tamanho dos lotes.....	85
Gráfico 4: Gráfico da renda dos reassentados .....	86
Gráfico 5: Situação do lixo nos reassentamentos .....	91
Gráfico 6: Gráfico dos problemas sociais nos reassentamentos .....	95
Gráfico 7: Gráfico das causas dos problemas sociais nos reassentamentos .....	96
Gráfico 8: condições de saúde nos reassentamentos .....	97
Gráfico 9: Gráfico das condições de segurança nos reassentamentos .....	98
Gráfico 10: Condições de transporte nos reassentamentos .....	98
Gráfico 11: Relacionamentos dos reassentados entre si .....	100
Gráfico 12: Gráfico do reconhecimento público sobre os reassentados .....	101
Gráfico 13: Gráfico referente ao tempo livre dos reassentados .....	102
Gráfico 14: Gráfico do relacionamento dos reassentados com as instituições.....	103
Gráfico 15: Gráfico do contexto da vida econômica dos reassentados na situação atual .....	104
Gráfico 16: Gráfico da participação dos reassentados na vida pública .....	105
Gráfico 17: Gráfico das necessidades pessoais dos reassentados .....	106
Gráfico 18: Gráfico da representação do reassentamento para os reassentados .....	107
Gráfico 19: Gráfico do número de evasão nos reassentamentos (por município).....	110
Gráfico 20: Gráfico sobre a visão do reassentado a respeito da criação da Usina Hidrelétrica Dona Francisca.	112
Gráfico 21: Renda dos reassentados .....	116
Gráfico 22: Condições de saúde .....	121
Gráfico 23: Escolaridade: ensino fundamental .....	122
Gráfico 24: Reconhecimento público considerado negativo.....	1
Gráfico 25: Reconhecimento público considerado excelente.....	125
Gráfico 26: Condições de bem-estar apontados positivamente .....	127
Gráfico 27: Condições de bem-estar e renda que melhoraram consideravelmente .....	127

Gráfico 28: Sobre participação política .....	129
Gráfico 28: Relacionamento com instituições .....	130
Gráfico 29: Orientação sobre uso sustentável no lote .....	131



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Quadro de análise da qualidade de vida .....

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Número de reassentados a serem entrevistados.....	78
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEFESA	Dona Francisca Energética S/A
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
COPTec	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Limitada
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS
CSMA	Conselho Superior do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis
UHE	Usina Hidrelétrica
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
LO	Licença de Operação
LI	Licença de Instalação
LP	Licença Prévia
ONU	Organização das Nações Unidas
APP	Áreas de Preservação Permanente
GRA	Gabinete da Reforma Agrária
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução do Desenvolvimento
PNB	Produto Nacional Bruto
FSC	Conselho de Manejo Florestal
PIB	Produto Interno Bruto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IQV	Índice de Qualidade de Vida
NEPA	National Environment Policy Act
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo 1: Funcionamento de uma hidrelétrica: .....	160
Anexo 2- Atividades que exigem Estudos de Impactos Ambientais juntamente com seu Relatório de Impacto Ambiental .....	161
Anexo 3: Termo de concessão de uso .....	162
Anexo 4: Entrevista aplicada nos reassentamentos:.....	163
Anexo 5: Localização da Usina Hidrelétrica Dona Francisca.....	169

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I- SOCIEDADE SUSTENTÁVEL E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS .....</b>	<b>21</b>
1.1. <i>Introdução à Sociologia ambiental e a noção de desenvolvimento sustentável .....</i>	21
1.2 - <i>Abordagem da sociedade do risco para análise de impactos.....</i>	29
1.3- <i>Hidroeletricidade e a Legislação ambiental brasileira e suas ferramentas: Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório de Impacto Ambiental .....</i>	36
1.4. <i>Relatório de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica Dona Francisca e estudos sobre a hidrelétrica ....</i>	45
<b>CAPÍTULO II - POR UMA SOCIOLOGIA DOS MODELOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO .....</b>	<b>51</b>
2.1- <i>A racionalidade nos moldes da teoria da estruturação.....</i>	55
2.2- <i>Desejos e oportunidades frente ao reassentamento compulsório .....</i>	60
2.3- <i>Mensuração da qualidade de vida nos estudos de impacto socioambiental. ....</i>	67
2.4- <i>Análise da qualidade de vida baseado em indicadores. ....</i>	72
<b>CAPÍTULO 3- METODOLOGIA APLICADA APLICADA NA PESQUISA EMPÍRICA, DESCRIÇÃO DOS REASSENTADOS E PRIMEIRAS ANÁLISES .....</b>	<b>77</b>
3.1- <i>Metodologia aplicada na pesquisa empírica.....</i>	78
3.2- <i>Descrição do reassentado.....</i>	80
3.2.1- <i>Infra-estrutura presente nos lotes do reassentamento .....</i>	89
3.2.2- <i>Panorama das condições materiais dos reassentados .....</i>	92
3.2.3- <i>Análise entre a interação dos reassentados com a estrutura social do reassentamento: .....</i>	94
3.2.4- <i>Relacionamento do reassentado com a comunidade: .....</i>	99
3.2.5- <i>O reassentado interagindo em seu ambiente econômico:.....</i>	102
3.2.6- <i>Questões de produção e Sustentabilidade .....</i>	110
3.3- <i>Análise baseada nos moldes de Amartya Sen: .....</i>	113
3.3.1- <i>Análise das condições materiais dos reassentamentos.....</i>	118
3.3.2- <i>Análise das necessidades sociais dos reassentados .....</i>	124
3.3.3- <i>Retrato das condições para crescimento pessoal nos reassentamentos .....</i>	128
<b>CAPÍTULO 4- TIPOLOGIA DA RACIONALIDADE DO REASSENTADOS E SEUS RESPECTIVOS NÍVEIS DISCURSIVOS .....</b>	<b>134</b>
4.1 - <i>Nível 1- racionalidade da experiência do evento histórico-econômico do reassentamento.....</i>	135
4.2- <i>Nível 2- racionalidade da organização da vida e da qualidade de vida desfrutada no presente .....</i>	140
4.3- <i>Nível três: racionalidade da projeção da vida futura segundo os parâmetros de felicidade e bem-estar dos reassentados. ....</i>	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>160</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo aqui empreendido propõe, a partir da compreensão do processo de racionalização dos reassentados, como são sentidos os impactos socioambientais gerados pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dona Francisca. Este é um empreendimento construído entre os municípios de Agudo e Nova Palma<sup>1</sup>, situado na região central do Rio Grande do Sul, Brasil. O presente trabalho contempla, a partir do estudo bibliográfico e da aplicação de um questionário estruturado, como os indivíduos que foram afetados diretamente com o realocamento compulsório refletem sobre o evento, dez anos após sua ocorrência. Para tanto, essa pesquisa, de natureza sociológica, problematiza a noção de impactos socioambientais acerca das populações atingidas pelo reassentamento que teve origem com a construção da barragem da UHE Dona Francisca<sup>2</sup>, e que participaram do reassentamento coletivo, rotulado, por documentos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), de reassentamentos “em grandes áreas”.

O empreendimento em questão afetou seis municípios, sendo eles: Agudo, Ibarama, Arroio do Tigre, Pinhal Grande, Nova Palma, e Estrela Velha; contabilizando, segundo o observatório sócio-ambiental de barragens<sup>3</sup>, mais de 518 propriedades rurais; 440 famílias; contabilizando um total de 2.709 pessoas diretamente atingidas. Assumindo a dimensão da construção e dos impactos que o realocamento dessa população pode gerar, realizou-se um recorte na pesquisa visando realizar uma análise sociológica dos indivíduos que aderiram aos reassentamentos coletivos. O recorte foi realizado devido à impossibilidade<sup>4</sup> dessa pesquisa de atingir todos os indivíduos que foram realocados pelo empreendimento. Assim, a pesquisa contempla os cinco reassentamentos, que estão concentrados em três municípios: 1) Jóia I- 31 de maio; e 2) Jóia II- Novo amanhecer no município de Jóia- RS; 3) Tupã I- pôr-do-sol; e 4) Tupã II- Cachoeirinha, ambos localizados no município de Tupanciretã; e o reassentamento 5) Luz do amanhecer, situado no município de Salto do Jacuí.

---

<sup>1</sup> Ver anexo 5.

<sup>2</sup> Ela ocupa o potencial hidráulico do rio Jacuí e a capacidade instalada de produção energética é de 125 MW, sendo considerada uma hidrelétrica de porte médio. Ainda conta com uma área inundada de 20 km<sup>2</sup> e a altura do reservatório chega a 57 metros de profundidade.

<sup>3</sup> <http://www.observabarragem.ippur.ufjf.br/barragens/9/dona-francisca> Acessado a partir de 10/08/2010

<sup>4</sup> Devido ao tempo iniciado o processo de reassentamento, à complexidade de encontrar essas pessoas devido ao tempo e aos recursos disponíveis para a consecução desta pesquisa.

A pesquisa se direciona para compreensão de como vivem hoje as famílias que foram reassentadas em lotes individuais nos cinco reassentamentos apontados. Nesse sentido, a problemática dessa pesquisa levanta algumas questões sobre a realização de empreendimentos que proporciona aos indivíduos a sofrerem impactos significativos, e por vezes, irreversíveis em seu estilo de vida. Assim, entende-se que é necessário um cuidado específico ao analisar os estudos realizados para que esse tipo de empreendimento se torne realidade, ou seja, que eles sejam realizados a contento e com o auxílio dos indivíduos mais afetados com os impactos negativos gerados pelo empreendimento.

A pesquisa é direcionada para responder um questionamento recorrente durante as leituras dos textos, selecionados para a consecução deste trabalho, que é referente aos métodos utilizados para compreender os indivíduos atingidos pelo alagamento de suas terras para dar lugar ao barramento do rio Jacuí. Assim, os estudos realizados sobre os impactos negativos, vivenciados pelos indivíduos que optaram pelo reassentamento em grandes áreas, se deram de forma eficiente? Nesse sentido, questiona-se sobre como os indivíduos atingidos têm suas vidas alteradas por esse tipo de empreendimento e se elas conseguem ser atenuadas por estudos que compreendam sua forma de vida, antes do alagamento de suas terras. Deste modo, as hipóteses que norteiam esse trabalho são referentes à etapa primária de captação de dados e de estudo dessas populações, assim: (1) acredita-se que os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) obrigatórios, do ponto de vista legal, realizados sobre as populações afetadas diretamente, são superficiais em sua extensão e profundidade de análise deixando de obter de maneira substancial os possíveis impactos sociais que a construção do projeto causou na vida desses indivíduos; (2) que a realização dos EIA/RIMA se mostram limitados porque a dimensão humana no contexto desses estudos é subvalorizada de tal maneira (2.1.) que ocupam uma proporção mínima no conjunto das abordagens feitas comparativamente às preocupações postas no plano biofísico e, (2.2.) as categorias de análise empregadas são redutoras e incipientes.

Portanto, atenta-se para a possibilidade de não ter havido sensibilidade de estudar as características específicas dos grupos sociais, pertinentes aos territórios alagados, acarretando em faltas graves ao mensurar os impactos negativos, como por exemplo, análise incoerente das formas de sociabilidade nos diferentes municípios afetados, na produção econômica praticadas pelos indivíduos, nas formas culturais exercitadas pelos moradores em seu cotidiano. Essas incoerências de análise da realidade social podem ser vista de forma a desfavorecer o estudo inicial, como ferramenta apta a formular com eficiência as medidas



mitigadoras, provocando uma análise incompleta das consequências reais sobre a população diretamente afetada pelo empreendimento, alterando negativamente sua qualidade de vida<sup>5</sup>.

É importante ressaltar, contudo, que os meios legais que cercam os estudos preliminares e que tem por objetivo compreender os impactos ambientais, sociais, culturais, como o EIA/RIMA, são ferramentas importantes de análise e de prevenção pertinentes à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Elas são fundamentais para entender o evento e seus impactos positivos e negativos na vida dessas pessoas, e ao mesmo tempo, eles podem ser considerados o ponto de partida para que se possa formular uma melhoria na metodologia aplicativa a empreendimentos geradores de impactos, na situação de reassentamento compulsório da população, no entanto, é necessário que se tenha a sensibilidade de compreendê-los para além das obrigatoriedades exigidas. Logo, para tornar as ferramentas cada vez mais eficientes faz-se necessário “estarmos abertos”, ou seja, que as instâncias regulamentadoras considerem que a ferramenta analítica possa ser questionada e aprimorada para buscar métodos cada vez mais refinados. Pretende-se dessa forma que, ao captar como foi entendida a população afetada, seja possível dimensionar se suas necessidades básicas foram minimamente supridas, para que ao final desse trabalho possamos apontar as possíveis falhas nas técnicas de captação dos dados (com base nas informações disponibilizadas através do RIMA) para que os mesmos sejam repensados quando forem utilizados na consecução e aplicação de uma ferramenta que será aplicada a novas pesquisas. Isso poderá beneficiar positivamente as pessoas que estão passando por situação semelhante em decorrência dos impactos socioambientais provenientes dos alargamentos de construções hidrelétricas.

Do ponto de vista metodológico o trabalho está estruturado para, *a priori* realizar um levantamento dos documentos utilizados para a realização do EIA/RIMA, onde serão articuladas as dimensões objetivas do evento, como o realocamento compulsório, além de contemplar as dimensões subjetivas, como as práticas culturais, econômicas e de sociabilidade, que são apontadas pelos estudos, para que o deslocamento seja realizado e para que a construção da UHE Dona Francisca seja possível; revisão bibliográfica de documentos relacionados à hidroeletricidade, por meio de documentos no qual estão inseridas diretrizes sobre o tema dos impactos e do realocamento, em órgãos como a Companhia Estadual de

---

<sup>5</sup> Qualidade de vida é compreendida nos moldes de Amartya Sen (2000) e de Selene Herculano (2000), eles não se referem somente com ganho econômico do indivíduo, mas também como cada um compreende sua situação atual de vida, em relação às questões estruturais da comunidade em que vivem (saúde, transporte, moradia, educação), de acordo com as oportunidades que têm acesso, e também formas subjetivas como o modo como eles se relacionam com os outros indivíduos que vivem em sua comunidade, com as instituições que prestam auxílio a eles, etc.

Energia Elétrica (CEEE) e a FEPAM, além de utilizar referências de diretrizes analíticas em estudos realizados no meio acadêmico sobre o assunto.

O foco fundamental da pesquisa é captar como os indivíduos afetados racionalizam/interpretam todo um conjunto de eventos que dão contorno ao grande empreendimento da UHE Dona Francisca. Para tanto serão aplicadas entrevistas contendo uma parte fechada que vai ser utilizada para mensurar dados socioeconômicos, dados que captem a interação do reassentado na comunidade que ele se encontra, do ambiente econômico que os reassentados estão inseridos. O objetivo das entrevistas é captar as expectativas criadas, das primeiras negociações, no início da construção do empreendimento, do seu desenvolvimento através da realização dos reassentamentos, e quando da entrega da obra. Por fim buscaremos captar a compreensão do reassentado no decorrer de todo o processo até hoje, através de um exercício de rememoração, dez anos após a sua realização.

Do ponto de vista teórico foi realizada uma reflexão sobre as teorias sociológicas de Jon Elster, Ulrich Beck e Anthony Giddens, e suas categorizações formuladas, que são contextualizadas com idéias que procuram entender o universo social e suas relações dentro do contexto de globalização e de modernização reflexiva; além das discussões propriamente mais dirigidas as temáticas da sustentabilidade, como as empreendidas por Ignacy Sachs. Todas essas teorias são utilizadas para circundar o indivíduo que teve de ser reassentado, e situá-lo em um contexto mais difuso dos interesses econômicos e políticos que ultrapassam o tempo e o espaço de suas experiências cotidianas. Ao fim pretendem-se apresentar resultados mais consolidados da pesquisa (a partir da revisão bibliográfica e da inserção em campo) que espelham o uso de um modelo analítico que apreende, de um ponto de vista situado e micro, como as unidades familiares elaboraram racionalmente este evento que se lhes impactaram e, de outro lado, empreende na forma de interpretar esse evento (a construção, deslocamento populacional compulsório, reassentamento) no contexto do desenvolvimento brasileiro.

Os capítulos foram organizados de forma a contemplar o assunto da seguinte maneira: O capítulo 1 versa uma breve introdução às ideias presentes na sociologia econômica e na sociologia ambiental, nele, estão expostas noções que expõem elementos de racionalidade<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Racionalidade é um conceito que primeiramente foi utilizado por Weber que denota a ação social que precede o comportamento econômico, ou seja, é a forma que os indivíduos encontram de prever os acontecimentos para gerar resultados que maximizem seus ganhos no plano econômico. Assim, A racionalização como Weber (1992) a compreende, é resultado de uma união de características peculiares do mundo ocidental proveniente de sua fase de industrialização moderna, e que oferece a sociedade demasiada especialização científica e diferenciação técnica do trabalho, gerando um desencantamento do mundo sobre o indivíduo quanto a questões diversas. No entanto, esse conceito vai ser trabalhado visando a racionalidade dos reassentados no sentido de como eles compreendem a situação que passaram e como vivem e organizam sua vida atualmente.

presente nos indivíduos que tiveram suas vidas alteradas pelo grande empreendimento. Essa análise é importante para compreender como a dimensão social é afetada pelo evento econômico em questão. Os autores utilizados para demarcar a sociologia em seu plano econômico, foram Mark Granovetter e Pierre Bourdieu, e na sociologia ambiental foi Ignacy Sachs. Logo após encontra-se uma discussão entre a legislação ambiental brasileira na busca pelo de conceito impactos socioambientais para circundar teoricamente o que é procurado na pesquisa de campo.

O capítulo 2 refere-se à teoria dos autores Anthony Giddens e Jon Elster que proporcionam categorizações das ações dos indivíduos e os entendem como agentes transformadores da realidade social e, para finalizar o capítulo, une-se essas teorizações com a ideia de desenvolvimento humano, em um plano macro, com a teoria de Amartya Sen, e num plano micro e situado de Selene Herculano. Esse capítulo é fundamental para formular as bases de um modelo sociológico que visa a analisar os impactos socioambientais sofridos por essa população.

No capítulo 3 foram analisados os dados empíricos, captados nos reassentamentos, através do modelo teórico de avaliação de impactos, aplicando as categorias apreendidas com as teorizações dos autores anteriormente citados. Nele serão apresentados e discutidos as questões extraídas da parte objetiva com o auxílio do programa de computador clamado Pacote estatístico para as ciências sociais<sup>7</sup>, o SPSS. Esse exercício é favorável para compreender a estrutura social que envolve os reassentados atualmente e da forma como eles a compreendem.

No capítulo quatro foi realizada a análise da racionalidade dos reassentados, e nele serão apresentados e discutidos os impactos socioambientais que as populações afetadas entendem com relevantes para a alteração da qualidade de vida. Esse exercício força o entrevistado a realizar uma lembrança da forma que se vivia antes de serem reassentados. Isso será captado pela pesquisa empírica, e transposta para a teoria a fim de compreender as alterações na forma de vida da população envolvida.

Concluindo o trabalho, foram realizadas as considerações finais a partir de uma retomada das hipóteses norteadoras da pesquisa a fim de entender o panorama atual em que se encontram esses indivíduos, além de compilar as contribuições de cada capítulo para auxiliar na alteração ou no reforço sociológico considerando a possibilidade de importantes recomendações para inserção de questões no modelo aplicado nos estudos realizados,

---

<sup>7</sup> A sigla SPSS inglês significa: Statistical Package for the Social Sciences. Esse programa consiste na análise estatísticas dos dados capturados pelo questionário, ele realiza inferências a partir das frequências desses dados.

sobretudo, na parte social, para complementar as ferramentas analíticas pretendidas para aplicar em populações que são atingidas por empreendimentos que gerem impactos semelhantes.

# **CAPÍTULO I- SOCIEDADE SUSTENTÁVEL E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS**

Esse capítulo tem como objetivo realizar uma revisão da legislação ambiental brasileira, no que tange suas ferramentas analíticas, EIA/RIMA que promovem os estudos sobre o meio ambiente. Hoje, essa legislação fornece subsídios para empreender em um estudo na qual a parte social, não seja tratada como um efeito colateral do desenvolvimento econômico que envolve os empreendimentos hidrelétricos. Além disso, os impactos sociais são parte importante a passarem pelos processos de mitigação e atenuação, pelo menos burocraticamente, com a obrigatoriedade dos estudos de impactos ambientais.

Através da exposição de características desses estudos levantaremos questões sobre a emergência da sociologia ambiental, juntamente com a discussão e amadurecimento do conceito de desenvolvimento sustentável, inserindo a visão do ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs. Após, será realizado um embate sobre como esses conceitos acabam, direta ou indiretamente, influenciando e reiterando sua importância na inserção da análise de impactos socioambientais sobre as populações atingidas, nas ferramentas de estudos de impacto, presente na legislação brasileira, com a instauração da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Por fim encaixaremos dentro desse contexto macro teórico, como a UHE Dona Francisca faz parte do contexto de equacionamento da dimensão econômica, ambiental e de desenvolvimento, considerando a problematização trazidas por estudos anteriores a este sobre o empreendimento em questão.

## **1.1. Introdução à Sociologia ambiental e a noção de desenvolvimento sustentável**

Nem sempre o ser humano fez parte da discussão sobre sua responsabilidade frente às consequências geradas, pelo uso desenfreado que fez dos recursos naturais disponíveis para atingir o desenvolvimento. No entanto, a partir de 1970, a sociologia ambiental começa a esboçar o que ela entende da relação entre homem e natureza. Ela foi primeiramente instigada pelo surgimento da sociologia rural fundada no pensamento dos sociólogos rurais Catton e Dunlap. Eles queriam levar o pensamento ecológico ao *status* de um Novo Paradigma Ecológico (NPE). Esse, por sua vez, tem como pressuposto analisar os fenômenos sociais

tirando o foco das necessidades sociais do ser humano favorecendo uma abordagem menos “antropocêntrica”, centralizando a atenção nas necessidades do meio ambiente fazendo uso de uma linha de pensamento mais “ecocêntrica”<sup>8</sup>. Afastar as populações nativas de suas localidades originárias, como parques e reservas florestais era necessário, de acordo com esse novo paradigma, uma vez que os indivíduos acabam se inserido em uma lógica de consumo que não preza pelo manejo responsável dos bens naturais. Com essa primeira abordagem pode-se presumir que há uma tentativa de mudar o foco das necessidades do homem para a sobrevivência dos recursos naturais. No entanto, as consequências desse tipo de ação pretendida pelo NPE foram recebidas como prejudicial ao meio ambiente e às populações locais, que historicamente, dependem dele para sobreviver. Contudo, a relação entre homem e meio ambiente começa a ganhar elementos e novas abordagens teóricas que buscaram sua reinterpretação.

Segundo Guivant (2005), um contraponto a essa abordagem é realizado por Frederick Butel (1987). Ele se insere no debate da relação entre homem e natureza, de forma a realizar uma abordagem construtivista, focalizando mais na construção que os indivíduos realizam nessa relação, ou seja, da percepção da natureza baseada no homem. Essa abordagem entende a separação, anteriormente citada, como prejudicial. Além disso, ele insere na lógica dos estudos ambientais, a importância que tem a sociologia ambiental para compreender como são montados, apresentados e contestados os problemas ambientais. Essa abordagem será central para compreender como os reassentados percebem os problemas ambientais que vivem, dez anos após o reassentamento ter tido início. É justificada essa escolha, uma vez que os impactos fazem parte de um processo eminentemente social e não está dado de forma simples e objetiva na realidade.

Partindo desses dois autores, novas vertentes foram empreendidas para analisar os fenômenos sociais, no entanto, as correntes de pensamento expostas acima são dois extremos existentes para tratar dos assuntos ambientais. O que se preza hoje é que eles sejam tratados em consonância, ou seja, homem e natureza são partes que forma um todo. Mas como um todo que é formatado pela interação e construção humana, como indicou Weber (1992) ao afirmar não existir mais natureza pura e intocada pelo homem, uma vez que todo meio natural tem interação com a mão humana.

---

<sup>8</sup> Esse paradigma retirava a variável humana dos estudos voltados ao meio ambiente, e conseqüentemente essa teorização tem repercussão negativa nas sociedades tradicionais que tiravam sua subsistência do meio ambiente, de onde viviam. Os autores do novo Paradigma ecológico voltaram suas atenções ao meio ambiente que acarretou em uma total exclusão da variável humana para analisar os fenômenos sociais ambientais.

As alterações das formas de pensar a relação homem e natureza<sup>9</sup> acabam por fomentar o debate sobre o meio ambiente em eventos, fóruns e congressos internacionais de discussão sobre a temática; esses acabam reunindo muitos pesquisadores que se interessam em estudar de forma mais profunda a causa da degradação ambiental, seus desdobramentos na sociedade, e as soluções para as mesmas. Essas conferências acabam refletindo as discussões científicas que perpassam as práticas científicas da academia, as práticas econômicas e acabam levando discussão para a esfera pública, da sociedade civil.

Nessas conferências, alguns conceitos são debatidos e amadurecidos, dentre eles, a idéia que ganha força é a de desenvolver economicamente sem degradar, de forma irremediável, os bens naturais. A primeira reunião significativa para discutir questões relacionadas ao meio ambiente aconteceu em Estocolmo, em 1972. O evento foi organizado pelas Nações Unidas e foi nomeada: Conferência sobre Meio Ambiente Humano. Nessa conferência foram discutidas pela primeira vez, entre os participantes de países industrializados e países “em desenvolvimento”, questões relativas às necessidades de modificar o modelo de desenvolvimento econômico e também de investir na melhoria das condições de vida dos indivíduos.

Segundo Kitamura (1994) algumas conclusões decorrentes dessa conferência postulam que: i) os problemas com o meio ambiente e com a qualidade ambiental gera consequências sobre o bem-estar das populações e também sobre a economia mundial; ii) o crescimento da população, mesmo que natural, gera impactos permanentes sobre o meio ambiente; iii) e, por fim, ele propõe uma distinção entre os problemas ambientais dos países industrializados dos países em desenvolvimento. Os primeiros sofreriam com os problemas ambientais de forma relacionada à poluição industrial, e os segundos seriam responsáveis pelo mau uso e conseqüente esgotamento dos recursos naturais. Essas conclusões suscitaram consequências

---

<sup>9</sup>Moscovici (2007) rememora que a emergência das questões ambientais eram embebidas de teorias de concepções naturalistas. As explicações referentes aos fenômenos naturais eram fornecidas por uma ciência enraizada nos pressupostos iluministas e que começa a criticar suas próprias ações, “Após a segunda guerra mundial, quando, a explosão da bomba de Hiroshima, explodiu também nossa representação moderna da ciência” (Moscovici, 2007 p. 17). Esse fator se torna mais evidente quando os fenômenos emergentes, decorrente das consequências de anos de uso desenfreado dos meios naturais promoveram grandes degradações ambientais, como poluição dos rios e do ar, desmatamento, ocorrência de chuvas ácidas, eventos que acabaram influenciando a vida social, econômica, dos indivíduos em diversas partes do mundo, não conseguiam ser satisfatoriamente explicados pelas correntes deterministas, predominantemente pertencentes à geografia e a biologia, que dominavam o debate ecológico. Assim, é sentida a necessidade de compreender melhor de onde esse fenômenos naturais vinham e quais suas consequências, sobretudo no que tange as que atingem as esferas social e econômica. Assim, sentiu-se necessidade de abrir um espaço de reflexão científico voltado para a emergência de alternativas tentando reverter a situação instalada a partir de uma mudança na teoria e na metodologia para analisar e tratar a relação entre homem e natureza.

tais como: promoção de medidas de ação voltadas a conter o aumento da população; e provocou a ideia de que existe uma separação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, no que tange à produção dos efeitos negativos causados pelo industrialismo. Nessa conferência de Estocolmo, segundo Montibeller-Filho (2003) é inserido o conceito de ecodesenvolvimento por Maurice Strong este que, posteriormente foi estruturado e utilizado nas formulações teóricas da sociologia ambiental de Ignacy Sachs.

Seguindo na tentativa de evitar reducionismos científicos de qualquer natureza, o economista Sachs, formulou uma teorização que auxiliou o pensamento da relação homem e natureza, na sociologia ambiental. Em sua obra, *Rumo à Ecosocioeconomia* (2007), ele direciona seu pensamento para a reformulação de pressupostos que se inserissem na discussão uma economia e uma sociedade voltadas a uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente. Para tal empreendimento o autor coloca o Estado como um agente dotado de papel fundamental que deve ser provedor do bem-estar social, ou seja, cabe a ele gerenciar os recursos para que não falte aos indivíduos formas mínimas de provisão de saúde, de educação. Caberia a ele gerenciar também a questão de distribuição de poder e de promover para os indivíduos<sup>10</sup> a possibilidade de participação na esfera pública. Nesse sentido, através desses deveres do Estado, seria possível fazer da política um instrumento de inserção de outros tipos de conhecimento, como o produzido localmente, para fortalecer o desenvolvimento dos locais que a produzem, e ao mesmo tempo, seria possível conhecer melhor a dinâmica dessas localidades frente às mudanças trazidas por empreendimentos desenvolvimentistas.

Desenvolvimento é compreendido por Sachs (2007) como:

“um processo intencional e autogerido de transformação e gestão das estruturas socioeconômicas, direcionado no sentido de assegurar a todas as pessoas uma oportunidade de levarem uma vida plena e gratificante, provendo-as de meios de subsistência decentes e aprimorando continuamente seu bem-estar, seja qual for o conteúdo concreto atribuído a essas metas por diferentes momentos históricos” (SACHS, 2007, p. 293)

Para gerar desenvolvimento é preciso realizar uma gama de ações que compreendam o processo cultural, histórico e social das populações atingidas, sob pena de, em faltando essas informações, em um estudo de impacto, por exemplo, a análise desse bem-estar da população ficar comprometida. Essas características devem ser consideradas, principalmente em

---

<sup>10</sup> Sachs pretende conectar a ação individual e a estrutura social, o autor expõe em seu pensamento que isso é possível através da inserção das pessoas no mundo produtivo, por meio do trabalho. Esse é um desafio que pretende ter como consequência quebrar a dinâmica do desemprego e da exclusão social para alcançar o desenvolvimento social.



processos que alterem a dinâmica social, para continuar fomentando a situação de desenvolvimento. Nesse sentido, no caso proposto nesse trabalho, o desenvolvimento promove uma situação que envolve modificações na vida de pessoas, uma vez que elas têm de ser realocadas. À política do meio ambiente brasileira, cabe promover medidas que visam mitigar as consequências que esses indivíduos vivenciarão através do evento.

O conceito de globalização para Sachs (2007) encontra-se ligado ao crescimento econômico e ao fortalecimento do mercado bem como ao enfraquecimento do Estado, e vêm acompanhados pela potencialização dos problemas ambientais como a degradação dos ecossistemas. Assim, ele atenta para o perigo de que se o desenvolvimento for compreendido apenas nos moldes econômicos do mercado capitalista as sociedades irão caminhar para um “desdesenvolvimento”<sup>11</sup>. Essa ideia baseia-se em todos os problemas ambientais e sociais vivenciados, principalmente após a instauração de características do mundo industrial que se estendem até hoje. Somente a partir da década de oitenta, essas consequências da industrialização começaram a ser debatidas em nível global e nacional. No entanto, as medidas efetivas no combate ao uso desenfreado dos recursos naturais e as consequências que as mesmas promovem, são de difícil mensuração, e precisam de políticas com fundamentação empírica direcionada para sanar os reais problemas que ocorrem. Esses problemas podem ser previamente identificados com o auxílio ofertado pelo Estado, uma vez que ele é um provedor de informações e um fomentador de espaços de discussão entre instituições que possam fazer a mediação entre o estado e a população local.

A ideia-chave é que com essa interação dos problemas reais com as soluções dadas pelo Estado seria possível fomentar a cidadania<sup>12</sup> nos indivíduos, ou seja, proporcionar formas da capacitação das populações, para que as mesmas possam se responsabilizar pelas decisões que lhes dizem respeito, para que, em um momento posterior as mesmas possam reivindicar suas necessidades, quando elas não são atendidas. Então a partir da cidadania seria possível a participação da população no desenvolvimento de serviços sociais, educacionais para poder desenvolver parcerias com instituições mediadoras, empresas, população civil, para que as reivindicações e os problemas locais cheguem a fazer parte de ações efetivas do estado.

---

<sup>11</sup> “Desdesenvolvimento” (SACHS, 1996, 2007) remete ao mau desenvolvimento gerado pela busca desenfreada do desenvolvimento econômico, que por sua vez acaba fomentando a situação insustentável que vivemos atualmente, provocando a situação contrária ao desenvolvimento como um todo em detrimento da busca econômica, apenas. No caso dessa dissertação, ao compreendermos o evento econômico em questão (construção da hidrelétrica em Agudo) unicamente nos moldes econômicos racionalistas, sem poder limitar suas consequências negativas sobre a sociedade e a natureza, essa discussão não seria um empreendimento entusiasmado para analisar a vida dos reassentados.

<sup>12</sup> “É preciso ajudar sociedades a melhora se responsabilizarem por si com a ajuda do estado. Unindo a esfera da produção, os usuários, a sociedade civil, poderes público local e nacional e as empresas”. (SACHS, 2007, p255)

Nesse sentido, Sachs empreende em uma teorização que mostra que ao generalizar o desenvolvimento de acordo com mecanismos econômicos baseados na produção em massa, desconsiderando as consequências para o meio ambiente e para pessoas em situação de vulnerabilidade social, gera uma conjuntura de consequências inversas ao que se deseja do desenvolvimento com sustentabilidade<sup>13</sup>. Para barrar essa situação, ele propõe juntamente com sua idéia de ecodesenvolvimento<sup>14</sup>, medidas que sejam capazes de reverter a instalada depredação sobre os recursos naturais, proporcionando, ainda, formas de continuar crescendo economicamente, visando continuar com o desafio normativo que consiste em tentar romper a dinâmica do desemprego e da exclusão social através da inserção das pessoas no mundo produtivo. A partir do conceito de sustentabilidade, desenvolvido pelo relatório de Brundland, Sachs (2007) insere considerações ao nível local e também sobre a atuação do estado nacional como provedor do desenvolvimento. Realizada as devidas modificações, ele chama esse conceito de ecodesenvolvimento, e promove que: “O social fique no comando, o ecológico enquanto restrição e o econômico seja recolocado em seu papel instrumental”. (SACHS, 2007 p.266) Assim, o termo desenvolvimento significa a união do econômico, social e ecológico e para essa situação ideal chegar perto da realidade é necessário repensar o quadro institucional, ou seja, seria ideal modificar a estrutura das instituições, adaptando-as para utilizar a ação individual no escopo estrutural, no sentido de ampliar a participação dos diferentes saberes na constituição de políticas, de leis e medidas mitigadoras, ou seja, são ações voltadas para a utilização de conhecimentos específicos de cada micro-região, visando instigar o desenvolvimento a partir dos próprios subsídios existentes em cada meio social, retirando matéria-prima necessária para comercializar os produtos, presentes na própria região. Essa medida é mais eficiente também para controlar os usos dos recursos naturais, ampliando a necessidade da população em manter a matéria-prima sempre apta ao uso ao invés de depredá-la, uma vez que a dependência econômica será proporcional a abundância ou escassez dos meios naturais disponíveis.

Acredito que a principal contribuição de Sachs (2007), a ser inserida na discussão realizada na teoria social do meio ambiente, é a promoção da idéia de democratização da população, por meio de facilitações de meios de comunicação entre as ações dos indivíduos e

---

<sup>13</sup> Sustentabilidade construída primeiramente no relatório de Brundland promove a ideia de preservar os recursos naturais para que a geração futura tenha a possibilidade de ter os mesmos recursos com boas condições de uso para poderem viver da mesma forma que vivemos hoje.

<sup>14</sup> O conceito de ecodesenvolvimento instalou-se antes do conceito de desenvolvimento sustentável, e possui algumas diferenciações, como lembra Montibeller-Filho (1993), esse primeiro é mais conectado com a ideia de um Estado provedor, além de conferir mais importância ao desenvolvimento considerando as necessidades sociais mais abrangentes

as ferramentas promovidas pelo Estado, buscando meios para atingir o desenvolvimento sustentável. Essa noção de um estado provedor da cidadania, de disponibilizador dos meios para que as diferentes esferas da sociedade sejam interligadas e possam funcionar em conjunto. A operacionalização desta ideia se daria com a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, fornecendo a eles melhores condições de consumir; no entanto, esse consumo é regulado para o desenvolvimento social e ambiental.

O estado democrático de exercício pleno dos direitos e deveres pode estar ao alcance de todos, através do fomento da educação voltada para o cidadão tomar conhecimento da existência dos mesmos. Mas, para isso, é necessário existir canais que possam facilitar a harmonia entre políticas públicas e a cidadania, ou seja, uma "articulação dos espaços de desenvolvimento do nível local aos níveis regional, nacional e transnacional, constitui um campo privilegiado da política". (SACHS, 2007, p.273). As políticas voltadas às ações do desenvolvimento sustentável contam com o auxílio da tecnologia no combate ao desperdício e para encontrar novas soluções menos agressivas ao meio ambiente, como o uso de energias alternativas, ou o uso de materiais menos poluentes e que utilizam menos energia para funcionar. No entanto, mesmo que as oportunidades sejam ofertadas é necessário que se desperte o desejo de uma coletividade afetada pelo empreendimento, de fazer parte das ações dos governantes.

Entre os termos Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, há segundo MONTIBELLER-FILHO (1993), algumas diferenças:

As disparidades entre os dois conceitos em tela situam-se, como visto, principalmente no campo político e no que diz respeito às técnicas de produção. No campo político, o posicionamento quanto à qualidade do meio ambiente e às diferenças sociais como elementos fundamentais a serem considerados. No das técnicas de produção, o progresso técnico e o seu papel em relação à pressão sobre os recursos naturais. (MONTIBELLER-FILHO, 1993, p.137)

No entanto, mesmo que elas se diferenciem no campo da política e quanto aos usos das técnicas de produção, as características em comum combinam de forma macro estrutural, com a crítica ao reducionismo econômico, além de compartilharem os ideais de solidariedade com as gerações futuras com visão em longo prazo e do uso racional dos recursos naturais. Em verdade, Sachs (1993) dilui as diferenças estabelecidas entre os conceitos e provoca que ambos sejam utilizados como sinônimos.

Após o primeiro encontro que possibilitou a teorização do ecodesenvolvimento, em 1987, no encontro da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

(CMMAD), temos outro marco importante na luta contra a degradação da natureza, que contemplou a construção de diretrizes para analisar sob um novo plano, o meio ambiente. Nele o conceito de desenvolvimento sustentável foi trabalhado considerando as reais possibilidades de contemplar um desenvolvimento que pudesse ser levado a medidas políticas, assim ele foi publicado pela Comissão Brundtland (WCED), em 1991, foi e postula: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas necessidades” (Kitamura,1994, p.19).

Seguindo a tendência de Estocolmo, ainda é evidenciada a separação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, pelo relatório de Brundtland. O conceito de Desenvolvimento Sustentável trás consigo a preocupação com as camadas mais pobres da sociedade, e também promove a preocupação com a noção de que existem limites para que o meio ambiente seja o mesmo provedor no futuro, que é hoje de recursos naturais. Esse conceito exigiu atenção para a reformulação de pressupostos, de categorias que tratam da relação homem e natureza, sobretudo na tentativa de coadunar, de forma mais amena possível, o crescimento econômico com o manejo responsável dos recursos naturais e de quebra há também o amadurecimento da ideia de que os impactos que são gerados a partir dos problemas ambientais que são transfronteiriços, e por isso exigem soluções deste padrão.

Em 1992 essas questões são amadurecidas no debate em outro evento que alcançou proporções mundiais, a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro (Rio 92), no Brasil. Nesse encontro foram discutidos amplamente os conceitos que emergiam no debate científico sobre a temática socioambiental, dando foco ao conceito de sustentabilidade. Esse conceito, a partir da Rio 92, incorpora elementos para refletir os pensamentos ecológicos, através da preocupação com a justiça social, integrando questões sociais, ambientais e econômicas dentro da metodologia proposta para pensar o desenvolvimento sustentável na sociedade de hoje. Essa metodologia é externalizada na forma de um documento chamado agenda 21:

Agenda 21 é um documento estratégico, um programa de ações abrangente para ser adotado global, nacional e localmente, visando fomentar em escala planetária, a partir do século XXI, um novo modelo de desenvolvimento que modifique os padrões de consumo e produção de forma a reduzir as pressões ambientais e atender as necessidades básicas da humanidade. A este novo padrão, que concilia justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental, convencionou-se chamar de Desenvolvimento Sustentável (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE).

Esse é um documento normativo<sup>15</sup> que busca através 40 capítulos que fornecem diretrizes de como alcançar ações positivas para consecução do desenvolvimento sustentável em nível local, nacional e global. Esses direcionamentos são utilizados pelos países para adaptarem suas políticas voltadas às ações que visam o intercâmbio de conhecimento e ajuda financeira entre outros países.

A ideia-chave do amadurecimento dos pressupostos visando à prática do desenvolvimento sustentável, não é frear o crescimento econômico, mas sim considerar uma forma plausível para conciliá-lo com qualidade ambiental e social durante o processo de implementação do empreendimento, e buscando-o como resultado final do mesmo. As discussões ambientais fomentaram ainda mais o aparecimento de teorias sociológicas que pudessem explicar a realidade dos fenômenos causados pela industrialização e pelos problemas que o modelo econômico vigente apresenta para poder, também, fornecer suas análises e questionamentos quanto à problemática socioambiental.

Para podermos contextualizar os impactos socioambientais sobre a população diretamente atingida, em conjunto com a contextualização do conceito de desenvolvimento sustentável, vamos agora nortear a explicação do objeto direcionando a compreensão de algumas características sobre a racionalidade dos indivíduos e das comunidades atingidas que servirá de auxílio para a consecução do questionário. Guivant (2005) destaca que a inserção da perspectiva construtivista na sociologia ambiental facilitou para que a incerteza fosse compreendida, na análise dos riscos ambientais e tecnológicos. No entanto, a sociologia ambiental é influenciada por uma teorização do risco ambiental, e para isso, é importante compreender as importâncias para a análise da racionalidade e suas limitações.

## **1.2 - Abordagem da sociedade do risco para análise de impactos**

Visando contribuir para análise dos impactos sociais e ambientais fomentados pela construção do empreendimento, é necessário inserir a incerteza como um ponto importante na discussão sobre a teorização do desenvolvimento sustentável, mesmo que seja como pano de fundo macro estrutural, como problematizador para mitigação dos impactos gerados pelo

---

<sup>15</sup> Ele está disponível na íntegra do site do Ministério do Meio Ambiente:  
<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>

empreendimento desenvolvimentista, utilizaremos a abordagem de Ulrich Beck (1997). Merece destaque o fato que esse autor compreende os fenômenos ligados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, como catastrófica em muitas passagens, ou seja, ele admite que as consequências geradas na modernidade atinjam níveis difíceis de mensuração. Assim, conseqüentemente elas, muitas vezes, não são passíveis de mitigação, uma vez que essas consequências, ao serem mitigadas, na modernidade atual possam proporcionar novos riscos, formando um ciclo. No entanto, esse ciclo só pode ser “passado adiante” através de um refinamento dos mecanismos originários da própria era moderna. Nesse sentido, é importante ressaltar alguns pontos em sua teoria, como a ideia de subpolítica, para que seja reforçada a noção de uma mudança dos modelos estruturais de compreensão e de aplicação das ferramentas políticas de forma rígida.

Esse autor compartilha com Anthony Giddens (2007) a ideia de que é imperioso que haja uma mudança estrutural na análise científica da realidade social atual, uma vez que ela nasce e tem suas bases legitimadas na sociedade moderna clássica. Nesse sentido, as características fomentadas na modernização reflexiva seria um pivô para realizar essa mudança na ciência social. Essa atividade se daria a partir da realização de características sociais de determinada localidade inserindo nela o indivíduo, como um ator responsável pelas causas dos acontecimentos sociais. Assim, considerando os moldes de análise da realidade social, assim como na teoria da ação racional<sup>16</sup>, na sociedade de risco, o indivíduo adquire um maior grau de liberdade para atuar dentro da estrutura social, sendo apto a negociar suas preferências e seus desejos na formulação de seus atos, ou seja, ele pode mensurar reflexivamente sua ação na sociedade. O indivíduo ao ganhar maior liberdade frente suas decisões, e ao poder agir de acordo com ela, quando encontra bases estruturais favoráveis, acaba gerando consequências em suas vidas pessoais, e por outro, lado provocam também impactos estruturais nas instituições (ciência, família, estado) que foram legitimadas nos moldes da modernidade. O questionamento, na modernidade reflexiva, consiste em considerar, no plano teórico ao menos, de forma mais flexível às mudanças sociais inserindo as necessidades dos indivíduos, isso se deu principalmente, através do uso dos diferentes saberes no fazer científico.

Para Beck modernização reflexiva significa: “autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial” (BECK, 1997, p. 16); os efeitos gerados na sociedade industrial sobre as

---

<sup>16</sup>Preconizada por Max Weber, essa teoria busca compreender que a ação orientada para um fim, visando os melhores meios para ele é racional.

sociedades e sobre o meio natural, para esse autor, não devem buscar serem compreendidos nos moldes os quais eles foram criados, mas sim por meio de pareceres próprios da teorização da sociedade de risco, uma vez que as proporções e consequências resultantes dos processos industriais modernos não possam mais ser mensuradas de forma separada do todo global.

Visando reafirmar a distinção entre sociedade industrial e a sociedade do risco, ele cita três áreas que sofrem mudanças significativas por meio de um confronto de características de cada período histórico, para chegar às peculiaridades próprias à sociedade de risco. A primeira modificação a ser apreendida entre esses modelos ideais de sociedade é baseada no uso dos recursos naturais e culturais, os quais, na sociedade industrial essa interação, se dá de modo estrutural, existiam tipos ideais que eram tidos como exemplos a serem seguidos, como na estrutura familiar, ou no trabalho dividido por gênero, por exemplo. Essa modificação é correspondente à interação do homem com os recursos naturais que, na sociedade industrial eram realizadas de modo predatório, sem a existência de regulações para proteger os recursos, tinha-se a ideia de que os recursos eram ilimitados. Culturalmente esses espaços são flexibilizados e ambientalmente há um esforço para reduzir o uso predatório dos meios naturais, uma vez que a demanda por desenvolvimento e uso de mais recursos naturais continua a crescer, mas agora, de forma ecologicamente consciente, uma vez que os recursos naturais não conseguem se recuperar dos impactos acumulados, na mesma proporção que o desenvolvimento exige dele.

A segunda modificação a ser apontada é referente à relação da sociedade industrial com as ameaças e as mazelas produzidas por ela mesma; esse confronto acaba provocando uma alteração na forma que as instituições responsáveis por manter a estrutura social relativamente homogênea, são forçadas a buscar soluções para consequências que passam a fazer parte da realidade das sociedades, como por exemplo, a ideia de subpolítica, que significa flexibilizar os mecanismos políticos modernos para atender á dinâmica social, que é reflexiva e crítica frente aos problemas ambientais emergentes. A terceira característica distintiva entre a modernidade industrial e a modernização reflexiva, ou sociedade do risco, a ser considerada é que “as fontes de significados coletivas e específicas de grupo na cultura da sociedade industrial estão sofrendo de exaustão, desintegração e de desencantamento.” (BECK, 1997, p.18) Ou seja, há um desmantelamento da crença no progresso e no desenvolvimento, pela tomada de consciência social dos seus limites. Um desses limites pode ser exemplificado pela quantidade de empreendimentos existentes que não consideram em sua análise de viabilidade os impactos e a distribuição das responsabilidades desses impactos, que

o desenvolvimento na sua forma predatória gera. Isso acaba levando os indivíduos a questionar em quais saberes e sobre quais bases, esses conhecimentos são formulados. No entanto, é preciso compreender que esse processo não acontece de forma abrupta, ele acontece de forma sutil e em ritmo diferente nas diversas áreas do conhecimento. Ele depende dos questionamentos de ações nas esferas sociais, da emergência de movimentos sociais que lutam por melhorias nas condições de qualidade de vida dos indivíduos e que acabam forçando as estruturas sociais a buscarem formas de inserir esses indivíduos nas políticas públicas. Há um movimento de quebra na ideia de uma ciência intocável, inquestionável e racional para abrir espaço de voz a sociedade civil, promotora de visões e conhecimentos distintos do legitimado na modernidade industrial.

Essas três modificações apontadas como centrais por Beck (1997) mostram a necessidade de entender sociologicamente os fenômenos sociais sob novos parâmetros analíticos, considerando, por exemplo, a incerteza das conseqüências proporcionadas pelo processo de industrialização, como fator que deve ser avaliado nas etapas do desenvolvimento. As conseqüências do industrialismo são os problemas ambientais. E hoje, não podem mais ser compreendidos como eventos regionalizados que são limitadas pela existência de fronteiras (políticas, culturais, econômicas); na sociedade do risco esse limite é diluído, sobretudo ao analisar os impactos da industrialização sobre o meio ambiente. Reconhece-se também a imprevisibilidade das ameaças produzidas pela industrialização, uma vez que hoje as limitações do conhecimento científico são melhores compreendidas, uma vez que é aceitável que a ciência não consiga compreender e mapear as todas as conseqüências do desenvolvimento. Assim, considerando todas as características da sociedade de risco, sente-se a necessidade de envolver as ações de instituições sociais num pacote de medidas que prezam pelos princípios de responsabilidade, no caso do meio ambiente, como o poluidor-pagador e o paradigma da prevenção. Essas novas medidas são possíveis, atenta o autor, porque são baseadas a partir de um confronto proporcionado pelas certezas fabricadas na sociedade industrial, que foram desmanteladas pela sua impossibilidade de modificação. A auto-crítica assegurada pelos indivíduos, por exemplo, no exame de suas convenções sociais, econômicas, políticas pode e vai alterar a dinâmica da racionalidade econômica, política, social ortodoxa.

Ao considerarmos o indivíduo como ator social que se faz presente nessas mudanças, o conceito de individualização floresce sob uma ótica integradora da sociedade e do indivíduo; desta maneira: “Individualização” significa primeiro, a desincorporação, e segundo, a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros modos



novos, em que os indivíduos devem produzir representações e acomodar suas próprias biografias” (BECK,1997, p.24). Ao modificar a forma de organização do pensamento, sua lógica, bem como a metodologia de ação, novas formas de estruturar as instituições podem ganhar força, gerando formas de comportamento que antes não tinham sua importância reconhecida, como o cuidado com o manejo dos recursos naturais, por exemplo.

A principal constatação de Beck (2007) é de que os riscos e perigos produzidos pela modernidade devem ser reduzidos ou evitados, para tanto, o monopólio da ciência sobre a racionalidade, em sua forma destrutiva e reducionista, deveria ser superado. A saída apontada é que a flexibilização atinja a ciência, através da inserção do saber local na metodologia utilizada pelos cientistas, ou seja, na forma que eles direcionam a formulação do conhecimento e das medidas mitigadoras. Essa mesma ação é também importante na esfera política, possibilitando a geração de força aos novos movimentos sociais, que em vista disso, acabariam formando grupos de pressão, buscando, assim, uma modificação das rígidas estruturas de pensamento da política tradicional. O resultado dessa abertura a novos tipos de saberes resulta em uma maior democratização, ao fornecer liberdades para as pessoas participarem das decisões políticas.

O risco é considerado, na sociedade em que vivemos, como democrático. Isso porque Beck (1997) chama atenção a uma característica do risco que é o seu “efeito *boomerang*”. Ele é chamado assim, pois as consequências dos riscos não ficam restritas às nacionalidades que os produziu, ele atinge a todos sem distinção de classe, de nacionalidade, de tempo ou de espaço. Há ainda uma peculiaridade na forma de tratar o risco, pois ele não possui uma padronização de significado, existindo diferentes formas de percepção do risco, ou seja, ela depende da maneira como o problema é visto e vivido de acordo com questões estruturais de classe, dependendo do grau de instrução, com a cultura do grupo de indivíduos.

A discussão do risco, no entanto, torna-se preocupante quando há reducionismos de qualquer sorte, principalmente os provenientes da ciência. Essa deve buscar métodos que entendam o lugar da explicação estrutural e também a importância da compreensão dos saberes que envolvem as localidades. Assim, ela não pode tomar posição por explicar os fenômenos de forma estritamente racional, mas sim buscando dados concretos e características sociais que não podem ser generalizáveis.

Os problemas causados pela industrialização já estão postos; o que Beck considera relevante é discutir o risco sob duas perspectivas temporais, ou seja, riscos que estamos correndo todos os dias, como consequências das escolhas já realizadas por gerações anteriores

a nossa, e os elementos constitutivos do risco, que são os que podemos evitar que sejam proliferados. A proposta é que se empreenda em formas de enfrentar os problemas já evidenciados, mas sem esquecer que padrões de consumo e produção devem ser redimensionados dentro da perspectiva de atenuar as conseqüências que já foram promovidas pelas formas que o capitalismo se consolidou e se expandiu e vigora.

No âmbito da distribuição das responsabilidades das conseqüências, as atividades internas das empresas tornam-se públicas graças às pressões realizadas por grupos organizados (associações ecológicas, de organização de consumidores preocupados com a causa ambiental) e também por instituições políticas. Assim, hoje é possível identificar ações positivas realizadas em prol do meio ambiente, por ações privadas sem precisar de tutoria das competências do Estado; por exemplo, há hoje a emergência de um tipo consumidor que se coloca exigente frente ao produto que quer consumir, e isso acarreta em uma pressão sobre as empresas para tornar seu produto ecologicamente correto, caso queira atingir esse público-alvo. Essas iniciativas privadas, no entanto, seguem a lógica mercadológica e a ação em prol do meio ambiente tem significados estruturais que geram resultados, como diminuição dos gastos ao reutilizar as matérias-primas gerando um uso racional das matérias-primas que utiliza para formatar seu produto, ou seja, alterações que ainda as proporciona o lucro.

Entretanto, ações que dependem do estado, como as ferramentas presentes na política de meio ambiente, ainda hoje se deparam com formas de aplicação e de gestão defasadas, ou seja, elas não conseguem fazer seu papel de forma eficiente, uma vez que não contém características dinâmicas para lidar com os riscos contemporâneos. A disparidade entre a estrutura social, que deve servir de gerenciadora das conseqüências do desenvolvimento, e a dinâmica dos riscos frente aos fenômenos sociais e ambientais emergentes, que acontecem num tempo e espaço que não são mais definidos pelos limites territoriais nem pelo relógio, geram nos indivíduos uma sensação de que o sistema político não funciona da forma como deveria. Essa disparidade entre o tempo dos acontecimentos e o tempo da política, gera uma deslegitimação do estado de segurança, pois as ferramentas disponíveis utilizadas ainda são calcadas no funcionamento de instituições judiciais modernas. Evidenciando mais uma vez a necessidade do sistema político ser flexibilizado através da subpolítica.

Nesse sentido, seria ideal que a ciência, calcada em princípios modernos, pudesse inserir a análise do risco e da incerteza como um problema legítimo visando à inserção dos atores sociais que têm contato direto com a situação de risco, e isso deve ser realizado em conjunto com o saber local; essa ação conjunta pode dar origem a uma política de reparação

dos impactos negativos causados pela indústria, ou pelo risco que ela causa para a população. Assim, Beck (1997) propõe um alargamento democrático com a participação da população na qual a atuação política é condição essencial para criar sustentabilidade socioambiental, mas existem desafios a serem sanados para que o conhecimento da população local dê sua contribuição aos sistemas peritos de investigação do problema social. Ressalta-se a importância de reformular os termos discursivos nos debates realizados no domínio público, democratizar os espaços também significa gerar ferramentas que facilitem a forma como o conhecimento dos indivíduos possa chegar até a política, na forma de subpolítica, para que essa possa realizar ações positivas socioambientais mais eficientes.

Essas medidas visam cercar as incertezas instigando ao pesquisador, formas de contemplá-las, ajustando-as à realidade pesquisada. Desta forma, ao analisarmos os impactos é necessário que exista uma sensibilidade, que é própria da teoria construtivista<sup>17</sup>, para captar os problemas sociais causados pela construção de uma hidrelétrica, mas também é fundamental uma análise do risco de forma mais institucional, como a que Beck (1997) propõe. Os impactos de projeto desenvolvimentista de qualquer ordem não podem ser analisados com um enfoque reducionista, compreendendo apenas a necessidade econômica e do empreendimento. Assim, segundo Sánchez (2006), cinco questões são propostas para analisar o ambiente de modo geral, são elas: (i) análise sobre a saúde, (ii) acesso ao território, (iii) disponibilidade de recursos; (iv) coesão social, (v) respeito por valores. Em particular os dois últimos aspectos devem ser analisados sobre a ótica da população que sofreu diretamente esses danos. Entender que existe a necessidade de dar voz aos atingidos não nega a objetividade da construção dos problemas, e ao permitir sua participação no processo analítico pode salvar a pesquisa de cair em um problema grave de generalização. Ainda em Sánchez (2006), os impactos sociais mais comuns quando se constrói uma hidrelétrica em uma cidade são: perda de áreas de valor cultural para a população, como patrimônios arqueológicos e paisagísticos, perda do espaço de produção econômica provinda da pesca. Esses impactos são considerados, de forma geral, como recorrentes na maioria desses empreendimentos, no entanto, para captá-los de acordo com sua relevância, temos que analisar a dinâmica social da localidade que recebe o empreendimento, a fim de tentar compreender que cada impacto que é gerado por esse evento acarreta na população.

---

<sup>17</sup> Hannigan (1995) se dedica a entender a forma como ocorre a definição, legitimação e a contestação das questões ambientais pelos atores sociais e para isso ele estuda como são formuladas as exigências necessárias para que um problema ambiental saia do plano da imaginação e seja construído, podendo se transformar em medidas efetivas de combate ao problema ambiental.

O contexto social do risco promove uma análise difícil das possíveis conseqüências causadas pela modificação do meio social e natural, justamente pela carga de incerteza; no entanto, é possível prever os impactos negativos utilizando casos anteriores de estudos sérios, que consideraram as formas culturais dos atingidos limitando o imprevisto frente a novos impactos negativos. Ainda é fortemente teorizado, que não é possível captar todas as conseqüências que possam existir, mas mesmo as conseqüências não previstas podem ser amenizadas com a aplicação de ferramentas capazes de mensurar os problemas recorrentes, juntando isso à análise do modo de vida social do local atingido e utilizando esse conhecimento para aplicar medias atenuadoras dos impactos sociais e ambientais nas diferentes dimensões afetadas pelo empreendimento. Ao menos, no que tange à dimensão humana, essa medida pode resultar em conseqüências menos intensas para quem os sofre e isso pode resultar em ações positivas em sua qualidade de vida. A ênfase é dada na dimensão humana, pois como já vimos, há muito ela foi e ainda é reduzida às explicações naturalistas.

### **1.3- Hidroeletricidade, Legislação ambiental brasileira e suas ferramentas: Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório de Impacto Ambiental**

Uma das formas existentes de produzir energia elétrica em um país é através do aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio. Para tanto, é necessário que exista um desnível para proporcionar a captação da energia que, por sua vez, se dá através da vazão entre os desníveis; esse desnível pode ser natural, por exemplo, captando energia de uma cachoeira, ou pode ser realizado de forma artificial, construindo uma barragem para represar o rio e provocar o desnível necessário. Existindo essa condição de construção artificial do desnível, uma hidrelétrica é composta por: uma barragem, por um sistema de captação e adução de água, uma casa de força, e por um sistema de restituição da água ao leito do rio<sup>18</sup>. Para que sua construção seja possível de se tornar realidade ela passa pela regulamentação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Assim, é importante que se conheça a legislação que rege as construções das hidrelétricas no Brasil para situarmos historicamente o contexto de sua formação, para entender a importância de suas ferramentas de análise dos impactos gerados por esse tipo de empreendimento.

---

<sup>18</sup> Ver anexo 1

A problemática em questão é evidenciada no Brasil, pois temos aqui um grande potencial energético proveniente dos recursos hídricos, segundo dados evidenciados por levantamentos realizados pelo Ministério de Minas e Energia, MME (2007) a hidroeletricidade é uma vocação nacional, por possuir potencial técnico 260.093 Megawatts, sendo que desses apenas 28,2% é ocupado. Esse tipo de energia é tida como ecologicamente e economicamente viável por três motivos; o primeiro é por ser considerada energia limpa<sup>19</sup>; em segundo lugar, porque a construção de uma hidrelétrica é realizada para operar por muitos anos; e terceiro motivo é que segundo estudo realizado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Estratégico (2010), seu custo de produção é o mais competitivo<sup>20</sup> entre as demais fontes de energia como a biomassa, carvão mineral, nuclear, eólica, gás natural, óleo combustível e óleo diesel. Por esses motivos, ela se encaixa nos moldes propostos em gerar crescimento econômico produzindo menos degradação ao meio ambiente. Esses três principais motivos são considerados favoráveis a construção de uma UHE, no entanto, não há consenso entre os peritos e entre os cientistas que ela seja de fato limpa e renovável, elencando problemas com a produção de energia promovida através das águas dos rios. Entre os aspectos desfavoráveis, está a promoção de impactos negativos sobre a população, pois a represa construída exige que as pessoas que moravam no local escolhido para a construção dessa usina, sejam realocadas, provocando com isso, impactos na sustentação econômica, nos valores sociais e culturais da população atingida. Isso fica evidente principalmente quando são contabilizados os impactos sobre populações especialmente no Brasil da década de 70, quando muitos projetos hidroelétricos foram construídos. A crise mundial do petróleo, nesse período acarretou na busca de sua substituição por fontes energéticas alternativas, o que privilegiou a possibilidade de gerar energia elétrica na forma de hidroeletricidade no Brasil: “Essa prioridade se traduziu por um grande aumento dos investimentos na construção de grandes barragens entre 1970 e 1978 e pela concessão tarifária para a substituição do petróleo por eletricidade”. (Monosowki apud Eletrobrás, 1982, 1987) Destaque-se que o contexto do Brasil, além de ter que lidar com a crise, era de vigoroso regime ditatorial<sup>21</sup>, os estudos de

---

<sup>19</sup>É considerada limpa, uma vez que emite menos poluentes que outros tipos de fontes geradoras de energia: “De todas as energias hoje exploradas, a hidroeletricidade se destaca por ser “extraída” da água, um recurso renovável, não poluente, sem resíduos e que permite sua reutilização a jusante, para o mesmo fim” (MÜLLER, 1996, p.14)

<sup>20</sup> Ventura (2010) não forneceu valores absolutos, mas apontou que ela varia em torno de R\$:80,00 a R\$:100,00 por MW produzido, sendo a mais baixa de todas os custos energéticos.

<sup>21</sup> A ditadura no Brasil se deu em dois momentos, essa passagem específica se remete ao período que vai de 1964 a 1985. Ela foi caracterizada pela perseguição política e repressão às posições contrárias a dos militares que estavam no governo, pela censura nos meios de comunicação, pela falta de espaços democráticos para

impacto ambiental não tinham sido implantados como obrigatoriedade, logo, muito pouco se ouvia e se fazia sobre prevenção de impactos em empreendimentos hidrelétricos, indenizações e medidas compensatórias sobre os diversos atores públicos envolvidos e afetados pela construção de grandes obras.

Assim, em tempos de ditadura, as empresas que instalaram seus empreendimentos hidrelétricos antes da legislação ambiental entrar em vigor, não tinha a obrigatoriedade legal de fomentar atividades mitigadoras de redução de impactos negativos. As empresas estavam acostumadas a não ter obrigações de recuperar fauna e flora e, como lembra Muller (1996), a questão ambiental não era motivo de preocupações. Por não existir a obrigatoriedade de cuidado ambiental, o manejo da flora e fauna era realizado fora dos moldes sustentáveis, ou da tentativa dele, o trato com a população local era feito da mesma forma. No entanto, quando a legislação ambiental entrou em vigor, no final da década de 80, novas normatizações passaram a ser exigidas, e elas passaram a ser consideradas dentro de um contexto específico, como aponta Tucci (2001); os anos 90 foram marcados pela idéia do desenvolvimento sustentável; a idéia era marcada pelo objetivo de compatibilizar o equilíbrio entre o investimento no crescimento dos países e a conservação ambiental.

A institucionalização de medidas ambientais e a adoção de categorias e indicadores para analisar sistematicamente os impactos ambientais ocorreram na década de 70 e o país pioneiro na determinação de dispositivos legais para a definição de objetivos e princípios da política ambiental foram os Estados Unidos da América (EUA). Esse dispositivo, segundo Corrêa (2006) se deu por meio da Lei Federal denominada *National Environment Policy Act* (NEPA); promulgada no dia 1º de janeiro de 1970, ela é conhecida como constituição ambiental dos EUA. Essa política exigiu que as consequências sobre o meio ambiente fossem identificadas, e também que medidas compensatórias fossem tomadas para atenuar as ações de caráter negativo dos empreendimentos geradores de impactos sobre o meio ambiente. Além disso, ela é considerada relevante por proporcionar a possibilidade de participação ativa do público atingido por esses empreendimentos.

Diante dos reflexos da aplicação do NEPA, organismos internacionais como: Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o Banco Internacional para a Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD), passaram a exigir em seus programas de cooperação econômica o cumprimento rigoroso dos estudos de avaliação de impacto ambiental. Um fato importante que Sánchez (2008) ressalta é que esses

---

participação da população na vida pública, e pela instalação de um projeto de desenvolvimento centralizado nas mãos dos militares.

estudos foram realizados pelos órgãos internacionais para decidir sobre as condições do empréstimo a ser realizado para a construção de empreendimentos na época em que a legislação ambiental brasileira não existia isso aconteceu, como aponta o autor, com as usinas de Sobradinho e Tucuruí. Por mais que os modelos impostos por esses órgãos tenham sofrido críticas consideráveis, no sentido de ser generalista, a aplicação desse modelo de avaliação de impacto foi importante para dar início a uma regulamentação mais efetiva de empreendimentos desenvolvimentistas, no que tange o meio ambiente e o meio antrópico. As normatizações socioambientais no Brasil, no entanto, só foram formuladas pela legislação ambiental brasileira, na década de 80, com Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981<sup>22</sup>, que instituiu a PNMA, e de acordo com o artigo 2º estabelece que:

A política nacional de Meio Ambiente tem por objetivo a preservação melhoria e recuperação a qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana.

Essa política busca compatibilizar o desenvolvimento social e econômico com a preservação da qualidade do meio ambiente, ela regula as atividades empresariais públicas e privadas, assim ela empreende uma intersecção institucional dos problemas ambientais com os problemas sociais. Nesse sentido, no artigo 6º da PNMA são formulados os papéis para estabelecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) que é constituída pelos órgãos: Conselho Superior do Meio Ambiente (CSMA) que é o órgão superior da política ambiental, Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que é o órgão consultivo deliberativo, Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA) que é o órgão executivo central, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS (FEPAM) que são órgãos seccionais (estaduais), e os órgãos municipais (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente). Esses órgãos são responsáveis pelo pleno funcionamento da PNMA, eles trabalham nas esferas local, estadual e municipal, sendo que cada um tem suas funções definidas pela PNMA. Em 1986 foi construído o primeiro Plano Diretor do Meio Ambiente (PDMA I), com vistas à adequação das empresas às exigências da legislação ambiental. Esse plano tinha como objetivo determinar os princípios e diretrizes do setor elétrico sobre as questões socioambientais nos processos de licenciamento ambiental, necessárias para implementação de um empreendimento energético. O PMDA II foi, sobretudo, a reformulação do primeiro, visado

---

<sup>22</sup>A lei foi alterada pela Lei nº 7804 de 18 de julho de 1989.

abranjer todas as novas exigências da legislação, dentre elas a carta da Constituinte de 1988, as resoluções do CONAMA 1986.

Nesse sentido, a legislação brasileira baseia suas medidas sobre o que ela entende como impacto ambiental, e esse conceito estabeleceu-se em 1986, através do artigo 1º da resolução do CONAMA 001/86:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.<sup>23</sup>

Esse conceito apresenta uma união dos efeitos do impacto no social, contemplando a esfera sócio-econômica e a população direta ou indiretamente afetada, juntamente com a esfera ambiental, sem separá-los. Vasconcellos (2006) aponta que devido à falta de mecanismos específicos para identificar, medir e tratar os impactos sociais, essa tarefa acaba sendo de responsabilidade da PNMA, essa, por sua vez, trata os “impactos ambientais, *lato sensu*, como impactos socioambientais.” (Vasconcelos, 2006, p.17). Assim, os impactos sobre as populações diretamente afetadas fazem parte dos impactos sociais, que por sua vez são tratados pela PNMA, como socioambientais.

No entanto, não é consenso que esse seja a melhor definição para esse conceito, é nesse sentido que Sánchez (2008) atenta para uma limitação no conceito apresentado na resolução 001/86 ao retratar o impacto ambiental, pois não se encontra presente no conceito os aspectos positivos do impacto. Sendo assim, esse conceito de impacto seria equivocado, pois “Trata-se, na verdade, de uma definição de poluição, como se observa a menção a ‘qualquer forma de matéria ou energia’ como fator responsável pela ‘alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas’ do ambiente” (SÁNCHEZ, 2008, p.31). Criticando a falta dessa característica, ele formula suas algumas colocações acerca do conceito de impacto ambiental, como: “alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana” (SÁNCHEZ, 2008, p. 32). Assim, se impacto ambiental se resume a uma alteração no meio ambiente sobre ele mesmo ou sobre comunidades, essas alterações podem gerar consequências negativas ou positivas para a comunidade que o recebe. O impacto gerado é o resultado de uma atividade humana, voltada para atender suas próprias

---

<sup>23</sup>BRASIL, leis e Decr. Resolução CONAMA 01, de 23. jan.1986. Trata do uso e da execução da prática da avaliação de impacto ambiental.



necessidades, como no caso da hidrelétrica, o impacto é gerado como resultado da alteração ambiental e social causada pela construção da mesma.

Os indicadores que contemplam a análise de um impacto ambiental, segundo Muller (1995) são determinados por três esferas que citaremos superficialmente: pelos fatores físicos (topologia, águas, terras, atmosferas, processos e contaminações); por condições biológicas (flora e fauna); e por aspectos sociais (fatores sociais, economia, saúde e saneamento, e cultura), ou seja, esse autor considera que o impacto ambiental é contemplado por esses três aspectos. No caso da UHE Dona Francisca seus impactos geraram consequências como: alteração das características biofísicas da região, além de afetar as populações devido à remoção dos mesmos de sua região de origem, o que resulta em alterações significativas na qualidade de vida desses indivíduos. Mais do que transformar o ambiente, o evento modifica a qualidade de vida gerando uma perturbação na forma como essas pessoas reestruturam sua vida social, como relações familiares, suas atividades econômicas, suas redes sociais.

Por essa complexidade<sup>24</sup>, os impactos socioambientais sobre as populações, levando em consideração as colocações acima, fundem em si as preocupações com o meio biótico e com o meio social, considerando ambos como um só. Sobre essa interligação, Sánchez entende o ambiente como:

Não somente como uma coleção de objetos e de relações entre eles, nem como algo externo a um sistema (a empresas, a cidade, a região, o projeto) e com o qual esse sistema interage, mas como um conjunto de condições e limites que deve ser conhecido, mapeado, interpretado - definido coletivamente, enfim-, e dentro do qual evolui a sociedade. (SÁNCHEZ, 2008, p.22).

Esse conceito é importante no campo das avaliações de impactos, pois, ele define a abrangência que os estudos sobre o meio ambiente devem tomar, bem como suas medidas reparadoras, considerando o meio ambiente tanto como um lugar de onde são retirados os recursos que formam e mantém possível a vida no planeta, e também é o local onde o homem vive, servindo para o mesmo, como um provedor da manutenção à sua vida social, econômica, cultural, etc. Nesse sentido, devemos observar que o ambiente é carregado de subjetividade e de sentidos atribuídos pelas populações locais, mas também ele deve ser

---

<sup>24</sup> O termo complexidade é usado aqui, no sentido como Edgard Morin (2003) o compreende. Para ele, a base de nossos conhecimentos mais diversos foi imposta sob a luz da razão legitimada pela ciência e por seus métodos que visam à objetividade, entretanto os métodos que excluem a ação e as particularidades individuais não conseguem captar a complexidade de variáveis que devem ser consideradas peças-chave do conhecimento do homem. A construção complexa de uma unidade da ciência, que não exclui qualquer “componente” (estrutura e indivíduo) presente na realidade social. Assim, Morin (2003) nos oferece dois princípios que auxiliariam no alcance da complexidade esperada ao analisar os fenômenos sociais, são eles: (i) O método dialógico e sua característica de manter a dualidade no seio da estrutura, por meio da recursão organizacional, sendo os indivíduos produzidos e produtores da sociedade, e pelo (ii) princípio hologramático, no qual o todo está embutido nas partes.

compreendido de forma objetiva, por exemplo, através de resultado de cálculos que demonstram sua capacidade de reconstruir, com índices que indiquem como se encontram as condições reais dos recursos naturais. Sánchez (2008) atribui ao conceito de meio ambiente um meio que proporciona que vida dos indivíduos possa ser estruturada, então não há como desconectar a ideia de qualidade de vida do meio ambiente que circundam os indivíduos. Dessa forma, deve-se conectar a objetividade da mensuração sobre os recursos naturais, mas também considerar o meio ambiente, bem como a qualidade de vida em sua forma subjetiva e localizada. Essa assimilação é fortemente notada quando os problemas ambientais começaram a ser evidenciados pelos problemas de poluição, essa por sua vez acaba prejudicando a qualidade de vida das pessoas por ser um problema ambiental e também por gerar problemas à saúde dos indivíduos. Nesse sentido, as medidas que consideramos ser a solução às degradações ao meio ambiente, como a legislação ambiental que é um instrumento que norteia as ações dos agentes para atuar no meio ambiente, elas regulam e normatizam aspectos não só do meio ambiente biofísico, mas também do meio ambiente social, que também implica na qualidade de vida.

No caso brasileiro, as leis e diretrizes ambientais foram sendo criadas em consonância com as necessidades apresentadas para a preservação do meio ambiente e de tudo que se encontra nele, para isso a um procedimento para “tratar” os impactos em cada etapa da construção da hidrelétrica. A resolução do CONAMA 006/87 no Artigo 4º estabelece a obrigatoriedade do licenciamento ambiental na instalação de usinas hidrelétricas, na forma de etapas:

Na hipótese dos empreendimentos de aproveitamento hidroelétrico, respeitadas as peculiaridades de cada caso, a Licença Prévia (LP) deverá ser requerida no início do estudo de viabilidade da Usina; a Licença de Instalação (LI) deverá ser obtida antes da realização da Licitação para construção do empreendimento e a Licença de Operação (LO) deverá ser obtida antes do fechamento da barragem.

As atividades que utilizam recursos ambientais como o setor hidrelétrico (que são consideradas como impactantes ao meio ambiente por promover degradação ou poluição, estabelecidas por lei<sup>25</sup>) são dependentes do EIA e de seu respectivo RIMA para começar o processo de licenciamento ambiental. Nesse sentido, existem três principais licenças ambientais, conforme prevê a Resolução CONAMA nº 237/97 são: 1) A LP é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento, cujos objetivos são: i) aprovar a localização e concepção da atividade; ii) atestar a viabilidade ambiental e; iii) estabelecer os

---

<sup>25</sup> No anexo dois encontram-se elencadas as atividades que exigem EIA/RIMA

requisitos que irão condicionar as próximas fases da implementação do empreendimento; 2) Na LI, sua consecução autoriza a instalação do empreendimento de acordo com as especificações de programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e outros condicionantes da atividade; 3) A LO tem o papel de autorizar a operação do empreendimento, mediante a verificação do efetivo cumprimento das exigências que constam nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação da atividade.

Vasconcellos (2006) aponta que, no Brasil, a avaliação de impactos está atrelada com as etapas de licenciamentos dos empreendimentos; no entanto, eles devem corresponder de forma eficiente às etapas legais para a construção do empreendimento a fim de que seja realizado de forma consistente o levantamento dos impactos negativos sobre a população afetada, que levará consigo a carga dos efeitos negativos do evento. O autor ainda rememora que a participação social foi estabelecida como primordial nos empreendimentos, através da institucionalização das audiências públicas como pré-requisito para a emissão da LP para que as construções fossem autorizadas. Antes da primeira licença (LP) ser consentida, já devem existir os estudos de viabilidade de empreendimento no local, além de estudos prévios, que façam considerações sobre o meio social e ambiental atingido, essas informações servirão de base para a formulação dos EIA/ RIMA.

Vasconcellos (2006) realizou em sua tese de doutorado uma compilação dos dados de diversos empreendimentos geradores de impactos, e analisou as ferramentas que fazem parte da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Ele constatou que os problemas gerados nos estudos, na realidade, acontecem nas etapas que antecedem o início dos licenciamentos, mais precisamente, quando as condições do termo de referência estão sendo formatadas. Assim como explicitado anteriormente nesse capítulo, ele também aponta que é necessário captar os dados das populações afetadas de forma mais completa possível, principalmente, no caso de construção de hidrelétricas que contam com populações que serão realocadas. O autor aponta ainda que “os estudos ambientais prévios, a que se referem à Constituição Federal de 1988, são realizados de forma “não tão prévia”” (Sánchez, 2008, p.263). Esses estudos, na visão do autor, deveriam servir de guias para que possam ajudar na constituição da licença prévia para que os estudos consigam ter suas conclusões inseridas na construção que resulta no empreendimento hidrelétrico. O não uso desses resultados faz com que exista a ideia de que as construções e os estudos não são dotados de caráter imparcial, favorecendo existência de conflitos de interesses principalmente para os atingidos. Somando-se a esse evento, o autor

atenta para o fato de que a transparência no processo de avaliação dos impactos não é eficiente e que as informações chegam tardiamente na mão dos interessados gerando conflitos e processos que pedem intervenções do estado frente às decisões dos estudos. O problema que o autor constatou ao analisar a burocratização socioambiental de empreendimentos no Brasil é que os licenciamentos são manipulados por diversos fatores, e esse fato acaba por comprometer os resultados e o alcance dos estudos. Mesmo apontando as dificuldades analíticas das ferramentas de análise dos impactos, Vasconcellos (2006) ressalta a importância de avaliar os impactos ambientais como um instrumento que permite que o princípio da precaução encontre aplicabilidade nos setores públicos e privados, mesmo que seja através de medidas legais. Essas ideias são explicitadas em oposição com o paradigma da adequação, que tenta ignorar a existência dos problemas ambientais, o que estimula o reducionismo das esferas social e ambiental face ao empreendimento econômico.

Ainda que a PNMA tenha limitações, os primeiros passos legislativos para incorporar nas estruturas organizacionais das empresas dos setores elétricos as adequações necessárias para considerar a mitigação aos fatores socioambientais. Müller (1998) adverte que por serem as primeiras medidas elas têm caráter determinista e centralizador, no entanto, elas tendem a serem transformadas de acordo com novos estudos e a partir do refinamento de suas ferramentas. Essa primeira etapa da obrigatoriedade de cumprir a legislação, nos moldes de desenvolver economicamente sem prejudicar o meio ambiente, resulta no favorecimento da democratização, ao menos no papel, da participação da sociedade e de agentes interessados em discussões públicas, em audiências com as instituições responsáveis pelo empreendimento, favorecendo o encontro de diversos agentes, para esclarecimento e debate sobre construção de grandes empreendimentos hidrelétricos.

O ato de prever os impactos se torna fundamental para a comunidade que recebe o empreendimento, pois ele é um instrumento que visa mapear os problemas e mitigá-los. Assim, “É preciso ter em vista o cenário preexistente de ocupação espacial e qualidade ambiental, assim como os possíveis cenários a serem criados em diferentes profundidades de tempos futuros” (AB’SABER, 2003, p.29). Esse é o pressuposto de análise que deve ser aplicado na avaliação de impactos ambientais, no qual a situação atual (econômica, social, ambiental), antes a construção do empreendimento, é comparada com essas mesmas características no futuro com e sem a presença dele na localidade pretendida. Partindo da análise dos instrumentos legais disponíveis pelo órgão competente, parte-se do pressuposto que informações importantes sobre a região podem extraídas dos documentos, uma vez que o

estudo abrange a parte física e a parte social, que circunda o empreendimento. Ao tornar explícitas as informações técnicas acerca da região que a construção tem influência, facilitaríamos uma visão sistêmica sobre os diversos impactos. No entanto, é importante apontar que por mais que essa ferramenta legal seja legítima e que promova avanços contra a depredação dos recursos naturais e contra possíveis cegueiras na análise de fatores sociais, ela ainda possui limitações explicativas no que tange o campo social afetado pelo empreendimento. Esse por sua vez que é dotado de alta carga de complexidade e exige uma análise crítica e detalhada por profissionais capacitados na área, sob pena de incorrer em falhas analíticas que possam comprometer a qualidade de vida da população que será remanejada.

#### **1.4. Relatório de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica Dona Francisca e estudos sobre a hidrelétrica**

É importante, agora, realizar um breve histórico situacional da UHE Dona Francisca, seu EIA foi realizado em 1989<sup>26</sup>, juntamente com o RIMA que, aprovados pelo órgão de licenciamento ambiental do Estado, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), propiciaram a emissão da LI em janeiro de 1991. Esse empreendimento começou a ser idealizado no final década de 60, e os estudos<sup>27</sup> se estenderam até início da década de 80 quando, por falta de verbas do estado ele ficou parado. A CEEE retomou os estudos (inclusive os já realizados) em 1987, através da contratação da Magna Engenharia Limitada. O RIMA aponta que a justificativa para a construção dessa usina é a crescente necessidade do Rio Grande do Sul por energia elétrica, e pelo mesmo ter potencial para ser o próprio promotor para alimentar sua demanda. Assim, a construção da infra-estrutura para gerar energia que lhe permita atender sua própria demanda energética, seria considerada suficiente por ter potencial hidráulico do Rio Jacuí e também por estar em uma situação de dependência com a demanda fornecida pela união.

A equipe técnica formada pela empresa responsável pela formulação do estudo de impacto ambiental, Magna engenharia Limitada, divulgou os resultados dos estudos

---

<sup>26</sup>A UHE Dona Francisca faz parte do Plano 2010, que empreende no fomento da expansão da produção de energia elétrica de 1987 até 2010.

<sup>27</sup> Os estudos realizados foram: “Estudos topográficos, geológicos e energéticos; Definição do eixo da barragem; Estudo de viabilidade técnico-econômica do empreendimento (1977); Projeto básico” (RIMA, 1989, p.1).

realizados no RIMA, e a partir deles é que foi possível aplicar as medidas atenuadoras sobre os impactos da construção, nas esferas social, ambiental e física do local. Sobre os impactos apontados na esfera social, os principais impactos identificados temos: “(i) Transferência compulsória da população afetada; (ii) Desagregação das relações sociais e desarticulação dos elementos culturais; (iii) Apreensão e insegurança, face à incerteza sobre o futuro das condições de vida.” (RIMA,1989. p.41) Baseados nesses aspectos negativos são propostas alternativas para a população afetada pelo alagamento. As medidas de controle ambiental<sup>28</sup> se referem, sobretudo, às condições da região, ou seja, da micro estrutura, sendo que as considerações sobre a esfera social, foram apresentadas como resultados do estudo de impacto, e dentre elas são indicados os seguintes cuidados sobre a transição das populações: a produção agrícola deve tentar ser mantida pelos produtores que vivem de determinada cultura, não sendo aconselhável uma mudança de cultura para produção da subsistência. Outras indicações foram mantidas como ideais pelo estudo, tais como: o reassentado deve ter acesso a educação e a saúde, bem como os reassentamentos devem ser realizados em áreas de fácil acesso. Nas situações de reassentamento, (RIMA, 1989, p 48). “devem ser evitadas mudanças radicais nas atividades de trabalho, bem como eventuais desagregações das comunidades”. Esse item basicamente trata das medidas que devem ser tomadas para apreender os cuidados com a população afetada diretamente. No entanto, podemos perceber nitidamente que as colocações são superficiais e meramente indicativas, sem conter nenhuma profundidade analítica das reais conseqüências que um deslocamento compulsório pode acarretar. Nesse sentido, percebe-se que a dimensão humana está subestimada, e os indicadores que tentam dar conta da dimensão humana (saúde, educação, saneamento, padrões qualitativos de qualidade de vida, fatores econômicos) são pouco explicativos, na realidade são meramente descritivos, e não fornecem informações mais aprofundadas dos processos de racionalização.

Um dado relevante que ajuda a pensar sobre esse problema, se refere à parte como o documento se mostrou estruturado; por exemplo, na análise do RIMA, a utilização de referências bibliográficas para a realização do estudo é dada pesadamente sobre dimensão biofísica<sup>29</sup>. Outro dado que chama a atenção é a formação da equipe técnica para realizar os

---

<sup>28</sup> “Medidas de controle ambiental” é o item 7 do RIMA, nele são fornecidas informações sobre as medidas mitigadoras sobre os impactos do empreendimento. Ele se divide nos itens: 7.1- Meio físico (contendo os aspectos climáticos, os recursos hídricos, a geologia, geomorfologia e hidrologia, recursos dos solos.); 7.2- Meio biótico (contendo os aspectos da vegetação, da fauna); 7.3- Meio Social, Cultural e Econômico (contendo os itens: Aspectos sócio-econômicos e patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico)

<sup>29</sup>A bibliografia dos títulos utilizados para realizar o RIMA se dá em 10 das 12 páginas destinadas para esse fim, contendo 147 obras divididas entre os aspectos: i) climatologia; ii) recursos hídricos; iii) geologia,

estudos sobre o empreendimento, sendo que de 43 participantes, mais de 30 técnicos eram remetidos aos trabalhos sobre a parte biofísica do projeto, e dos 43, sendo um economista sênior, e uma arquiteta médio. Esses fatos demonstram exatamente o descompasso, pelo menos no que se refere às questões estruturais, no trato dado para as dimensões social, física e biológica, deixando margem para que não seja minimamente apreendida a interconexão das esferas sociais e naturais, evidenciando um problema de compreensão do fenômeno de modo global.

Importante ressaltar que esses instrumentos previstos na legislação ambiental, são fundamentais porque eles denotam maturidade política e social inequívocas e, do ponto de vista do poder público, proporcionou uma maior capacidade de controle, fiscalização e intervenção junto aos grandes grupos econômicos, antes, absolutamente inalcançáveis relativamente às consequências ambientais de suas intervenções. Contudo há a necessidade de aumentar a capacidade de análise da dimensão sócio-política de empreendimentos hidrelétricos, porque ainda que exista a obrigatoriedade legal de analisar os impactos, a parte mais prejudicada por esse tipo de empreendimento não é assistida de forma eficiente. Como já tratamos acima, existem ainda brechas para que as licenças sejam consentidas antes da população ser consultada, antes de suas reivindicações serem atendidas. Esse fato acaba gerando uma situação de conflito forçando agentes interessados a se mobilizarem em torno de movimentos sociais para pressionar que o Estado realize ações para que os impactos negativos sejam atenuados, como forma de “fechar a brecha” deixada por um estudo realizado de forma incompleta, ou que não consiga atender às necessidades reais dos indivíduos atingidos.

Um exemplo de mecanismo flexibilizante realizado para contemplar os atingidos pela UHE Dona Francisca é o acordo assinado entre a CEEE e a comissão de atingidos por barragens, em setembro de 1990. Ele insere no processo do reassentamento novas diretrizes que contemplam os familiares dos atingidos dando direito aos mesmos ao benefício de participar do reassentamento, por exemplo, filhos maiores de 18 anos, também pessoas que não era donas das terras, mas que trabalhavam nelas, como foi o caso de arrendatários e meeiros, e também pessoas que trabalhavam não trabalhavam no campo, mas que prestavam serviços nos locais atingidos pelo alagamento, como professores da rede pública. ROS (2007) lembra que esse acordo dava condições às famílias que foram afetadas, pela UHE Dona Francisca, e que inicialmente não participaram do plano de reassentamento por não serem

---

geomorfologia, hidrogeologia e pedologia ; iv) fauna e flora. As duas últimas páginas, totalizando 7 obras são destinadas aos aspectos sócio-econômicos.

donos legais das terras onde moravam. O projeto inicial de reassentamento foi reaberto após a privatização do setor elétrico, ocorrido durante o primeiro governo de Fernando Henrique. Os representantes dos indivíduos atingidos pela construção na barragem pediram ajuda ao governo Olívio Dutra para que fossem realizadas mais formas de compensação, para assistir também os indivíduos que se encontravam na situação de ilegalidade, a fim de inseri-los no processo de reassentamento. Como lembra Ros (2007), utilizando os dados do programa estadual de reforma agrária do estado Rio Grande do sul, foi realizado um acordo com o Gabinete da Reforma Agrária (GRA) e com a CEEE juntamente com a parte privada do empreendimento DEFESA. Assim, o acordo considerou:

Como portadores de direito ao reassentamento todos os agricultores e trabalhadores rurais atingidos pela barragem, cadastrados até o ano de 1997, ou por ocasião da revisão do cadastro nos meses de outubro e novembro de 1999. Os atingidos foram divididos em três categorias: *os proprietários* (com áreas de até 50 há), *os não proprietários* (arrendatários, agregados, parceiros rurais, meeiros e assalariados rurais), *os filhos de proprietários e não proprietários* (*casados* ou *solteiros* com idade mínima de 18 anos). No Plano foram estipulados dois tipos de reassentamentos: a) o reassentamento com lotes individuais em grandes áreas; b) o reassentamento individual (ROS, 2007)

Assim, esse mecanismo de inserção e de beneficiamento dos indivíduos circunda as famílias que fazem parte do reassentamento com lotes individuais em grandes áreas, e que estão divididas entre os cinco reassentamentos estudados. Os apontamentos de Zucarelli (2006) enfocam a questão legal do licenciamento ambiental frente às questões de ajustamentos de suas condutas internas. Para ele as audiências públicas, e os EIA/RIMA, são mecanismos que representam instrumentos formais, mas que na prática, eles “não garantem a democratização do uso do meio ambiente, uma vez que não há limites políticos às relações de mercado intrinsecamente desiguais.” (ZUCARELLI, 2006, p.2). “Assim, existem dentro do licenciamento ambiental, (idem, p.14); “mecanismos “*flexibilizantes*”, que assumem um caráter paliativo e enfatizam “reações” ou “*feedbacks*” de curto prazo.” A existência desse mecanismo é um sinal que possa existir uma facilitação do andamento do processo legal, frente às ferramentas aplicadas nas etapas do licenciamento, e isso permitiria que a aplicação da legislação ambiental não ocorresse de forma tão fechada em sua estrutura gerando uma facilitação no processo de construção para que o mesmo não seja obstruído nos trâmites legais e conseqüentemente geraria agilidade na construção dos projetos hidrelétricos. No entanto, atenta-se que esses mecanismos sejam necessários para que exista um ajuste de condutas, ou seja, para que pessoas que vivem nos locais afetados não sejam prejudicadas pelos trâmites legais, os quais não estejam sendo contemplados pelo programa inicial de reassentamento,



como o caso citado. Essa conduta evidencia o processo flexibilizante do estudo, ao mesmo tempo em que, evidencia uma limitação do EIA, quando não há mobilização social para correção de equívocos.

Marques (2005) realizou um estudo com os reassentados da UHE Dona Francisca que residem no reassentamento Tupã I, ou reassentamento Pôr-do-sol, e nele a autora evidenciou alguns dos impactos negativos vivenciados por esse grupo de indivíduos. Ela escolheu esse reassentamento para análise devido ao alto número de evasão dos reassentados, sendo que das 41 famílias que foram reassentadas, 11 famílias delas foram embora do local. Ela realizou entrevistas com reassentados que permaneceram no reassentamento em questão e com indivíduos que não se adaptaram e saíram abandonaram o mesmo. Dentro dos aspectos analisados em seu trabalho, escolhi ressaltar o dado que julguei ser relevante para essa pesquisa. Ela elenca alguns aspectos que contribuíram para a existência de tantos insatisfeitos com a situação do reassentamento, e entre eles aparece a troca da base econômica “Antes estes agricultores plantavam milho, feijão e fumo, e agora deveriam passar a plantar soja, mas sem conhecer os detalhes necessários para bem cultivar esta cultura agrícola.” (MARQUES, 2005, p.84) A mudança do local de origem, nesse caso, implicou em ajustes quanto às modificações no tipo de solo, que a terra no local do reassentamento era mais fraca do que a do local de origem, essa alteração é sinônimo de mais gastos em insumos para fertilizar a terra, e essa situação, segundo a autora acabou gerando endividamento de alguns moradores do reassentamento. Esse dado reaparecerá na pesquisa realizada com os cinco reassentamentos, assim, o estudo da autora contribuiu para o levantamento de dados da presente pesquisa, e também serviu como um norteador e um “preparador” para os impactos sociais que veríamos, em trabalho de campo. Contudo, o assunto é deveras extenso e de difícil exaustão, por isso, é importante fazer novos estudos sobre os reassentados, não com a pretensão de esgotar o assunto, mas de compreender mais características dos mesmos, com auxílio de métodos sociológicos, que buscam empreender na análise do retrato social da vida dos que ainda estão vivendo nos reassentamentos. Dessa forma, entendemos que o objeto ainda carece de estudo, desta vez, com auxílio da teoria sociológica compreensiva.

Tentou-se formular durante todo o presente capítulo a conexão entre a emergência da questão ambiental como fonte de preocupação com os impactos da industrialização moderna, e como questionadora dos métodos racionalistas ortodoxos da ciência, da economia e da política. A emergência também da noção de sustentabilidade, e a importância da avaliação dos impactos na sociedade atual, mesmo com todo grau de insegurança e instabilidade instaladas

no relacionamento entre homem e natureza. Essa relação acaba sendo considerada cada vez mais íntima, e isso evidencia a necessidade de igualar as variáveis sociais ao mesmo patamar de relevância que as demais características biofísicas, através da PNMA que faz uso de variáveis multidisciplinares (dar igual importância para os usos que os reassentados fazem de sua cultura, economia, de sua relação com a terra e com as pessoas de seu entorno) tanto para a realização dos EIA, quanto para produção de medidas mitigadoras dos impactos negativos, que podem se tornar insustentáveis do ponto de vista das populações afetadas, caso tratada com descaso. A UHE Dona Francisca faz parte do *hall* de empreendimentos que produzem energia elétrica, ou seja, desenvolvimento ao Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, a situação é dialética, no sentido de que a promoção de energias renováveis faz parte de uma ampla discussão sobre o desenvolvimento sustentável que é necessária, uma vez que, esse tipo de produção energética, pelas características anteriormente citadas, mas que produz um grande impacto social que carece de cuidados.

No capítulo seguinte realizaremos uma discussão, de dimensão macro estrutural, que permeia a discussão econômica e social que visam inserir o indivíduo afetado na lógica do desenvolvimento sustentável, mesmo frente aos impactos vividos por esses indivíduos. Contudo, como pudemos perceber, nos estudos citados, nesse capítulo, as ferramentas legais responsáveis por gerir essa transição na vida desses indivíduos sugere um reducionismo explicativo sobre a população afetada, indicando que os impactos sobre elas têm sua valoração reduzida frente à explicação da importância econômica que o evento promoverá. Após, procuraremos explicações relativamente à teoria social que possibilitem inserção de categorias analíticas apresentadas que possam ser consideradas na aplicação de metodologias baseadas e defendidas à luz de um individualismo metodológico, revisado pela teoria de Jon Elster; contrapondo a problematização de que a escolha racional é essencialmente voltada para a busca da maximização dos ganhos pessoais, pela busca de resultados objetivos, condicionando todas as outras esferas da vida aos ganhos econômicos, apenas.

## **CAPÍTULO II - POR UMA SOCIOLOGIA DOS MODELOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO**

O presente capítulo empreende em formas de captar a racionalização dos indivíduos que tiveram suas comunidades afetadas pelo empreendimento em questão; esse exercício se dá partir das teorias de Anthony Giddens (teoria da estruturação) e Jon Elster (teoria da escolha racional) que entendem em suas análises sociológicas que os indivíduos são agentes competentes e ativos, mas que estão inseridos em um contexto rico capaz de moldar-lhes os desejos e impulsos. Pretende-se mostrar quais categorias eles usam para dar voz ao indivíduo do plano de análise microssocial (agência) ao plano macrossocial (estrutura a qual o indivíduo está inserido), visando circundar as peculiaridades para formular a solução à problemática dessa pesquisa. Essa discussão é feita para nortear a escolha de categorias importantes sobre os estudos referentes à racionalização dos indivíduos afetados pelo alagamento das terras pela UHE Dona Francisca, e para auxiliar teoricamente no refinamento de categorias gerais, que são comumente utilizadas nos estudos de impacto para relatar tanto as características das populações quanto as consequências que elas vivenciarão. Assim, espera-se que a dimensão humana seja inserida de forma mais profunda nos estudos de impacto e que eles sejam passíveis de serem indicados de forma compreensiva nos relatórios de impactos de empreendimentos semelhantes, proporcionando um esboço mais consistente dos impactos socioambientais. Finalizaremos o capítulo unindo essas teorizações com a ideia de desenvolvimento humano e de qualidade de vida, nos moldes de Amartya Sen. Sairemos de um nível micro explicativo da conduta racional dos indivíduos para o nível macro analítico para tratarmos dos impactos socioambientais sobre populações no âmbito dos empreendimentos hidrelétricos no contexto brasileiro.

Primeiramente é necessário realizar algumas colocações referentes à teoria da racionalização, e começamos com uma problematização proposta por autores que se dedicam às discussões acerca da relação existente entre sociedade e relações econômicas. Para figurar questões sobre o indivíduo como agente racional fazendo parte das relações econômicas, os dois autores escolhidos, Pierre Bourdieu (2005) e Mark Granovetter (1985) tentam dar conta de ilustrar as relações existentes entre as relações econômicas de troca e os fenômenos sociais.

O discurso científico pertencente ao campo econômico é dotado de consistência lógica, pois a “formalização matemática lhe confere as aparências ostentatórias do rigor e da

neutralidade” (Bourdieu, 1997, p. 51), mas o autor atenta que ele não deve ser fonte de reducionismo quando analisamos as vontades dos indivíduos, com base no agir racional. Dessa forma, ele trabalha para rebater o determinismo analítico das ferramentas econômicas, ancoradas sobre a segurança de uma análise objetiva e neutra, pois é necessário retomar a importância das estruturas sociais para compreender os fenômenos econômicos, uma vez que reduzir o indivíduo ao *homo economicus*<sup>30</sup> faz com que não seja possível entender as peculiaridades sociais que identificam ou alteram o *habitus* presente no campo econômico. Assim, entende-se que o campo econômico, não é auto-suficiente, uma vez que a lógica de mercado é também repleta de fatores não econômicos que existem e que também fazem com que ela funcione como os simbolismos e preferências que rondam os indivíduos; por isso, os reducionismos não coadunam com a realidade explicativa, pois os agentes são ativos e negociam com a estrutura social no qual estão inseridos. É importante ressaltar que esse autor critica tanto a visão interacionista da economia quanto a visão mecanicista.<sup>31</sup>

Estamos lidando com um evento econômico que foi motivado primeiramente pela busca do desenvolvimento, no entanto essa busca gerou um abalo nas estruturas já conhecidas desses indivíduos, assim a construção da usina pode ser compreendida dentro dessa lógica, que busca gerar energia para fomentar a economia maximizando os benefícios do desenvolvimento econômico<sup>32</sup>, pelo aumento da oferta da geração de energia elétrica, no entanto, os custos sociais são relevantes para auxiliar no desenvolvimento tanto da região que perdeu os produtores rurais e que tiveram suas terras alagadas, como os ônus e os bônus para os municípios que receberam esses indivíduos, além de buscar melhores formas estruturais que consigam dar conta de adaptá-los socialmente.

Somando-se às colocações de Bourdieu, as contribuições de Mark Granovetter não podem passar despercebidas, pois ele parte para análise estrutural do mercado, com os conceitos de imbricação e de redes, para fomentar modificações na relação entre economia e relações sociais dentro da análise na ciência econômica para complementar formas de

---

<sup>30</sup> O tipo de indivíduo presente no individualismo metodológico proposto pela economia ortodoxa é chamado de *homo economicus*.

<sup>31</sup> Do lado interacionista ele defende que o indivíduo não é um ótimo calculador, um ser dotado de racionalidade infalível, na qual as ações são explicadas apenas pela interação dos mesmos, deixando de lado o peso da estrutura social que o campo exerce. E também não recai no outro extremo, que o indivíduo é um ser passível de ser sucumbido pela pressão estrutural.

<sup>32</sup> O campo da produção de energia hidrelétrica, como meio de desenvolvimento, tem limitantes do desenvolvimento desenfreado, como por exemplo, a legislação ambiental anteriormente tratada (EIA/RIMA); ela existe para regular ações no campo econômico, para que ele não ignore a existência do impacto de suas ações frente às demais esferas atingidas pelo empreendimento. No entanto, os estudos promovidos possuem falhas estruturais, no que tange à análise social dos indivíduos afetados como já demonstrados, e isso também ocorreu no caso da UHE Dona Francisca, pela análise de Marques (2005).

racionalidade que não são constituídas apenas pela busca desenfreada da maximização dos ganhos a qualquer custo. Nesse sentido, Granovetter (1985) chamará de *Embeddedness*, a ligação entre as esferas sociais e naturais dentro da disciplina da economia. É partindo dessa mistura entre as esferas social e econômica que ele explica a importância dos fenômenos sociais dentro da economia. Algumas características presentes nas redes sociais prevalecem frente à lógica da ação econômica, tal como a confiança que é uma característica que possível captar através das informações<sup>33</sup> provenientes dos círculos sociais (redes sociais), pela indicação de indivíduos interessados para uma vaga de trabalho (por indivíduos próximos ao contratante). Com a inserção da importância do social na análise da ação racional ele busca compreender os objetivos sociais da busca econômica, uma vez que as ações dos agentes estão imbricadas, ou seja, elas funcionam em redes de sociabilidade, sendo então que essas ideias tidas como separadas são, na realidade, conectadas. Existem algumas relações no mundo do mercado, como a categoria trabalho, que não pode ser medida apenas com base dos preços do produto ou com base nos salários; é necessária uma análise mais profunda a fim de que sejam apontadas características que as relações objetivas não conseguem capturar. Por esse motivo, Granovetter empreende na explicação de redes, a forma como as relações interpessoais auxiliam nas formulações das relações econômicas. Assim é necessário que o indivíduo esteja inserido em uma rede social (para cada esfera da vida), mesmo que nela sejam mantidos laços fracos com os outros integrantes<sup>34</sup>. Assim, a categorização do mercado que é tipicamente entendido pela teoria econômica, ganha em Granovetter um sentido de imbricação com o social e também de integração com outros agentes, como sendo “um conjunto de ações estritamente imbricadas em redes concretas de relações sociais” (GRANOVETTER,1985,p.65). A ação econômica não é autônoma, ela depende fortemente das ações dos atores, e essas por sua vez “são condicionadas pelo seu pertencimento a redes de relações interpessoais...” (Idem, p.65).

A confiança é uma característica que aparece dentro dessas redes sociais; elas facilitam o relacionamento nas relações econômicas: “na análise estrutural, a confiança não é dada *a priori* pelas regras jurídicas ou morais mais gerais, mas se enraíza nas redes de relações interpessoais” (idem, p.69). Essa noção de redes sociais estruturando as ações econômicas faz com que o autor chegue à conclusão que o mercado é uma construção social

---

<sup>33</sup> Esses fluxos informacionais, adverte o autor, são mais frequentes nos laços fracos das redes sociais, ou seja, ele dá credibilidade às informações captadas em suas redes sociais.

<sup>34</sup> Ele fala na “força dos laços fracos”, isso significa dizer que o indivíduo que possui laços mesmo que fracos dentro de uma rede social é lembrado na hora de uma indicação de cargo, por exemplo.

conflituosa, não podendo ser analisado abstratamente, homogeneizando os atores e suas ações. A racionalidade dos atores é vista com mais sensibilidade pelo autor, por ele considerar, no conjunto de motivações das ações dos indivíduos, as pressões relacionais e estruturais para ele atingir seu objetivo. Confiança juntamente a discursividade dos atores, a ser capturado empiricamente nos reassentamentos pode gerar dados importantes nas relações econômicas que perpassam as relações pessoais para existir<sup>35</sup>. As colocações dos autores vistos convergem no ponto crucial, no qual as esferas econômicas e sociais são interdependentes, e a análise de ambas deve coadunar a força da estrutura social com a ação dos indivíduos, que não é puramente racional nem é somente movida aos ganhos econômicos, sendo que outros fatores de motivação também fazem parte da realidade dos indivíduos e eles devem ser considerados como possíveis, como por exemplo, a busca dos resultados motivados por laços afetivos, ou pelo status da recompensa, ou pela força da tradição.

Assim, o evento econômico que alterou a vida dos indivíduos resulta em impactos socioambientais e esses não podem ser avaliados somente a partir dos parâmetros do desenvolvimento econômico. Esse tipo de impacto exige um esforço adaptativo, ou seja, esses indivíduos são inseridos em uma nova forma estrutural, assim, a explicação do reducionismo econômico não pode ser compreendida apenas pela racionalidade do *homo economicus*, pois dessa forma, os impactos socioambientais não seriam analisados, institucionalmente, de forma satisfatória em seus estudos de impacto, necessários para a construção da usina. Esses estudos são parte formal presente na estrutura social, no entanto, suas ações positivas para mitigar as consequências do evento podem não se dar de forma eficiente ao excluir a importância da compreensão do papel do indivíduo na análise estrutural. Essa exclusão analítica, no caso da hidrelétrica, pode se referir tanto às características que eles construíram no local de origem, quanto a que eles estão por construir no reassentamento. Um exemplo de inconsistência na análise estrutural pode ser retratado a partir do número de evasão das famílias já instaladas nos reassentamentos.

Muitas vezes, isso acontece por medidas tomadas de forma inovadora que, por exemplo, queiram inserir o indivíduo em uma estrutura nova promovendo ações coletivas de forma impositiva, como forma de realizar ações, quando que a forma que eles estão acostumados a gerenciar sua as esferas de suas vidas se dá através de forma individualizada. Assim, o problema social acarretado pelo reassentamento das populações, pode ser visto de

---

<sup>35</sup> Matteddi (2005) atenta que não é toda relação mercantil que precisa necessariamente passar pelas relações pessoais para existir, muitas ações econômicas são realizadas fora desse âmbito, através das normatizações jurídicas e/ ou morais.

forma altamente impactante pelo empreendimento econômico que impôs aos atingidos, sua realocação, gerando consequências irremediáveis; no entanto, as categorias de confiança, de cooperação, fortalecidos pelas redes sociais fornecem à análise das consequências do evento, novas perspectivas, no sentido que, analisá-las de posse apenas dos dados quantitativos, não conseguem sozinhos captar a complexidade necessária para analisar a qualidade de vida dos indivíduos. Para isso, é necessário entender a dinâmica que existe na sociedade que sofreu diretamente com o impacto socioambiental, para compreender como os indivíduos atuam nela, pois a mudança do local de moradia não é acompanhada pela mudança imediata de uma alteração nas formas que o indivíduo se relaciona com a estrutura social.

## **2.1- A racionalidade nos moldes da teoria da estruturação**

O evento econômico que fomentou toda essa discussão sobre racionalização dos impactos promovidos pelo realocamento compulsório é desenhado a partir da sua importância para o desenvolvimento, considerando não somente os fatores econômicos, mas coadunando esses com as influências sociais, sendo que ambos são indissociáveis para entender a transformação do ambiente. Atentemos para o fato de que o EIA/RIMA é uma ferramenta que visa, através de planejamento e de bases epistemológicas já formuladas, compreender como se dão os impactos sobre a população afetada pelo empreendimento. Diretrizes e indicadores são aplicados para captar a realidade social e servem de base para formular uma previsão dos impactos; no entanto, essas ferramentas podem não conseguir dar conta da especificidade e da complexidade que são as ações dos indivíduos dentro da estrutura social; por isso, é importante realizar algumas considerações sobre a relação estrutura e ação, a partir da teoria da estruturação, na visão de Anthony Giddens (1989).

Esse autor realiza sua teorização usando como base a dicotomia<sup>36</sup> existente entre ação individual e estrutura social que permeou os fenômenos descritos nas diferentes escolas da sociologia clássica (estruturalismo, funcionalismo, com um modo de formular as explicações sociais e a etnometodologia e o interacionismo simbólico no outro oposto); assim, ele busca

---

<sup>36</sup>Sua epistemologia é baseada em fundamentos que são voltados contra as generalizações presentes em teorias como a funcionalista e estruturalista; ele contesta o uso de determinadas características presentes nessas correntes de pensamento, como por exemplo, a maneira predominante de análise dos fenômenos sociais, no qual o social atua de forma determinística sobre as ações individuais.

reunir em uma explicação teórica essas duas caracterizações, ou seja, ele analisa a relação existente na interação do meio social e a forma que os indivíduos atuam nele para realizar sua formulação da explicação dos fenômenos sociais. Essa crítica se refere ao modo que o indivíduo é subjugado ao apenas existir no mundo e na sociedade, sendo esta última a responsável pela existência dos sistemas que regem a vida dos indivíduos, sendo que a mudança estrutural não poderia partir das partes subjugadas. Essas características são próprias de uma base epistemológica baseada em uma tradição analítica que distancia da explicação social o objetivismo e subjetivismo, e da ação e estrutura, o que acaba gerando uma limitação prejudicial quando analisamos os fenômenos sociais, por meio dessas escolas, pois na realidade empírica essa separação não existe de forma efetiva.

A teoria da estruturação baseia-se na premissa de que essa contraposição entre o objetivo e o subjetivo tem que ser re-conceituado como uma dualidade<sup>37</sup> de características pertinentes à estrutura, pois nela é onde são realizados e sentidos e reproduzidos os resultados da conduta da ação dos indivíduos ao longo do tempo e do espaço. A ação do indivíduo, por sua vez, é contemplada pela teoria da estruturação como intrínseca à estrutura social “As sociedades humanas, ou os sistemas sociais, não existiriam, em absoluto, sem a agência humana”. (GIDDENS, 1989, p.140). Assim, através desse pensamento podemos focar na análise estrutural baseada também na agência individual, uma vez que ela é modificadora e mantenedora da estrutura social, bem como o caminho inverso também é realizado. Os atores individuais reproduzem e modificam as propriedades coletivas maiores, primeiro, pelo fato dessas instituições estruturadoras do social só existirem por meio da agência humana, e, segundo, pela existência de mecanismos de integração presentes na estrutura<sup>38</sup>, como os elementos normativos, como as leis e elementos culturais, como fornecedor das regras de conduta.

O termo cotidiano é na teorização de Giddens (2009) responsável por condensar o caráter de rotinização da vida social que ele adquire conforme se estende no tempo e no espaço; é atribuído a ele o caráter recursivo para as atividades realizadas no dia-a-dia de maneira idêntica. A teoria da estruturação gira em torno da explicação da ação social que mantém o caráter rotineiro das ações cotidianas, dentro da rotina, o indivíduo age de forma

---

<sup>37</sup> Giddens conceitua dualidade da estrutura como sendo: “A estrutura como meio e resultado da conduta que ela recursivamente organiza; as propriedades estruturais de sistemas não existem fora da ação, mas estão cronicamente envolvidas em sua produção e reprodução” (GIDDENS, 2009, 441.)

<sup>38</sup> Giddens conceitua estrutura como sendo: “Regras e recursos, recursivamente implicados na reprodução de sistemas sociais. A estrutura existe somente como trações de memória, a base orgânica da cognoscitividade humana, e como exemplificada na ação” (GIDDENS, 2009, 443)



racional, de forma motivacional, e também de forma a monitorar reflexivamente a ação de *outrem*. O efeito de rotinação do que os indivíduos percorrem é “ “feito acontecer” pelos modos de monitoração reflexiva da ação que os indivíduos sustentam em circunstâncias de co-presença” (GIDDENS, 2009, p.74). A rotinação é o caráter recursivo da vida cotidiana, estendida ao longo do tempo e do espaço, e ela é fundamental para dar aos indivíduos um senso de confiança, ou de segurança ontológica para realizarem suas ações. O deslocamento do tempo e do espaço, uma das características da modernização reflexiva apontada anteriormente, por Beck (1997) proporciona que os sistemas peritos, como a ciência e as fichas simbólicas, como o dinheiro, fossem descolados de sua origem, e que através de sua fixação no cotidiano dos indivíduos, eles são ressignificados. A rotina e a monitoração reflexiva fazem parte da consciência prática dos indivíduos: “Contida primordialmente na consciência prática, a rotina introduz uma cunha entre o conteúdo potencialmente explosivo do inconsciente e a monitoração reflexiva da ação que os agentes exigem” (GIDDENS, 2009, XXVI). A ação do indivíduo no cotidiano é realizada através de um caráter reflexivo, racional e também parte-se de motivações mais subjetivas, que, por sua vez, podem ser reproduzidas por uma consciência prática, por uma consciência discursiva e também por elementos inconscientes. Nesse trabalho buscaremos captar a consciência discursiva dos reassentados dando ênfase em sua análise a partir das perguntas, realizadas através do questionário, referentes à sua vida antes e depois da situação de reassentado.

Giddens (2009) afirma que é possível analisar os indivíduos através das práticas sociais, que eles vivenciam no cotidiano, e que por serem rotinizadas pode-se presumir que o indivíduo socializado é um ser reflexivo, pois eles ordenam, de forma reflexiva, seus saberes para atuar de forma recursiva e para perpetuar as práticas sociais. Por agir de forma reflexiva, os indivíduos são capazes de formular verbalmente<sup>39</sup> a motivação de suas ações; no entanto, nem sempre o entendimento da vida cotidiana, consegue ser verbalizado, por isso é importante analisar como os atores realizam suas atividades práticas<sup>40</sup> a fim de compreender porque determinadas condutas são realizadas. A ação do indivíduo socializado é reflexiva, e ao mesmo tempo ela é conectada pelos laços de relações que temos, sendo referenciada pela conduta dos outros, pelas normas legais, e ela também é conectada com o referencial moral

---

<sup>39</sup> Consciência discursiva significa que o indivíduo é capaz de colocar suas ações e motivações expressas em palavras (recordações que o ator é capaz de expressar verbalmente).

<sup>40</sup> Consciência prática envolve a recordação que o agente tem acesso quando a ação está ocorrendo, sem ser capaz de expressar verbalmente o motivo que faz com que a ação ocorra.

que o indivíduo carrega consigo, em seu estoque de conhecimento<sup>41</sup>, ou seja, tudo que temos hoje é formado pela ação do indivíduo, por isso temos que compreendê-lo.

A racionalização, como uma forma de conhecimento que os indivíduos utilizam para agir recursivamente é conceituada como “A capacidade que os atores competentes têm de se “manterem em contato” com as bases do que fazem da forma como o fazem” (GIDDENS, 2009, p.443). Assim, eles são capazes de formular de forma discursiva os motivos que os empreenderam a realizar determinada ação, e também são capazes de externalizar a sua racionalidade<sup>42</sup>, por meio de padrões de comportamento que seguem, por exemplo, nos seus trabalhos. Nos moldes da teoria da estruturação é domínio da ciência social compreender “as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo” (GIDDENS, 2009, p. 2). Elas por sua vez, devem ser captadas por meio da análise em conjunto do indivíduo e da estrutura social a qual o indivíduo se encontra e as relações sociais, por sua vez, são conectadas com a dimensão do tempo e espaço: “As propriedades estruturais dos sistemas sociais só existem na medida em que formas de conduta social são cronicamente reproduzidas através do tempo e do espaço” (GIDDENS, 1989, p. XVII). No entanto, esse tempo-espaço não é mais o mesmo que operacionalizou as instituições modernas; ele tanto sofre uma diminuição quanto uma expansão, pois analisá-lo agora deve ser uma tarefa global. Essa diminuição (do tempo para percorrer distâncias, da velocidade de trânsito das informações disponíveis para os indivíduos) do tempo-espaço se deu pela revolução nos transportes e nos meios de comunicação promovendo a desterritorialização das relações interativas entre os homens e a estrutura social. Logo, as propriedades da estrutura social sofrem uma flexibilização; no entanto, para essa modificação ser positiva para a coletividade e para os indivíduos, a população deve ser ativa no processo, e isso se dá na forma de participação democrática.

A noção da desterritorialização é fundamental para compreender que as relações sociais localizadas em determinada região podem afetar de modo mais geral, outras

---

<sup>41</sup>Segundo Alfred Schütz (1979) estoque de conhecimento consiste na primeira referência que o indivíduo vai usar em uma situação de interação. E sua formação se dá através das características que recebe de instituições próprias de determinada sociedade, pois ela é baseada na cultura e na sociedade que cada indivíduo pertence. No entanto, ele não é condicionado de maneira rígida podendo ser “alargado” através da experiência de nutrir-se de situações distintas, vivenciadas em outros contextos culturais, por exemplo.

<sup>42</sup>Essa racionalidade não está salva de ser imprevisível, por isso o autor atenta para a natureza das consequências imprevistas da ação. Assim, o indivíduo não é estritamente racional, pois mesmo uma ação calculada pode gerar impactos que não foram possíveis de mensurar no início da ação, além de existir fatores inconscientes. Com a compressão do espaço-tempo temos uma massa de informações e de oportunidades que a estrutura social produz, e isso acaba gerando no sujeito uma impossibilidade de mensurar todas as consequências que determinado ato vai gerar. Mas planejar as ações que serão tomadas para se relacionar com a estrutura social que o indivíduo está inserido, faz com que ele busque novas formas de modificar essa estrutura, que não é fixa, pois é modificada pelas ações dos atores sociais em interação.

localidades, ou seja, as ações são locais, mas os impactos dessas ações são sentidos em outros lugares. Os benefícios de gerar energia elétrica por meios sustentáveis, de modo global, podem ser sentidos em outras partes do mundo por proporcionar uma diminuição do uso de fontes energéticas mais poluentes que a hidroeletricidade. O impacto do empreendimento, nesse sentido, seja no meio ambiente, na economia e também na vida dos indivíduos, não são sentidos em pontos isolados, apenas nas comunidades afetadas pelo empreendimento, eles geram consequências que não podem ser apontadas usando estudos que não façam projeções considerando essa característica.

As relações sociais são permeadas por relações de poder e essas estão ligadas ao “posicionamento”<sup>43</sup> dos indivíduos dentro de um espaço social específico, sendo que cada espaço social contém suas respectivas categorias e vínculos simbólicos. Essa categoria é fundamental para compreender a população que teve de ser reassentada, pois não podemos simplesmente categorizar os indivíduos atingidos pelo empreendimento como proprietários e não proprietários de terras rurais. Essas categorias reduzem os proprietários apenas ao bem econômico do indivíduo, e como já vimos os indivíduos tem mais peculiaridades sociais, como as formas de sociabilidade, as formas políticas de organização, além de sua organização econômica.

Todos os atores se localizam em determinados contextos específicos, dentro de totalidades mais amplas, isso faz com que exista uma limitação de conhecimento, ou seja, aqueles que não possuem vivência direta de determinada relação social, não conhecem o sistema de funcionamento de outros contextos específicos. Sendo assim, não há como conhecer todas as especificidades dos “atingidos”, sem que seja relatado quem são esses atingidos, analisados em seu contexto mais característico, ou em sua microestrutura. O empreendimento atinge tipos sociais de diferentes maneiras, e cada qual deve ser analisada em suas especificidades sociais; o posicionamento categoriza as pessoas através do grau de conhecimento e instrução que o indivíduo possui para realizar suas atividades cotidianas. Então compreendê-lo acarreta em uma diminuição da distância existente entre os saberes locais, dos diferentes estratos sociais atingidos, para que a mesma possa ser compreendida pelos métodos científicos ao considerar as informações baseadas nos conhecimentos locais do funcionamento social, econômico e político para realizar ações positivas.

---

<sup>43</sup> Capturar o posicionamento consiste em compreender que ele é construído na sociedade que o indivíduo se encontra, ela depende de fatores como, o grupo que eles estão inseridos, as pessoas que fazem parte dele, pois esse posicionamento se dá pela interação dos agentes, frente a sua funcionalidade perante a estrutura social.

No caso da usina estudada, o conhecimento da população local<sup>44</sup> serve de auxílio de modo a estruturar medidas compensatórias específicas, aumentando as chances de ela ser benéfica e útil para a população, uma vez que o saber do homem local corrobora para a formação de teorias mais próximas da dinâmica social de determinada microestrutura. Assim, para realizar um estudo empírico baseado na teoria da estruturação é necessário circundar algumas características que são próprias da constituição social do grupo estudado, tais como: apontar as singularidades da constituição espaço-temporal da vida social que rege a vida dos indivíduos atingidos e como eles se estruturam a partir delas; essas peculiaridades podem ser capturadas através da observação do cotidiano e também pela análise discursiva, visando captar a racionalidade dos agentes que estão sendo pesquisados de acordo com cada fenômeno, em cada contexto.

De acordo com as especificidades analíticas encontradas em Giddens podemos considerar como vagas categorizações tais como: indivíduos diretamente atingidos, e atingidos indiretamente, e proprietários e não proprietários de terras, impactos positivos e impactos negativos. O agravante é que essas categorias foram largamente utilizadas para apresentar as informações no RIMA UHE Dona Francisca, sem que métodos sociológicos, ou antropológicos fossem sequer citados, impossibilitando de considerar os resultados do estudo como eficientes no trato com a população que teve de ser realocada. Compreender as diferentes formas de racionalização dos atores, dez anos após o processo de reassentamento, serve de base para compreender como os problemas que inicialmente não foram mitigados “corretamente” se ressignificam na vida dos reassentados. Nesse sentido, podemos captar a dimensão que pode chegar um impacto não considerado como passível de correção pelo estudo. Assim, através desse estudo possível inserir sugestões na análise da esfera social atingida por esse tipo de empreendimento, além de servir de análise crítica dos estudos impacto presente nas ferramentas da legislação ambiental.

## **2.2- Desejos e oportunidades frente ao reassentamento compulsório**

---

<sup>44</sup>Giddens (1989) afirma que a utilização do conhecimento do público leigo ou do senso comum sobre sua própria dinâmica social é utilizado como ferramenta por alguns cientistas, e na maioria das vezes as “descobertas” realizadas por eles por meio da exploração desse conhecimento só o são de fato, para aqueles indivíduos que não estão no mesmo contexto de atividades dos atores estudados.

Realizando uma abordagem, com elementos diferentes para explicar a realidade social através de uma teoria geral sociológica da que Giddens propõe e por não fazer uso do inconsciente, ou das falhas nas previsões, como um dado relevante para análise da realidade social; Jon Elster ajuda na compreensão do processo de construção das categorias analíticas fundamentais no que se refere à análise da relação das estruturas sociais com o agir individual. Esse autor define que é tarefa das ciências sociais esclarecer os mecanismos que causam os fenômenos sociais, fornecendo explicações das ações individuais juntamente com a explicação causal dessas ações e sua interação entre os indivíduos. Para tanto, a epistemologia que ele propõe, assim como Giddens, faz uso dos pressupostos presentes no individualismo metodológico, fornecendo atenção aos mecanismos da teoria da escolha racional para a análise da realidade social, o que o diferencia dos demais é seu empreendimento de apontar a relevância de encontrar nos fenômenos sociais características que indiquem os mecanismos que fazem parte de uma micro explicação dos fenômenos e também das mudanças sociais que partem das ações individuais. Assim, escolha racional é feita pelo indivíduo<sup>45</sup> buscando aperfeiçoar os resultados de sua escolha pelos dados que ele tem disponível em mãos, no seu estoque de conhecimento, e isso é afetado pelo condicionamento do local que ele vive e também por seus interesses pessoais.

Elster (1994) pretende aplicar sua metodologia para analisar os fenômenos sociais da seguinte maneira: primeiramente ele considera que as macroestruturas influenciam o comportamento dos indivíduos, pois fornecem a ele oportunidade de seguir alguns caminhos para alcançar determinados objetivos que o indivíduo objetiva; em seguida, o autor explica como essas ações individuais contribuem para que novas macroestruturas sejam formuladas e reformuladas. A metodologia dele funciona como um sistema de inputs e outputs. A macroestrutura oferece os *inputs* (por exemplo, informações, regras morais e/ou legais) que ao chegarem à microestrutura, formulada pelo indivíduo, passa por uma modificação, pois o indivíduo é um agente ativo dentro da sociedade ele reflete sobre as informações que são passadas a ele e a partir dessa reflexividade o *input* é apropriado pelo agente da forma que ele compreende. Depois de mensurar sobre, ela vai sair da microestrutura na forma de *output*, como ação para a macroestrutura novamente. A ação (enquanto informação, ordenamento) da macroestrutura influencia diretamente nas opções que os indivíduos têm para organizar o seu modo de ação, considerando seus desejos, e quando a ação é internalizada ela reflete novamente na sociedade em seu plano macroestrutural. Ilustrativamente ao problema dessa

---

<sup>45</sup> “A unidade elementar da vida social é a ação humana individual. Explicar instituições sociais e mudança social é mostrar como elas surgem como resultado da ação e interação de indivíduos” (ELSTER, 1994 pg. 29).

pesquisa, podemos considerar macro o empreendimento hidrelétrico como parte constitutiva macroestrutural que modifica a vida dos indivíduos em seu plano mais microestrutural, a resposta dos indivíduos, pode ser dada em diferentes momentos, pode ser uma resposta à construção do empreendimento fomentando neles a mobilização contra o empreendimento ou pode se dar na forma de aceitar o mesmo ou ambas as situações, num segundo momento pode ser dada na forma de mobilização contra os planos de reassentamento, por exemplo, exigindo melhores formas de indenizações; e num terceiro momento pode ser dado pela escolha do tipo de reassentamento (coletivo ou individual). Então, concluída essa etapa de reassentamento, a vida dessas pessoas deve seguir a partir das alterações impostas pela macroestrutura, no entanto, essa alteração é constantemente negociada por eles. A legislação impõe medidas que asseguram que o empreendimento só é realizado quando as medidas ótimas para geração de energia coadunam com os estudos de viabilidade da construção, inserindo o ônus e o bônus gerados pelo empreendimento, quando essa decisão é tomada, as medidas cabíveis são asseguradas, então, num primeiro momento a macroestrutura engessa a decisão dos indivíduos de aderirem ou não a construção do empreendimento, obrigando a todos serem deslocados dos locais atingidos pelo represamento do rio. Por isso a etapa de decisão da construção deve ser amplamente discutida com a população e não imposta a ela, uma vez que os impactos sociais recaem sobre eles. Elster (1994) entende que é possível explicar a ação em nível individual ao percebê-la como resultado final, depois de ter passado por dois filtros. O primeiro filtro é formado por todas as coerções<sup>46</sup> existentes na sociedade que o agente está inserido. Os atos que os sujeitos podem realizar compõem o que ele chama de conjunto de oportunidades. O segundo filtro irá determinar qual ação existente no conjunto de oportunidades será de fato concretizada. A fim de optar que ação será realizada utilizamos dois mecanismos influentes para determinar qual meio será útil para chegar aos resultados esperados em nossa ação, são eles: as normas sociais e a escolha racional. Elster (1994) afirma que na perspectiva da escolha racional<sup>47</sup>, os desejos e as oportunidades (o que queremos fazer e o que podemos fazer) de cada sujeito, são as causas que impulsionam a ação racional, essas duas categorias remetem à interação existente entre a objetividade que é

---

<sup>46</sup> “Coerções físicas, econômicas, legais, psicológicas” (ELSTER, 1994 p.29).

<sup>47</sup> No entanto, é característica da escolha racional é que existe a possibilidade de falhar, pois até quando utilizamos todas as variáveis de análise disponíveis no meio e mesmo em condições que Elster (1994) julga como ideais, e que resultariam em uma escolha racional ‘ideal’ que são: ele deve ser o melhor modo de realizar o desejo de uma pessoa dadas as suas crenças; essas crenças têm que ser ótimas, dadas as evidências disponíveis à pessoa; e por fim a pessoa tem que reunir uma quantidade ótima de evidências. (ELSTER, 1994 pg 47). Ainda sim a racionalidade pode falhar ao provocar consequências que não foram previstas pelo ator, seguindo a mesma linha de pensamento de Giddens.

característica da oportunidade e subjetividade que é característica do desejo, e ambos estão presentes na ação individual.

A escolha racional para Elster (1994) é uma ação instrumental, pois é direcionada aos resultados da ação individual. Ela tem como objetivo encontrar os melhores meios para dados fins. No entanto, há características que regem essa escolha da ação, ela depende de variáveis tais como; ordem de preferências dos indivíduos, e o conjunto de oportunidades que cada sujeito é condicionado, para chegar a determinado fim, realizando assim, uma mínima previsão do devir. As emoções e motivações são responsáveis por induzir o sujeito à determinada ação. Por isso é importante captar a motivação que levou determinado grupos de indivíduos a se direcionarem para o mesmo caminho, por exemplo, para os reassentamentos coletivos, buscando esses elementos pode-se realizar um retrato para compreender se o que era esperado no início de sua ação, com o que estão sendo vivenciado no presente. Já a ação orientada por normas sociais é realizada como uma forma de regular a interação com outros indivíduos, diferentemente da escolha pela ação racional, ela não é direcionada para um resultado esperado.

Segundo Elster (1994), as normas sociais são como convenções, que direcionam nossos atos de acordo as regras existentes na vida social, como por exemplo, formas normativas de como se vestir em determinadas ocasiões, e de comportamento para cada evento social que vivenciamos. Essas regras são coercitivas, e esse caráter pode surgir através da normatização pelas leis, ou de determinadas regras de conduta dos próprios indivíduos. Uma vez que as regras são internalizadas, vai depender de cada um regular sua ação para não sofrer sanções externas. Por essa razão, captar as características estruturais do antigo local que os moradores residiam pode ajudar a identificar possíveis problemas ocorridos pela falta de afinidade com o novo local de moradia, ou problemas em ingressar em grupos de sociabilidade (na participação comunitária) dos locais nos quais eles foram reassentados; até mesmo o modo como eles são vistos pela sociedade que os recebe pode modificar (de forma positiva ou negativa) as oportunidades que esses indivíduos têm na nova localidade. Deste modo, a ação do sujeito é caracterizada pelo conjunto de oportunidades que ele escolhe seguir racionalmente e de acordo com as normas existentes na sociedade que ele se encontra. O ator social vai sempre tentar negociar com a estrutura social para poder sobreviver da melhor forma, tentando satisfazer seus anseios.

A ação racional, contudo, pode ter sido barrada em detrimento da imposição da construção do empreendimento, na falta das condições “ótimas” para a sua construção, assim,

as normas sociais são condicionantes das oportunidades, barrando em um primeiro momento a escolha racional de optar ou não pelo empreendimento. Ressalta-se esse problema, uma vez que, é comum que a população só participe das audiências públicas realizadas pelos idealizadores do empreendimento, para escolher o tipo de reassentamento a qual optar.

Complementando esta análise de Elster sobre ação individual, Niklas Luhmann (2005), nos apresenta a categoria confiança como constitutiva da ação e que faz com que os indivíduos escolham tanto aderir às normas sociais como forma de ação, quanto justifica a escolha racional. Esta pode ser considerada o ponto de partida para a derivação de regras de conduta além de ser um componente intencional da experiência humana no cotidiano. Tal fenômeno está relacionado tanto com um sistema de personalidade do indivíduo quanto a um sistema social. Mostrar confiança é antecipar o futuro, ou seja, a relação da confiança com o tempo futuro consiste na esperança de que o futuro irá trazer coisas positivas para o presente do indivíduo. O tempo presente é a base para a confiança, mas ela está relacionada com os acontecimentos futuros. A função dessa categoria é, segundo Luhmann (2005), reduzir a complexidade existente dos sistemas sociais mais gerais; ela seria utilizada como um mecanismo de redução da complexidade social que permite oferecer ao indivíduo certo grau de segurança no presente a planificações e orientações dirigidas para o futuro. Ela é uma ferramenta para garantir que a complexidade resultante da modernidade forneça o mínimo necessário para sobrevivência do indivíduo.

Ao interpretar, estruturar e, com isso, simplificar o mundo é permitido adotar um cabedal de informações que em um processo de eleição seletiva, que fornece as diretrizes da ação humana. Para Luhmann (2005) a confiança orienta a ação do indivíduo, reduzindo o número de possibilidades de conduta a uma quantidade mais segura, diminuindo as incertezas e dando a sensação de que o mundo tem certa estabilidade. Ela é uma variável intrínseca para a sobrevivência do ser humano dentro da estrutura social, ela apóia a vida social do indivíduo. O grau de complexidade existente no mundo e a capacidade de confiança variam de acordo com a forma na qual o sentido e o mundo são constituídos intersubjetivamente pelos indivíduos, com o auxílio, por exemplo, da quantidade de familiaridade existente com as informações; essa é uma variável importante para decidir entre a confiança e a desconfiança. Nos mundos familiares o passado prevalece sobre o presente e o futuro. O autor considera a familiaridade como o “ponto firme” da categoria confiança e ambos são constituídos a fim de reduzir a complexidade existente no mundo globalizado de ordem pós-tradicional.



Nesse aspecto podemos concluir que é a partir de um movimento de participação efetiva dos atores sociais em um processo que permite que sua voz seja ativa, como é o caso que as audiências públicas proporcionam, aos atores afetados pelo empreendimento hidrelétrico. Não só a participação do público interessado é importante, como também é imprescindível que existam informações claras e consistentes com a realidade social de cada grupo atingido. Essas informações, por sua vez, se baseiam em dados e em estudos de viabilidade e estudos de impactos que deveriam ser bem formulados, para que se possa delimitar o maior número de conseqüências negativas sobre a população atingida, para que se possa, futuramente, realizar um processo de gestão dos impactos, utilizando os documentos iniciais como referência comparativa.

As informações baseadas em estudos sérios podem levar ao reasentado o sentimento de confiança e assim, tornar sua decisão mais fiel aos seus desejos, assim como o contrário também é possível, e muitas vezes o mais recorrente. A idéia proposta inicialmente é que a categoria fundamental para complementar uma teoria social que dê conta de explicar os fenômenos socioambientais, parte de características pertinentes da teoria da racionalidade, uma vez que, o indivíduo é ativo e passível de modificar as instituições estruturadoras do social. Nesse contexto, a escolha racional da ação depende de variáveis tais como: conjunto de oportunidades, e ordem de preferências dos meios disponíveis. Elster resume o pensamento da escolha racional na sentença: “Quando defrontadas com vários cursos da ação, as pessoas comumente fazem o que acreditam que levará ao melhor resultado global”. (ELSTER, 1996, p.38) E em uma situação de interação entre os indivíduos filtros são acionados, uma vez que ao agirmos individualmente tentando maximizar a utilidade esperada por nossa ação, podemos prejudicar *outrem*. Nesse sentido, é comum o indivíduo mensurar todas as alternativas, levando em consideração, as conseqüências dessa ação não somente para si, mas também para outras pessoas. Essas colocações rebatem algumas críticas tecidas ao método individualista, pois é comum considerar que os indivíduos agem apenas em benefício próprio, não considerando em sua ação, outra finalidade que não o ganho próprio. Essa idéia é difundida pela ciência economicista clássica, mas ela não deveria se aplicar dessa forma na esfera social. Ele é capaz de proporcionar uma maior reflexividade nos indivíduos, que por sua vez, reagem aos estímulos dado pela estrutura social (escola, igreja, estado) negociando seus papéis dentro dela, de acordo com as oportunidades e com os condicionamentos proporcionados pelas instituições que estruturam a vida social.

O indivíduo atua de forma a buscar melhores métodos de sobreviver na estrutura social, no entanto, o contexto de desenvolvimento sustentável, une o crescimento econômico, com o manejo responsável dos recursos naturais, buscando maximizar a justiça social, esse conceito exige, dos indivíduos que eles se adaptem a novas oportunidades e também a novos meios condicionantes que a estrutura proporcionará ao ir se ajustando às normatizações impostas por instituições reguladoras das ações tanto dos indivíduos quanto das empresas, organizações, etc. Dessa forma, o individualismo metodológico está apto a formular exigências dos atores sociais de acordo com os problemas que eles vivenciam.

Com a emergência das questões ambientais nas discussões sociológicas, novos métodos foram criados para entender de onde surgem os problemas socioambientais, a quem pertencem essas necessidades e como elas são atendidas. Essa inserção proporcionou mudanças no estatuto epistemológico da ciência, evidenciando novos tipos de saberes que auxiliam na criação de novas exigências para entender os problemas em suas especificidades que somente com o saber técnico não é alcançado. Assim, o saber local ganha nova importância, ao uni-lo com o saber especializado torna-se possível captar com mais especificidades os problemas, e, sobretudo as medidas mitigadoras. A teoria sociológica deve promover em seus estudos a fomentação da maximização das liberdades individuais<sup>48</sup>, proporcionando assim, resultados que busquem uma melhor qualidade de vida para os indivíduos que estão relacionados diretamente com o fenômeno estudado visando evitar reducionismos de qualquer sorte inclusive nos modelos de avaliação de impactos socioambientais. Capturar como os indivíduos racionalizam os impactos é direcionado para encontrar meios de adaptação à nova estrutura social visando mitigar o máximo possível os impactos negativos vivenciados. A finalidade desse exercício se daria uma vez que, os impactos positivos sejam intensificados, não somente pela maximização de seus ganhos pessoais, mas considerando fatores da motivação de cada um dos indivíduos um dado a ser considerado para melhorar sua qualidade de vida, incentivando e auxiliando elementos facilitadores pela busca da felicidade, em uma situação de mudança.

---

<sup>48</sup> Sen (2000) estuda a liberdade das pessoas para participarem da escolha social e da tomada de decisões, o que coloca em movimento o progresso das oportunidades que a sociedade pode fornecer.

### **2.3- Mensuração da qualidade de vida nos estudos de impacto socioambiental.**

Analisar as características que formulam o crescimento econômico é importante para situarmos nosso objeto de pesquisa, uma vez que, o empreendimento hidrelétrico existe, segundo o RIMA (1989), pela exigência de fornecer ao estado do Rio Grande do Sul mais suficiência na geração de energia elétrica. Nos termos do desenvolvimento econômico o empreendimento é viável por uma série de questões apontadas no capítulo anterior, por autores como Sánchez e Müller. No entanto, no contexto atual não basta o empreendimento ser viável economicamente apenas, mas ele deve passar ajustes que contemplam, mesmo que minimamente, os recursos naturais e a população afetada pela construção do empreendimento.

Frequentemente indicadores do desenvolvimento econômico servem de parâmetro para analisar de forma geral a sociedade como um todo, no entanto, Sen (2000) teoriza sobre os indicadores que revelam os índices de desenvolvimento econômico de determinado grupo da sociedade, não pode ser generalizável para explicar melhorias também nas outras esferas sociais, por não possuir os parâmetros necessários para avaliá-los de forma eficiente, em suas especificidades. Nesse sentido, Sen (2000) procura analisar os fenômenos sociais, dentro do contexto de um desenvolvimento mais abrangente, contemplando as esferas social, econômica e natural, juntamente com as conseqüências que esse fenômeno direciona para a vida dos indivíduos afetados. Desenvolver nos moldes de Sen (2000) consiste em expandir as liberdades reais que as pessoas são capazes de desfrutar, o foco deve ser voltado para expansão das liberdades que as pessoas possuem, e isso acaba por diferenciar seu pensamento das ortodoxas categorias analíticas do desenvolvimento e predomínio da importância econômica.

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas do desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), avanço de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico, ou modernização social. (SEN, 2010, p. 16).

Esse contraste se dá porque o autor acredita que o desenvolvimento deveria ser um meio para realizar e proporcionar as liberdades que os indivíduos de determinada sociedade deveriam desfrutar. Nesse sentido, a análise do desenvolvimento de uma sociedade remete considerar questões mais profundas, como as questões que envolvem qualidade de vida dos indivíduos, assim não devemos só fazer considerações acerca de questões econômicas, mas compreender o universo social que o engloba. Feita a ressalva do perigo generalista na análise

social, Sen (2000) atenta que o desenvolvimento econômico é uma esfera essencial para alcançar o desenvolvimento como um todo, pois ele é responsável por fomentar as outras liberdades substantivas<sup>49</sup> dos indivíduos.

O autor cita mais quatro tipos fundamentais de liberdades, são elas: i) a liberdade política, que fornece ao indivíduo possibilidade de participação e de exercer livremente dos direitos civis como a liberdade de expressão, e sufrágio universal; ii) a social, que é gerado através da ampliação e melhoria nas oportunidades de saúde e educação, transporte; iii) de segurança protetora, fornecendo uma segurança, mesmo que mínima, para os indivíduos não ficarem sem amparo social; iv) e garantias de transparência (de informações, e de acesso à elas) para instigar e manter a confiança dos indivíduos frente às estruturas sociais que os cercam. Essas liberdades fomentadas pelo desenvolvimento social e político, como a liberdade de participação, acesso aos direitos civis, e também à educação, à saúde e ao saneamento, proporcionam ao indivíduo uma maior probabilidade de que ele possa cuidar mais de si. A ideia central é que os formuladores de políticas possam facilitar aos indivíduos que eles sejam aptos a cuidar e gerenciar da melhor forma possível suas vidas, sem que o estado fique como responsável (financeiro, apenas), tornando indivíduo mais autônomo. Nesse sentido é necessário realizar ferramentas que facilitem a democratização dos indivíduos, sendo sua pretensão fazer ouvir as populações locais e seus problemas perante o mundo.

Essas liberdades podem ser conquistadas através de mecanismos democráticos fomentados por instituições públicas ou privadas, entidades participativas; através de mecanismos legais, da provisão de serviços como educação e saúde. Essa teorização sobre o papel das liberdades no tipo de análise de desenvolvimento proposto pelo autor fornece ao estudo a possibilidade de dialogar com um nível macroestrutural sobre os indicadores que mensuram a qualidade de vida dos indivíduos visando compreender se foi possível visualizar no processo de reassentamento, alterações significativas sobre o modo de vida que os indivíduos levavam antes do empreendimento, no local de suas antigas residências, com as alterações após sua construção, e conseqüentemente no novo local de moradia. Ou seja, quando menos existirem privações sociais, econômicas e políticas, maior o grau de desenvolvimento uma sociedade pode alcançar. É necessário que as pessoas sejam livres, e para isso elas devem poder exercer sua função de agente racional, reflexivo, enfim, de ser um “motor fundamental do desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 18.). A busca pela maximização das

---

<sup>49</sup> Liberdades substantivas são as que o indivíduo pode de fato desfrutar, de acordo com as possibilidades reais dos indivíduos. (SEN, 2000).

liberdades pode gerar como resultado, melhores oportunidades para que os indivíduos consigam moldar seu destino frente à sua vontade, ou vocação, e não sendo um ator preso às limitações imposta pela privação de liberdades. Na visão de Sen, existe um papel positivo frente à racionalidade de um ator menos limitado frente às liberdades e sustentável frente à sociedade, sendo que ele, por ser um agente ativo, pode influenciar na construção de sociedades que futuramente fomentem melhores meios de instigar as liberdades substantivas, a ponto de modificar positivamente a qualidade de vida de seus agentes. Uma vez expostos às liberdades é ideal que eles possam usá-las racionalmente, e de forma responsável visando promover sociedades melhores, por isso o autor opta por expor as fragilidades existentes a partir do método de buscar o desenvolvimento a partir da razão. Isso é importante para que de posse do conhecimento das limitações entenda-se que esse método pode ser falível quando se pretende às generalizações de qualquer sorte, principalmente quando a categoria central é o comportamento humano frente às oportunidades que o sistema propõe, mas mesmo assim usá-lo para delimitar os fenômenos sociais, é legítimo.

A primeira crítica feita por autores que contestam a metodologia, pelo o uso da ação racional, se dá a partir da heterogeneidade existente na racionalidade dos indivíduos, pela existência de valores e culturas distintas, e para isso ele cita o “teorema da impossibilidade” de Kenneth Arrow<sup>50</sup>. No entanto, ele rebate essa crítica dizendo que na realidade o que se questiona é a base informacional disponível, através da quais as decisões são tomadas, as informações disponíveis são cruciais para que se realizem boas previsões, no entanto, se não existir um recorte e uma método para utilizá-los, somente a ampliação da base informacional, não ajudaria na tarefa de realizar previsões sociais consistentes. Ainda que o agir racional se baseia nas informações disponíveis ao indivíduo quando esse vai mensurar a finalidade de suas ações, a falta de informações disponíveis não significa que a ação dele não tenha sido racional.

A segunda vertente crítica da racionalidade como motora da vida social, se dá pela impossibilidade de prever as consequências dos nossos atos, e que vivemos historicamente a partir das “consequências impremeditadas” das ações de outrem, por esse motivo a previsão racional de nossas ações seria inútil. Frente a essa crítica o autor atenta que a principal contribuição do uso da razão para fazer previsões é partindo da “necessidade de antever as consequências impremeditadas mais previsíveis” (SEN, 2000, p.335). Isso se dá através da análise causal dos dados que constituem o fato, por mais impremeditadas que sejam as

---

<sup>50</sup>Segundo Sen (2000) esse teorema é usado por autores que acreditam na impossibilidade explicativa da escolha social a partir das preferências individuais dos atores sociais.

consequências não significa que elas não tenham uma margem de previsibilidade. Logo, a visão racionalista não é prejudicada, pois prever os efeitos das ações é necessário para buscar previamente as consequências, sejam elas impremeditadas ou não.

A terceira vertente se firma sobre o ceticismo frente ao alcance dos valores humanos, ou seja, o ser humano consegue agir de forma solidária? Ou ele atua de forma auto-interessada buscando sempre maximizar seus ganhos não importando o custo social de seus atos. Assim, perante os críticos, esse tipo de racionalidade só seria apto para explicar o funcionamento dos mecanismos do mercado capitalista, e não outros tipos de comportamento humano. A essa crítica ele rebate com a existência de outros valores igualmente importantes dentro dos mecanismos econômicos, para fazer com que o mercado funcione dentro de seus padrões<sup>51</sup>.

A formação de valores sociais, em Sen (2000) se dá de forma complexa, por meio da interação social entre indivíduos dotados com diferentes tipos de valores, dentre os valores que podem tomar o lugar do comportamento auto-interessado na ação do indivíduo os de sentimentos como a simpatia e comprometimento. É nesse segundo tipo de ação que o indivíduo se despe de seu auto-interesse para agir de forma a minimizar o que ele entende que está sendo injusto a *outrem*. Essa base valorativa seria utilizada como sendo característica das formulações de políticas públicas, para ela “tem o papel não só de procurar construir as prioridades que emergem de valores e afirmações sociais, como também de facilitar e garantir a discussão pública mais completa.”(SEN, 2000, p.358).

São nessas discussões públicas que vem à tona as injustiças vivenciadas por determinada parcela social, nesse sentido, as liberdades substantivas além de fazer com que o desenvolvimento ocorra, eles também influenciam em uma forma mais geral, nos valores sociais. Responsabilidade para Sen (2010) é uma característica chave para dar continuidade ao processo da promoção de liberdades, ou seja, ela deve ser considerada junto com a ideia de desenvolvimento. Fomentar o senso de responsabilidade social, ambiental, sobre o meio

---

<sup>51</sup> Usando a economia como base, ele cita a importância de categorias como a confiança e a ética de comportamento, no funcionamento do mercado que é considerado o mais racional na busca de lucro quando a fins, sendo que esses valores que acabam refletindo no mercado, como por exemplo, através da emergência de novos padrões de comercialização, como o surgimento do mercado verde, que é dotado de certificações ambientais e órgãos responsáveis por sua gestão como o Conselho de Manejo Florestal (FSC), esse surgimento busca cobrir a demanda das exigências ambientais, por existir nos consumidores o interesse de consumir esse tipo de produto, e muitas vezes não restringem a compra por seu valor seu mais elevado frente os demais. Ainda nesse argumento, o autor indica não devemos cair em extremismos de achar que o indivíduo é somente egoísta ou somente bom e solidário.

social é imprescindível para disseminar boas regras de conduta sobre os indivíduos, sobretudo quando o promotor de ações positivas sobre a população é o Estado.

Para Sen (2000) o agir racional é pautado em dois sentimentos, de simpatia (que é motivado pela simpatia do indivíduo por se envolver com a causa de *outrem*) e de comprometimento (que exige do indivíduo que ele se comprometa em ajudar em uma causa, mesmo sem ser simpático, ou sem ter uma motivação pessoal para isso), com essas duas motivações ele acaba desestruturando a ideia do agir racional guiado pelo sentimento do agir egoísta, voltado para a maximização dos lucros pretendidos do início da ação. Melhorar os meios para que os indivíduos possam atingir seus objetivos é teorizado de forma central por esse autor, assim eles podem ser facilitados, quando há disponibilidade de boa educação, boa saúde, boas condições de moradia, proporcionando bem-estar, longe da violência ou de riscos proporcionado pelo meio ambiente que circunda as moradias dos indivíduos, enfim, esses seriam os meios para se buscar um fim. E não o fim em si. Esses meios são mínimos para que os indivíduos possuam um grau relativo de liberdade frente ao estado e perante as condições estruturantes da vida dos indivíduos.

A finalidade na teorização de Sen (2000) é proporcionar maior felicidade aos indivíduos, no entanto, o autor entende a impossibilidade de gerar felicidade geral a todos os indivíduos, por isso ele alega que o caminho para que cada indivíduo possua seu grau maior ou menor de felicidade pode ser facilitado se aumentar as possibilidades deles cuidarem de si mesmos, providenciando aberturas aos graus de liberdades substantivas, ou seja, as liberdades essenciais que os indivíduos devem ter para sobreviver e para poderem cuidar de si.

Dentre as liberdades que Sen (2000) cita como fundamentais, não podemos deixar de destacar o papel das liberdades políticas. Através dos mecanismos democráticos é possível fomentar o debate e dar voz aos interessados, essa prática faz parte de mecanismos legais, como o EIA, por exemplo, as audiências, pelo menos no papel, são fundamentais para esclarecimento e debate com a população afetada por empreendimentos impactantes. Grupos de pressão também são ouvidos quando há reivindicação por parte dos mesmos, pelo menos idealmente. No entanto, é necessário que a participação do grupo local seja instituída na pesquisa ou nos estudos por especialistas competentes, com ferramentas eficientes que possam dar minimamente o retrato social da população, além de fornecer indicadores que combatam os impactos negativos sobre os atingidos. Na interpretação que Lima (2008) faz de Sen (2000), e que utilizamos como direcionamento, aponta que é imperativa a existência de um consenso das pessoas frente aos ideais de liberdade, coadunando medidas políticas, sociais

de fomento a liberdades que possibilitem os indivíduos a desenvolver e ter a capacidade de cuidar de si mesmos.

A teoria do desenvolvimento humano preza pela existência de melhorias na qualidade de vida dos indivíduos, que se tem acesso a uma vida que permita dispor de boas relações, no trabalho, na saúde, na moradia, na educação, de garantias políticas livres, de participação democrática, ou seja, possibilidade de ter uma infra-estrutura habilitadora da vida não degradante. Essa discussão é inserida na problemática proposta por desmistificar um tipo de racionalização voltada apenas para a maximização dos fins, dos lucros que dada ação pode gerar. A operacionalização desse tipo de racionalidade, na forma de políticas sejam elas voltadas para o meio ambiente ou não, tem que ser contornada exaltando a importância das esferas sociais e ambientais que o projeto vai afetar. Institucionalmente essas obrigações já existem como vimos, a política ambiental brasileira insere ferramentas para analisá-las. No entanto, elas devem ter o mesmo grau de importância analítica quando os impactos negativos ultrapassam as vantagens do empreendimento, recentemente esse caso se apresentou na construção da UHE Belo Monte e a sociedade organizada juntamente com especialistas engajados, em um documento chamado Painel de Especialistas (2009) confrontaram os estudos já realizados provocando-os a analisar o empreendimento com mais cuidado.

Nesse caso, a expansão das liberdades individuais, proporciona que os indivíduos tenham suas reivindicações escutadas, e nesse caso, os grupos de pressão articulados na busca de um bem comum são imprescindíveis para exigir melhorias, assim, a liberdade torna-se sinônimo de desenvolvimento, e essa associação é resultante de um desenvolvimento mais igualitário, retirando o foco da geração de renda a qualquer custo social e ambiental. Tratar esses fatores também como limitantes promove melhorias nas ferramentas de análise evidenciando a importância de modelos minimamente eficazes pelos agentes formuladores dos estudos, e principalmente pelos agentes políticos.

#### **2.4- Análise da qualidade de vida baseado em indicadores.**



Não é objetivo desse trabalho empreender na busca de indicadores<sup>52</sup> que sejam capazes de mensurar a sustentabilidade, mas sim de apontar o papel dos indicadores nos estudos de impacto ambiental, para a partir das teorias vistas, entender porque é relevante mensurar os impactos socioambientais em todas as suas especificidades. Takeshy (2007) aponta que os indicadores podem se referir aos aspectos físicos do meio que receberá o projeto, como a topologia, hidrologia, climáticos, condições biológicas; e também podem ser referentes aos aspectos antrópicos, que une os fatores sociais, como aspectos de saneamento básico e serviços de saúde, com variáveis culturais (refletidas pelo comportamento humano na sociedade e suas relações com o meio ambiente). Os indicadores fornecem assim, de forma categorizada, um retrato da realidade que é pretendida a análise. Uma análise de impacto não foge a uma categorização de dados e de sua generalização em indicadores. Atualmente, os indicadores são mais encorpados, e tentam “quebrar” um pouco de sua totalidade trazendo refinamentos em sua formulação, como a inserção de elementos que indiquem a qualidade de vida dos indivíduos.

Seguindo num empreendimento analítico dos fatores sociais, Selene Herculano (2000) busca desenvolver indicadores que sejam aptos a mensurar a qualidade de vida, e para ela, mesmo frente à complexidade dessa tarefa, indicadores bem fundamentados deveriam abranger características que contemplem: “o bem-estar individual, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico” (HERCULANO, 2000, p.77). Ao interligar essas três esferas, a autora pretende que seja construído um conceito de qualidade de vida que seja possível mensurar em indicadores analíticos, informações que possam facilitar comparações que expressem a relevância de analisar de forma mais completa possível a vida dos indivíduos.

O indicador utilizado para referenciar o parâmetro de desenvolvimento atualmente e apontar os progressos da economia de um país é o Produto Interno Bruto (PIB), no entanto, assim como Sen (2000), ela aponta que utilizar esse índice para mensurar desenvolvimento é ineficaz, pois “A própria metodologia de mensuração do PIB é inadequada, pois pode se contabilizar como atividades econômicas ações na verdade destrutivas, como desmatamentos e demolições, e até mesmo imorais, como as empresas de prostituição e o tráfico de crianças.” (SEN, 2000, p.87). De posse de conhecimento do potencial restrito do PIB para analisar os

---

<sup>52</sup> Para Bellen (2007), os indicadores são variáveis (abstrações que competem ao pesquisador elencar graus de relevância de acordo com a realidade estudada) que pontuam informações relevantes existente em um fenômeno. Eles servem de ferramentas de avaliação que tem função de servir de base para análises comparativas, também de comunicação, fomentando bases informacionais e possibilitado a mobilização de interessados. Essa mobilização é possível quando os dados são disponíveis para a população na forma de trabalhos, publicações e função banco de dados coletados facilitando a interação de diferentes áreas.

índices econômicos para consecução dos índices do desenvolvimento, Herculano rememora que a ONU insere, em 1990, o índice de desenvolvimento humano (IDH), para que o Brasil pudesse medir o desenvolvimento a partir de quatro indicadores: i) expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB. Esses indicadores dão forma ao IDH.

No entanto, esse índice é igualmente restritivo para analisar o desenvolvimento fora das categorias especificadas, não contemplando de forma significativa, sobre a qualidade de vida dos indivíduos, considerando seus contextos sociais, ou seja, o meio em que eles vivem. Para atenuar essa falha, ela propõe analisar o desenvolvimento, através do Índice de Qualidade de Vida (IQV). Nesse índice são incorporadas à noção do IDH as questões ambientais, como sujeição dos indivíduos a locais de risco, com a presença de ar e água poluídos, no local de trabalho, ou perto do local de moradia, por exemplo. Assim, a autora chega ao conceito de qualidade de vida que é: “a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades...” (SEN, 2000, p. 92)

Nesse sentido, para mesurar a qualidade de vida, os índices que ela propõe para serem analisados na sociedade são: i) apontar os níveis de tecnologia e conhecimento já desenvolvidos e como são fomentados; ii) mostrar os canais institucionais de participação da população frente às decisões coletivas e também para discussão de problemas; iii) tornar visível os mecanismos de acesso à produção, como os financiamentos promovidos pelo governo, por exemplo; iv) Analisar características referentes aos mecanismos de acesso ao consumo, tais como à distribuição de renda e acesso à água, saneamento básico, luz, transporte, saúde, etc; V) ter acesso aos canais democratizados de comunicação e de informação; vi) possuir acesso às áreas verdes e a biodiversidade; vii) Ter organizações governamentais e não governamentais empenhadas em concretizar no projeto da qualidade de vida para a população, auxiliando na facilitação de pessoal e verba para isso.

A partir desses índices podem-se criar várias categorias para analisar cada um, de acordo com a sociedade estudada. A autora aponta ainda, a necessidade de avaliar o IQV partindo da análise de “micro espaços minimamente homogêneos (a favela, o bairro, os distritos municipais)” (idem p.94), a análise micro é fundamental para mensurar a desigualdade econômica do todo e tem como ponto positivo salientar a necessidade de políticas específicas e destinação de verbas/ recursos, uma vez evidenciado o problema. A união dessas esferas em mecanismos que se interliguem para explicar o desenvolvimento faz-se urgente pela emergência de um índice que busca vincular o bem-estar social, o

econômico e o ecológico. Por mais que não seja realizado um novo índice global, a metodologia da autora é muito bem empregada nos contextos de análise da qualidade de vida das populações reassentadas. Ainda Herculano elenca características a serem analisadas nas populações que serão pesquisadas, são elas: qualidade habitacional, educacional, qualidade da saúde, condições de trabalho, diversidade e horizontalidade na comunicação social, qualidade do transporte coletivo, qualidade ambiental urbana e não urbana, e qualidade, pluralidade, horizontalidade nos canais de decisão coletiva.

A ideia de acreditar nos índices de desenvolvimento tais como estão expostos pelo PIB e pelo IDH de forma separadas, está com a credibilidade a ponto de ser abalada pela emergência de um índice que busca vincular o bem-estar social, o econômico e o ecológico. A união dessas esferas em mecanismos que se interliguem para explicação o desenvolvimento se faz urgente. Juntamente com a ideia de Herculano, de se criar indicadores para auxiliar o IDH a inserir a qualidade de vida dos indivíduos, o que ela sugere fazer através do IQV, uma vez que se aponta a necessidade de construir juntamente a esses indicadores, índices que consigam dar mais expressão às questões ambientais.

A inserção da variável ambiental feita por Herculano é importantíssima para compreender esse contexto e ela faz ligações diretas com características explicitadas por sociólogos que estudam as teorias ambientais. A análise de impactos considerando as dimensões macro e microestrutural, sendo a hidrelétrica e as comunidades atingidas respectivamente, são teorizadas contendo uma carga interdisciplinar forte, mostrando sua importância na análise da vida dos indivíduos, no entanto, realizar essa tarefa no plano empírico, que passa por todos os tramites burocráticos, e por diversos órgãos, como o(s) órgão(s) que financia(m) o projeto, o órgão que é responsável pelo estudo inicial são muitas instituições que fazem parte de um projeto desse porte. Por essa característica, fazer com que a parte social seja bem estudada é um desafio a ser vencido através da criação de ferramentas que faça dela tão objetivos quanto for possível a fim de inserir no estudo a sua complexidade, não deixando de lado a busca por resultados eficientes para a população que necessita dele.

O projeto de fomentar o desenvolvimento a partir das liberdades individuais visa fazer parte de um processo de estruturação social no qual o indivíduo, através da participação democrática, assegurada pelo Estado ou em conjunto com outras instituições sociais, como ONGs ou como os órgãos financiadores, devem ser ativos no sentido de pressionar que as ações legais sejam minimamente cumpridas. Pequenas mudanças estruturais acontecem quando o indivíduo está agindo em seu cotidiano, por isso alguns valores sociais e ambientais

devem ser fomentados para se tornarem parte do cotidiano dos atores sociais. Para medir o desenvolvimento sustentável, no plano empírico é relevante que existam indicadores próprios que aponte os impactos positivos e negativos de forma mais próxima da realidade para que medidas e políticas que se baseiam em informações apontadas por indicadores socioambientais possam realizar a interdisciplinaridade. Os dados socioambientais não podem ser analisados forma de sua conjuntura específica e eles estão dados na natureza de forma conectada; por exemplo, não temos como analisar o impacto de uma hidrelétrica nos recursos hídricos sem considerar o uso que as populações locais fazem dele para retirar seu sustento, para realizar suas atividades cotidianas e de lazer. Assim indicadores que favoreçam de forma flexível a análise de micro espaços possam auxiliar na compreensão da relação homem e natureza já existente para realizar medidas a partir delas.

Para conquistar níveis de bem-estar e proporcionar melhor qualidade de vida aos indivíduos e de como programá-la no projeto de análise inserindo-os nas ferramentas de impactos socioambientais, nas políticas responsáveis por ela, é tida como secundária por motivos diversos; seja por ser considerada de difícil mensuração, seja por não ter pesquisadores atentados para novas formas de mensurar impactos, ou por limitação financeira para realizar um estudo complexo desse porte, ou até pela necessidade de que os estudos sejam realizados mais rapidamente. No entanto, mesmo frente a todas essas limitações frente à realização de um estudo mais completo é imperativo que consideremos todos os esforços possíveis uma vez que o empreendimento coaduna na promoção do desenvolvimento sustentável, por promover o uso de uma energia limpa e de fonte renovável. Todavia só isso não é capaz de justificar o empreendimento como sustentável, uma vez que há avanços a serem considerados frente aos impactos socioambientais. Essa situação foi bem delimitada no trabalho de Marques (2005), como citado no primeiro capítulo, os ganhos financeiros não compensam os impactos que os indivíduos afetados pelo alagamento sofrem.

### **CAPÍTULO 3- METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA EMPÍRICA, DESCRIÇÃO DOS REASSENTADOS E PRIMEIRAS ANÁLISES**

Esse capítulo realiza a descrição de como se deu o trabalho de campo, quais foram os métodos utilizados para captar os dados e também será evidenciado o modo como os mesmos foram analisados. Fez-se uso de um questionário estruturado como forma de coleta de dados, este, contendo duas partes, a primeira com cinquenta e seis perguntas fechadas e a segunda parte com vinte e uma perguntas abertas e estruturadas. A análise da parte fechada do questionário constituir-se-á através da observação da frequência dos casos, e também dos cruzamentos entre variáveis, sendo que as variáveis fixas, ou seja, as que sempre são analisadas; são a renda dos reassentados e o município que a entrevista foi realizada. A partir desses dados, pretende-se realizar inferências sobre a teoria do desenvolvimento humano em Amartya Sen priorizando a explicação das liberdades substantivas, visando a generalizações sobre questões como felicidade, qualidade de vida e desenvolvimento. Nessa etapa, considera-se possível captar como são estruturadas determinadas características peculiares dos reassentamentos presentes nos três municípios (Jóia, Salto do Jacuí e Tupanciretã) que receberam as famílias atingidas pelo alagamento das terras para a construção da barragem, ou seja, compreender as questões de renda, de forma de produção, de moradia, de educação e etc.

O objetivo das perguntas constitutivas na parte fechada do questionário é de compreender questões demográficas básicas, além de questões interacionais entre os reassentados em sua comunidade, e dentro do ambiente econômico geral. Já na segunda<sup>53</sup>, parte que é aberta<sup>54</sup>, mas igualmente estruturada, do questionário destina-se a compreender temas referentes à vida econômica dos reassentados e também questões que envolvem sua forma de produção e sustentabilidade. Essa segunda parte é analisada no viés da racionalidade dos atores, que como sugere Giddens (2009) a racionalidade discursiva pode ser capturada partindo do discurso adotado pelos entrevistados que vivenciaram esse processo, essa tarefa contribuiu para que fosse possível elencar categorias-chave para mensurar o evento e atual

---

<sup>53</sup> Essa segunda parte é analisada no viés da racionalidade dos atores, que como sugere Giddens (2009) a racionalidade discursiva pode ser capturada partindo do discurso adotado pelos entrevistados que vivenciaram esse processo, essa tarefa contribuiu para que fosse possível elencar categorias-chave para mensurar o evento e atual situação dos mesmos.

<sup>54</sup> Esse tipo de entrevista permite que o respondente da pesquisa fique mais à vontade para relatar fatos que rememorem sua vivência e isso possibilita uma riqueza de detalhes que a parte fechada do questionário não consegue captar de forma mais específica.

situação dos mesmos. Assim, buscar-se-á compreender a racionalidade que cerca a vida econômica do reassentado, e ela está estruturada de forma a verificar como essas questões são dadas em duas instâncias: a primeira exige que o entrevistado faça uma atividade de rememoração, na qual é perguntado sobre as condições econômicas no local em que eles moravam antes; e no segundo momento ele é questionado sobre a forma de produção no momento atual.

### 3.1- Metodologia aplicada na pesquisa empírica

A pesquisa de campo formatou-se partir da pesquisa bibliográfica previamente realizada para auxiliar na coleta dos dados preliminares que forneceram informações básicas sobre os reassentados para a confecção da ferramenta analítica, o questionário. A partir dos documentos disponíveis pela FEPAM e pelo Banco Internacional para o Desenvolvimento (BID) pode-se considerar que os reassentamentos existentes são cinco e se encontram divididos em três municípios, o reassentamento: Jóia I- Novo amanhecer e o reassentamento: Jóia II- 31 de maio no município de Jóia; o reassentamento: Luz do amanhecer, situado no município de Salto do Jacuí; e os reassentamentos: Tupã I- pôr-do-sol e Cachoeirinha, ambos localizados no município de Tupanciretã. O número total de famílias atingidas pelo alagamento das terras passa de 400 famílias, sendo essas, divididas entre os municípios atingidos para formar as amostras que possibilitaram a aplicação do questionário: O número de reassentamentos coletivos indicados pelo RIMA do BID é estimado através do número de famílias:

**Tabela 1- Número de reassentados a serem entrevistados**

Reassentamento	Municípios	Número de lotes	Amostra	Número de famílias
Jóia I	Jóia	36	15,4%	7
Iara Fogliatto (Jóia II)	Jóia	49	21%	10
São Dimas (Tupã I)	Tupanciretã	35	15%	7

Derli Ceolim (Tupã I)	Tupanciretã	5	2,1%	1
Sartori (Tupã II)	Tupanciretã	41	17,5%	8
Capão Grande	Salto do Jacuí	46	19,7%	9
Cotriel	Salto do Jacuí	21	9%	4

A amostra é baseada no Relatório de Impacto Ambiental disponibilizado pelo BID (BID, 2000, p.33), que atenta que os indivíduos que aderiram ao reassentamento por grandes lotes, foram 233 famílias, e a amostra realizada para a análise descritiva contemplou 20 % do total delas, totalizando uma amostra de 46 famílias. No entanto, ao realizarmos a pesquisa de campo, um problema foi apontado com o documento oficial, o reassentamento Cotriel, presente no município de Salto do Jacuí não consta nos registros oficiais dos órgãos ambientais, e com isso, não foi possível capturar a amostra de quatro famílias. Por esse motivo, a amostra final se assentou em 42 famílias, e o questionário foi aplicado nos reassentamentos abaixo:

**Gráfico 1- Número de amostras por reassentamento**



Dessa forma, foram realizados 16 questionários em Tupanciretã, sendo sete deles no reassentamento Tupã I, que também é chamado de Pôr-do-sol, uma entrevista realizada no anexo desse reassentamento, e oito questionários no reassentamento de Tupã II ou Cachoeirinha; 17 questionários foram aplicados no município de Jóia, sendo sete no

reassentamento Jóia I ou novo amanhecer, e 10 no reassentamento Jóia II ou 31 de maio; e nove questionários foram realizados em Salto do Jacuí, no reassentamento novo amanhecer.

Primeiramente será dado um panorama geral dos reassentamentos da UHE dona Francisca Para tanto, empreenderemos em uma etapa descritiva que será realizada da seguinte forma: serão expostos os casos globais, com dados referentes a todos os reassentamentos e para cada questão global, será realizada uma descrição mais localizada, ou seja, os dados gerais serão desmantelados referentemente ao número de casos encontrados em cada uma das localidades as quais os reassentamentos se encontram. Separamos a análise da parte fechada do questionário em sete itens: i) nível descritivo do reassentado, no qual buscaremos compreender como o mesmo está estruturalmente representado, qual seu grau de escolaridade, sua renda mensal, etc.; ii) análise da estrutura presente no reassentamento (disponíveis nos lotes); iii) análise dos bens materiais que o reassentado dispõe, esse dado ajudará a compreender se eles têm acesso aos bens materiais básicos para terem uma vida minimamente confortável; iv) análise das estruturas sociais do reassentamento, nesse item serão analisados como os reassentados entendem os serviços básicos no reassentamento; v) análise da interação do reassentado com sua comunidade (local e geral); vi) o reassentado operando no seu ambiente econômico; vii) O último item de análise é referente à questão da sustentabilidade

### **3.2- Descrição do reassentado**

A maioria dos entrevistados considera-se de cor branca, esses somam 33 casos (78,6%) divididos por município da seguinte forma: 13 entrevistados em Tupanciretã, 11 em Jóia, e nove em Salto do Jacuí; ii) um caso (2,4%) que se considera de cor amarela em Jóia; iii) e oito (19,0%) entrevistados se consideram da cor parda, divididos por município da seguinte forma: três entrevistados no município de Tupanciretã e cinco em Jóia. Os entrevistados têm naturalidade dividida em 10 municípios diferentes, mas todos situados no Rio Grande do Sul. A maioria dos reassentados são naturais dos municípios atingidos pela Usina (Agudo, Ibarama, Arroio do Tigre, Pinhal Grande (que antes era chamada de Sobradinho), Nova Palma, e Estrela Velha) divididos assim: Estrela velha cinco casos (11,9%) divididos nos município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, e quatro em Jóia; ii) Arroio do tigre oito casos (19,0 %) divididos por município da seguinte forma:



dois entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia, e três em Salto do Jacuí; iii) Pinhal grande sete casos (16,7%) divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, quatro em Jóia, e um em Salto do Jacuí; iv) Sobradinho com 10 (23,8%) casos divididos nos municípios da seguinte forma: quatro entrevistados em Tupanciretã, dois em Jóia, e quatro em Salto do Jacuí; v) Nova palma com quatro casos (9,5%) em Tupanciretã; vi) Agudo um caso (2,4%) em Tupanciretã. Juntos esses municípios somam 35 casos (83,3%). Os demais reassentados são naturais de: vii) natural de Julho de Castilhos com três entrevistados (7,1%) que vivem no município de Jóia; viii) natural de Itaqui um caso (2,4%) em Jóia; ix) natural de Tupanciretã um caso (2,4%) em Jóia; e x) natural de Segredo um caso (2,4%). Esses seis casos (14,3%) apontam os indivíduos que não eram naturais dos locais que foram atingidos pelo alagamento da UHE. Esse dado é relevante para compreender que os indivíduos, em sua grande maioria eram bastante enraizados em seus locais de origem.

A maioria dos entrevistados eram homens, contabilizando 23 casos (54,8%), eles estão divididos por município do seguinte modo: oito em Tupã, nove em Jóia e seis em Salto do Jacuí; e 19 (45,2%) dos entrevistados eram mulheres, divididos por município da seguinte forma: oito casos em Tupã, oito em Jóia e três em Salto do Jacuí.

O estado civil tinha maioria de casados, sendo sua maioria, 26 casos (61,9%) divididos por município da seguinte forma: oito entrevistados em Tupanciretã, 14 em Jóia, e quatro em Salto do Jacuí; ii) em segundo lugar foi apontado uma nova categoria para inserir os indivíduos que não se encaixavam nas categorias propostas inicialmente pelo questionário, e que se identificam na situação de que “moram juntos”, mas que não são casados, com cinco (11,9%) dos casos, divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, um em Jóia, e dois em Salto do Jacuí. Somando-se ambos os casos, pode-se notar que a maioria 31 (73,8%) dos entrevistados tem uma relação estável com o companheiro ou companheira. As outras categorias são: iii) de solteiro, inteirando três casos (7,1%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, nenhum em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; iv) os viúvos totalizam quatro casos (9,5%), divididos por município da seguinte forma: três entrevistados em Tupanciretã, nenhum caso em Jóia, e um em Salto do Jacuí; ii) desquitado com apenas um (2,4%) caso em Tupanciretã; v) e separado/divorciado três casos (7,1%) divididos por município da seguinte forma: um entrevistados em Tupanciretã, dois em Jóia, e nenhum caso em Salto do Jacuí. Juntos os que não se encontram na situação de relacionamento estável somam 11 casos (26,1%).

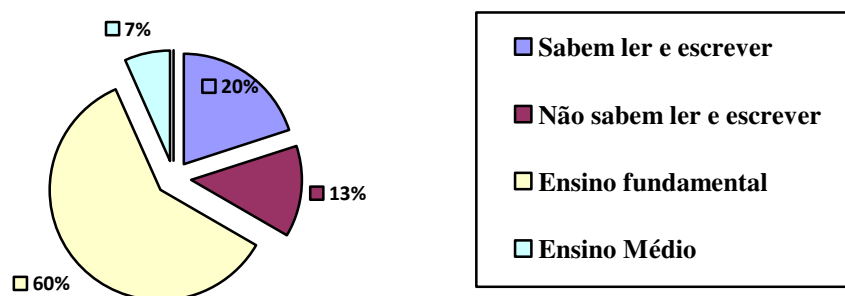
O número de filhos que os entrevistados têm se dividem desse modo: i) os que não tinham filhos contabilizam cinco casos (11,9%) eles estão divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, dois em Jóia, e um em Salto do Jacuí; ii) entrevistados que têm apenas um filho, são sete casos (16,7%), divididos por município da seguinte forma: três entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; iii) os entrevistados que têm de dois a quatro filhos são a maioria dos casos, 20 deles (47,6%), e estão divididos por município da seguinte forma: oito entrevistados em Tupanciretã, oito em Jóia, e quatro em Salto do Jacuí; iv) os entrevistados que possuem de cinco a sete filhos constituem sete casos (16,7%) divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados no município de Tupanciretã, três em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; v) e os que têm mais de oito filhos são a minoria, dois casos (4,8%) um em Tupanciretã e um em Jóia. Acima de quatro filhos são nove casos (21,5%) assim podemos observar que há uma redução geral no número de filhos no meio rural. Até quatro filhos são 64, 3% ou 27 casos, divididos da seguinte forma: 13 (81,3%) entrevistados no município de Tupanciretã, 13 (76,5%) em Jóia, e sete (77,8%) em Salto do Jacuí. Os entrevistados presentes nos reassentamentos do município de Tupanciretã contam com menor número de filhos, e os que possuem maior número de filhos é Jóia com 23,6%.

A idade dos reassentados entrevistados varia entre 25 e 63 anos, de modo geral, foram divididos dessa forma: i) de 25 a 34 anos: encontramos 13 casos (31,1%) divididos por município da seguinte forma: três (18,8%) entrevistados em Tupanciretã, seis (35,3) em Jóia, e quatro (44,5%) em Salto do Jacuí; ii) faixa etária de 34 a 43 anos: encontramos seis casos (14,3%) divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia, e um em Salto do Jacuí; iii) a maioria dos entrevistados se encontram na faixa etária entre os 44 anos aos 53 anos: 16 casos (38,1%) divididos por município da seguinte forma: sete entrevistados em Tupanciretã, seis em Jóia, e três em Salto do Jacuí; e iv) Na faixa etária de 54 a 63 anos são sete casos (16,7%) divididos por município da seguinte forma: quatro (25%) entrevistados em Tupanciretã, dois (11,8%) em Jóia, e um (11,2%) em Salto do Jacuí.

Entrevistados de até 34 anos se encontram a maioria em Salto do Jacuí, e na faixa dos mais idosos acima de 54 anos a maioria se encontra em Tupanciretã. Atente-se que a faixa etária dos proprietários nos reassentamentos é de no mínimo 28 anos nos mais jovens, pois há 10 anos, foi contemplou-se os jovens de 18 anos para entrar no plano de reassentamento reajustado.

A escolaridade dos reassentados é mapeada da seguinte forma: são oito (19%) dos casos os que sabem ler e escrever; divididos por município da seguinte forma: três entrevistados em Tupanciretã, cinco em Jóia, e nenhum caso em Salto do Jacuí; ii) os analfabetos, ou seja, os que não sabem nem ler e escrever são apontados em três casos (7,1%) divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, um em Jóia, e nenhum em Salto do Jacuí. Juntos (caso A) eles formam 11 casos (26,1%), sendo cinco casos (31,3%) em Tupanciretã, e seis (35,3%) em Jóia e não há casos em Salto do Jacuí, assim o município com menor número de instrução é Jóia; iii) os reassentados com o ensino fundamental são a maioria dos casos, sendo 26 (61,9%) divididos por município da seguinte forma: nove entrevistados em Tupanciretã, oito em Jóia, e nove em Salto do Jacuí; iv) os que têm ensino médio são três casos (7,1%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, dois em Jóia; v) com ensino superior aponta-se um caso (2,4%) em Jóia; vi) e com pós-graduação um caso (2,4%) em Tupanciretã. Somando os entrevistados que possuem do segundo grau em diante, são apenas cinco casos (11,9%), ou seja, essa situação é encontrada em uma minoria entre os reassentados, sendo encontrados dois (11,5%) casos em Tupanciretã, e três (17,7%) casos em Jóia. Fazendo desse último o município com mais reassentados que têm um nível de instrução acima do segundo grau. Em Salto do Jacuí foi possível ver uma homogeneidade no grau de escolaridade, no entanto, os dados mostram que todos os entrevistados possuem ao menos o ensino fundamental.

**Gráfico 2: Gráfico do grau de escolaridade dos reassentados<sup>55</sup>**



No ano de 2010, quase a totalidade dos entrevistados, ou seja, 41 casos (97,6%) realizaram trabalho o agrícola em seu lote na modalidade de “conta própria”, ou seja, são

<sup>55</sup> Os gráficos realizados nessa configuração se referem à minha interpretação através dos dados capturados no questionário

produtores e tiram seu sustento a partir do que produzem em suas terras, eles estão divididos por município da seguinte forma: 15 entrevistados em Tupanciretã, 17 em Jóia, e nove em Salto do Jacuí. Apenas um entrevistado trabalha como empregado na localidade de Tupanciretã e nessa situação, ele possui carteira assinada. Nos casos do trabalho por conta própria essa situação não ocorre por serem donos de sua produção.

Dos trabalhadores que se encontram na modalidade “por conta própria”, seis entrevistados (14,3%) contam com a ajuda de empregados fixos ou temporários para auxiliar no trabalho realizado no lote, desses seis, dois entrevistados moram no município de Tupanciretã, e quatro entrevistados moram em Salto do Jacuí; ii) são três (7,1%) o número de casos em que os reassentados recebem o auxílio de pelo menos um empregado divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, e um em Salto do Jacuí; iii) e são quatro os casos (9,5%) que possuem de dois a três empregados divididos em dois entrevistados no município de Tupanciretã, e dois em Jóia. Na maioria dos casos, 35 (83,3%) dos reassentados não recebem ajuda de empregados fixos ou temporários, eles se encontram divididos por município da seguinte forma: 13 entrevistados em Tupanciretã, 17 em Jóia, e cinco em Salto do Jacuí.

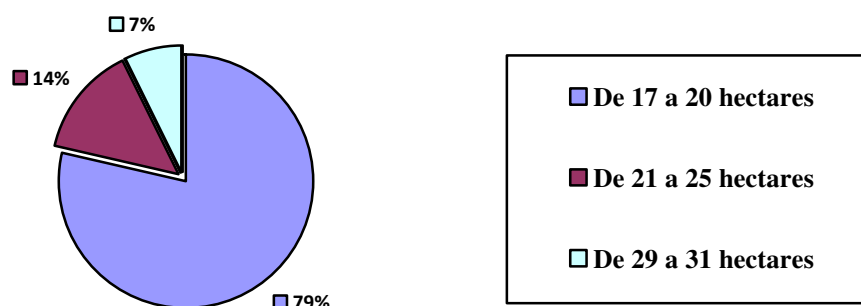
Dos entrevistados que têm parceiros morando junto, e que os consideram cônjuges, encontramos 36 casos, o que sugere uma alteração (para mais) no número de entrevistados que são casados e que se encontram na situação de “moram junto”, evidenciando que o número de pessoas que tem relação estável é maior do que foi inicialmente apontado. Foi possível apontar em seis casos (14,3%) os cônjuges que trabalham e ganham salários para ajudar a compor a renda dos reassentados, e os casos são divididos por município da seguinte forma: um entrevistado (2,4) em Tupanciretã, quatro (9,5%) em Jóia, e um (2,4%) em Salto do Jacuí. A renda dos que trabalham giram entorno: i) de um a dois salários mínimos em quatro casos (9,5%) divididos por município da seguinte forma: um entrevistado no município de Tupanciretã e três em Jóia; e ii) os entrevistados que têm cônjuges que trabalham e ganham de três a quatro salários mínimos conta com um caso (2,4%) em Salto do Jacuí. Um caso, em jóia não respondeu. Para os demais entrevistados, em 30 casos (71,4%) os cônjuges não trabalham na condição de assalariados e são divididos por município da seguinte forma: 11 entrevistados em Tupanciretã, 12 em Jóia, e sete em Salto do Jacuí. Esses, não recebem salários, pois trabalham na propriedade auxiliando nas tarefas que geram renda para a família.

Inicialmente, segundo o RIMA (BID, 2000) foram repartidos lotes de no mínimo 17 hectares de terras agricultáveis para cada proprietário, podendo variar para mais o número de

hectares disponíveis para os reassentados, levando em consideração se há ou não no lote área de preservação permanente ou área de reserva legal contendo córregos, nascentes e também espaços que tem mata nativa. Área de preservação permanente conta com um total de 20% da área geral dos reassentamentos. Esse cálculo é realizado no total da área dos reassentamentos, pois a terra ainda possui ao Estado, cabendo a ele legalizar a situação do reassentamento para conseguir a licença ambiental, no entanto, esses 20% é variável no número dos lotes, por isso de acordo com a área de preservação permanente alguns proprietários possuem mais de 17 hectares.

A quantidade de hectares existente nos lotes varia entre 17 e mais de 30 e foram apreendidas na seguinte estrutura, i) lotes que têm entre 17 hectares e 20 hectares contabilizam a maioria dos casos, são 26 (61,9%) e estão divididos por município da seguinte forma: 11 entrevistados em Tupanciretã, 11 em Jóia, e quatro em Salto do Jacuí; ii) nas áreas entre 21 hectares e 24 hectares são cinco casos (11,9%) divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, um caso em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; iii) em áreas de 25 hectares a 28 hectares são dois casos (4,8%) em Jóia; iv) de 29 hectares até 31 hectares, são dois casos (4,8%) divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã e um em Jóia; v) e um caso 2,4 % com mais de 31 hectares em Jóia. Jóia é o município que conta com mais terras acima de 25 hectares, sendo quatro casos. Um caso em Tupanciretã e nenhum em Salto. Somando as frequências, lotes com até 24 hectares são a maioria, com 31 casos.

**Gráfico 3: Gráfico do tamanho dos lotes**

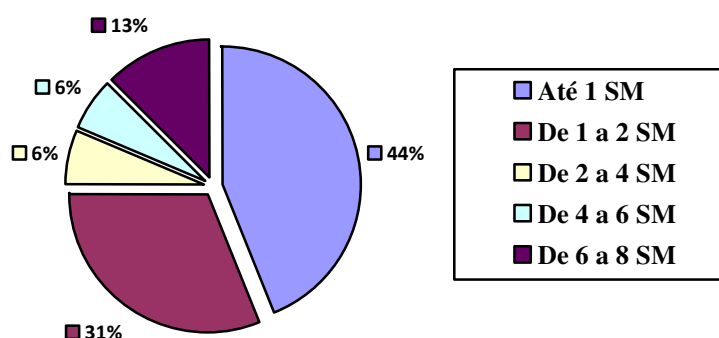


Os que recebem auxílios como pensão, bolsa família, aposentadoria para compor a renda mensal, são 17 entrevistados (40,5%), divididos por município da seguinte forma: oito entrevistados em Tupanciretã, cinco em Jóia, e quatro em Salto do Jacuí; ii) e 25 dos

entrevistados (59,5%) não recebem nenhum auxílio financeiro para ajudar a compor a renda mensal, eles estão divididos nos municípios da seguinte forma: oito entrevistados em Tupanciretã, 12 em Jóia, e cinco em Salto do Jacuí.

Para padronizar a renda mensal dos reassentados utilizamos o valor do salário mínimo no ano de 2010, que foi de R\$: 543,30 reais. Consideraremos que a renda familiar conforme tabela do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que diz que a classe E ou a classe pobre é relativa aquela que, em uma família de quatro pessoas, ganham até R\$ 1.064,00. Assim, renda mensal dos reassentados varia entorno de: i) entrevistados que recebem até um salário mínimo são 20 casos (47,6%) divididos por município da seguinte forma: sete (43,8%) entrevistados em Tupanciretã, oito (47,1%) em Jóia, e cinco (55,5%) em Salto do Jacuí; ii) de um a dois salários mínimos são 12 casos (28,6%), divididos por município da seguinte forma: cinco (31,5%) entrevistados em Tupanciretã, seis (35,3%) em Jóia, e um (11,2%) em Salto do Jacuí; iii) de dois a quatro salários mínimos são cinco casos (11,9%) divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, dois em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; iv) reassentados que ganham de quatro a seis salários mínimos são três casos (7,1%) divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, um em Jóia, e um em Salto do Jacuí; v) e entrevistados que têm renda entre seis a oito salários mínimo, são dois casos (4,8%) em Tupanciretã.

**Gráfico 4: Gráfico da renda dos reassentados, em Salários Mínimos (SM)**



A maioria dos entrevistados vive com até dois salários mínimos formando 32 casos (76,2%), divididos assim: 12 entrevistados (75%) em Tupanciretã, 14 (82,4%) em Jóia, e seis (66,7%) entrevistados em Salto do Jacuí, sendo que a maioria dos reassentados que vivem

com menos renda são os reassentamentos de Jóia, comparativamente, os entrevistados que têm mais renda são localizados em Salto do Jacuí. No entanto, a maioria desses são 20 entrevistados que vivem com até um salário mínimo ao mês, e o município de Salto do Jacuí, onde está situado o reassentamento Capão Grande é apontado como o que vive com menos renda. Assim, encontramos uma particularidade no município de Salto de Jacuí, onde se tem o maior número de pessoas que ganham até um salário mínimo por mês, cinco entrevistados, e que tem três entrevistados que ganham mais de dois salários mínimos. Indicando uma possibilidade de concentração de renda, uma vez que, de forma geral, houve uma homogeneidade no número de entrevistados de baixa renda, como sendo a larga maioria nos outros municípios.

Esse valor do salário mensal foi calculado com base no ganho anual, pois os trabalhadores rurais calculam sua renda relativamente ao ganho anual a partir da atividade agrícola que produz seu sustento. O restante dos entrevistados, 10 casos, vivem com mais de dois salários mínimos ao mês. Segundo Mattos e Waquil (2008) apontaram a renda média (de todas as fontes, utilizando a renda proveniente da atividade agrícola e a renda proveniente de outras fontes), para o meio rural no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2003 de R\$ 546,30. O Banco Mundial define como sendo pertencentes à faixa de pobreza extrema, US\$ 1 por dia. Portanto, essa situação não foi encontrada nos reassentamentos. No entanto, consideramos faixa de pobreza os indivíduos que vivem com até dois salários mínimos por mês.

Então consideramos um breve panorama geral, a título de rememoração das condições gerais dos reassentados e de forma expositiva: a maioria dos entrevistados considera-se de cor branca, sendo (78,6%) do total da amostra. A maioria dos reassentados são naturais dos municípios atingidos pela Usina (Agudo, Ibarama, Arroio do Tigre, Pinhal Grande, Sobradinho, Nova Palma, e Estrela Velha), e juntos esses municípios somam 35 casos (83,3%), sendo que a maioria dos reassentados são naturais dos locais afetados pela usina.

Os reassentados são em sua maioria casados, e como visto, somando os casos de casados e de casais que moram juntos, mas não são casados oficialmente, podemos dizer que a maioria 31 (73,8%) dos entrevistados tem uma relação estável com o companheiro ou companheira. O número de filhos na área rural que tem até quatro filhos são 64, 3% ou 27 casos. Acima de quatro filhos são nove casos (21,5%), assim podemos observar que há uma redução geral no número de filhos. Os entrevistados presentes nos reassentamentos do município de Tupanciretã contam com menor número de filhos, e os que possuem maior

número de filhos é Jóia com 23,6%. Entrevistados de até 34 anos se encontram a maioria em Salto do Jacuí, e na faixa dos mais idosos acima de 54 anos a maioria se encontra em Tupanciretã.

Referente ao estudo: os casos de entrevistados que não sabem ler nem escrever, e os que sabem apenas ler e escrever, mas não têm nenhum grau de escolaridade (caso A), formam 11 casos (26,1%), sendo cinco (31,3%) casos em Tupanciretã, e seis (35,3%) em Jóia e não há casos em Salto do Jacuí. O município que tem o menor grau de instrução nos reassentados é Jóia. Somando os entrevistados que possuem do segundo grau em diante, são apenas cinco casos (11,9%), ou seja, essa situação é encontrada em uma minoria entre os reassentados. Fazendo de Jóia o município com mais reassentados que têm um nível de instrução acima do segundo grau. Em Salto do Jacuí foi possível ver uma homogeneidade no grau de escolaridade, todos os entrevistados possuem ao menos o ensino fundamental.

Referente ao trabalho: os trabalhadores que moram no reassentamento, em 41 casos (97,6%) realizaram o trabalho agrícola em seu lote na modalidade de “conta própria”, ou seja, são produtores e tiram seu sustento a partir do que produzem em suas terras, e que na maioria dos casos, 35 (83,3%) dos reassentados não recebem ajuda de empregados fixos ou temporários. Os demais entrevistados, em 30 casos (71,4%) os cônjuges não trabalham na condição de assalariados, mas trabalham na propriedade, auxiliando produção agrícola. O tamanho das terras disponibilizadas pelos reassentados, gira em média de lotes com até 24 hectares são a maioria, com 31 casos. Isso significa que a terra agricultável é variável de acordo com a quantidade de áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal existentes nas propriedades. No entanto, essa quantidade é relativa ao tamanho das propriedades, assim, a quantidade de terra agricultável é menor do que a exposta nos números brutos, tendo relatos em campo, de que a área agricultável consiste em média de 10/15 hectares.

A renda exposta por meio dos dados sugere que a maioria dos entrevistados que vivem com até dois salários mínimos forma 32 casos (76,2%) sendo que grande parte desses contabiliza 20 entrevistados que vivem com até um salário mínimo ao mês, sendo esses, situados no município de Salto do Jacuí. O restante dos entrevistados que consistem na minoria dos casos, sendo que 10 deles vivem com mais de dois salários mínimos ao mês. A maioria dos entrevistados, 25 deles (59,5%) não recebem nenhum auxílio financeiro para ajudar a compor a renda mensal.



### 3.2.1- Infra-estrutura presente nos lotes do reassentamento

O RIMA (BID, 2000) aponta que os atingidos da barragem que participam da modalidade de reassentamento por grandes lotes, serão contemplados pelo plano de reassentamento com uma casa de 72M<sup>2</sup> ladrilhada com telhado, canalizações e instalação elétrica e um galpão. Com base nesses dados, pode-se afirmar que essa situação foi legitimada a partir do trabalho de campo. E após dez anos do reassentamento, pode-se afirmar que:

O panorama da moradia é o mesmo para todos os reassentamentos e 100% dos reassentados moram em casas cujo material que predomina nas paredes externas é a madeira, e o material da cobertura é telha. A situação que o imóvel também é unânime, o imóvel não tem documento no nome do proprietário, esse tem uma carta de anuência que permite que o mesmo possa utilizar a terra, conforme especificado na carta de concessão de uso<sup>56</sup>.

A infra estrutura inicial da casa no momento de entrega, geralmente um ano após viverem nas instalações da agrovila, contou com cinco cômodos de madeira e um banheiro de alvenaria, três quartos, uma cozinha, uma sala e um banheiro, no entanto, muitos proprietários expandiram o tamanho de suas moradias ao decorrer dos anos, então constatamos a seguinte situação dos cômodos: i) Até cinco cômodos, são 16 casos (38,1%) divididos por município da seguinte forma: três entrevistados em Tupanciretã, seis em Jóia, e sete em Salto do Jacuí; ii) em residências de seis a oito cômodos, encontramos a maioria dos casos, sendo 23 (54,8%) e estão divididos por município da seguinte forma: 12 entrevistados em Tupanciretã, nove em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; e iii) como situação de menor número, três casos (7,1%), são residências contendo de nove a 11 cômodos, divididos por município da seguinte forma: um em Tupanciretã e dois em Jóia. O número de banheiros para a maioria das residências 39 casos (92,9 %) é de um banheiro, divididos por município da seguinte forma: 16 entrevistados em Tupanciretã, 14 em Jóia, e nove em Salto do Jacuí; e ii) e três casos (7,1%) com dois banheiros em residências fixadas no município de Jóia. Esse dado significa que os reassentados empreenderam em melhorias no espaço disponibilizado inicialmente para as residências. No entanto, foi possível perceber no estudo de campo que mesmo que a maioria tivesse construído bem-feitorias e melhorado sua atual residência, o fato das construções terem sido feitas em madeira resulta em um agravante para a manutenção da casa. Vimos muitas casas bem conservadas, pintadas, mas com problemas de madeira apodrecendo e com

---

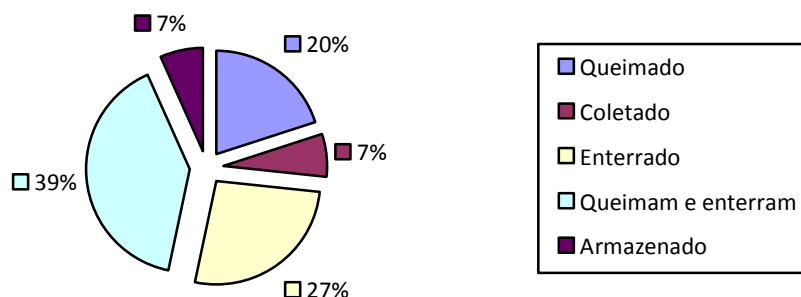
<sup>56</sup> Ver anexo 3- foto da carta de concessão de uso

frestas entre as paredes e o chão. O fato das casas terem sido feitas de madeira é considerado pelos reassentados como um fator problemático, pois muitos deles, por ganhar baixos salários, não têm como realizar a manutenção estrutural da casa. E a situação atual (frestas e madeira podre), sugere que essas casas necessitam de reparos. A situação se agrava no inverno, quando chove e venta dentro das casas que apontaram problemas estruturais com o material inicial com o qual a casa foi construída. Essa situação demonstra que se a casa fosse de material mais resistente, os problemas estruturais enfrentados atualmente pelos reassentados seriam amenizados.

A infra-estrutura de 100% dos lotes dos reassentamentos conta com o abastecimento de água, sendo que a mesma é feita através de poço ou nascente fora do lote, mas dentro da estrutura do reassentamento. O esgoto das propriedades é lançado em fossa séptica. O abastecimento de energia elétrica é feito por companhia distribuidora, que variam entre os diferentes municípios, e cada lote contém um relógio para medição de uso exclusivo.

O que varia é o destino dado ao lixo nos reassentamentos: i) nove entrevistados (21,4%) responderam que o lixo é queimado na propriedade, divididos por município da seguinte forma: três entrevistados em Tupanciretã, quatro em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; ii) Coletado por serviço de limpeza em três casos (7,1%), que foram relatados em Salto do Jacuí; iii) 11 casos (26,2%) apontam que o lixo é enterrado na propriedade, divididos por município da seguinte forma: quatro entrevistados em Tupanciretã, seis em Jóia, e um em Salto do Jacuí; iv) 14 casos, ou seja (33,3%) que representam a maioria queimam e enterram o lixo na propriedade, divididos por município da seguinte forma: seis entrevistados em Tupanciretã, sete em Jóia, e um em Salto do Jacuí; v) dos quatro casos (9,5%) dizem que o lixo queimado na propriedade, divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, e dois no município de Salto do Jacuí; vi) e também é coletado por serviço de limpeza e um caso em Tupanciretã, aponta que o lixo é armazenado.

**Gráfico 5: Situação do lixo nos reassentamentos**



Descritivamente podemos apontar que o destino do lixo é dado basicamente por duas situações: Enterrar ou queimar nas terras do lote. Se somarmos os casos veremos que 34 dos reassentados aderem a essas práticas para destinarem um fim ao seu lixo produzido. Uma minoria armazena e faz uso da coleta realizada por serviço de limpeza. Podemos apontar que esse serviço é disponibilizado pelo município com uma frequência que varia de duas a três vezes por mês. O lixo proveniente de agrotóxicos, por exemplo, são destinados geralmente pela empresa que vende os insumos aos agricultores, e esses também são os que vão para a coleta.

A título de rememoração, o tipo de moradia é o mesmo para todos os reassentamentos e 100% dos reassentados moram em casas cujo material que predomina nas paredes externas é a madeira, e o material da cobertura é telha. Encontramos na maioria dos casos, sendo 23 (54,8%), o número de cômodos presentes nas residências atualmente são de seis a oito cômodos, isso sugere que o imóvel recebido originalmente passou por um aumento. A infraestrutura de 100% dos lotes dos reassentamentos tem abastecimento de água, esgoto e são abastecidas com energia elétrica. A maioria dos reassentados destina ao seu lixo ações de forma a enterrá-lo e queimá-lo nas terras do próprio lote. Em termos de infra-estrutura, os reassentamentos de forma geral, se encontram bem assistidos, no que tange os bens sanitários básicos. No entanto, o destino do lixo ainda é problemático, uma vez que a coleta seletiva é realizada com uma frequência relativamente baixa. Nota-se, contudo, que essa é uma prática adotada pelos reassentados, principalmente quando o material recolhido é recipiente de agrotóxicos. Quanto à prática do descarte do lixo, atenta-se que é importante um exercício de educação, a ser realizados pelos setores públicos, visando fomentar a práticas sustentáveis de manejo do lixo.

### 3.2.2- Panorama das condições materiais dos reassentados

O número de reassentados que possuem acesso ao telefone celular, contabilizam 40 casos (95,2%) e estão divididos por município da seguinte forma: 15 entrevistados em Tupanciretã, 16 em Jóia, e nove em Salto do Jacuí; e ii) são dois os casos de pessoas que não possuem (4,8%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã e um em Jóia. A situação se inverte quando questionados sobre se a residência possui telefone residencial: i) os que possuem são apenas dois casos (4,8%), relatados no município de Jóia; e ii) já os que não possuem somam 40 casos (95,2%), divididos por município da seguinte forma: 16 entrevistados em Tupanciretã, 15 em Jóia, e nove em Salto do Jacuí.

Todos os domicílios têm fogão de duas ou mais bocas, sendo que o combustível para alimentá-lo varia entre: i) gás de botijão em 18 casos (42,9%), divididos por município da seguinte forma: nove entrevistados em Tupanciretã, quatro em Jóia, e cinco em Salto do Jacuí; ii) os entrevistados que usam lenha contabilizam 19 casos (45,2%) divididos por município da seguinte forma: seis entrevistados em Tupanciretã, 10 em Jóia, e três em Salto do Jacuí; iii) carvão em um caso (2,4%) foi relatado em Salto do Jacuí; iv) e os que relataram que varia de acordo com a estação do ano, sendo que verão utilizam mais gás, no inverno mais lenha contando com quatro casos (9,5%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, três em Jóia. A maioria dos casos aponta que os reassentados fazem uso da lenha como combustível para alimentar o fogão.

Filtro d'água foi encontrado em apenas três casas (7,1%) e é utilizado no município de Tupanciretã; e ii) não está presente na maioria das casas 39 (92,9%), divididos por município da seguinte forma: 13 entrevistados em Tupanciretã, sete em Jóia, e nove em Salto do Jacuí.

As casas em sua maioria têm rádio, em 40 casos (95,2%), divididos por município da seguinte forma: 16 entrevistados em Tupanciretã, 15 em Jóia, e nove em Salto do Jacuí, ii) e não em 2 casos (4,8%), no município de Jóia.

As casas que possuem televisão em cores também são maioria, sendo encontradas em 38 dos casos (90,5%) divididas por município da seguinte forma: i) 15 entrevistados em Tupanciretã, 15 em Jóia, e oito em Salto do Jacuí; e ii) não em quatro casos (9,5%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, dois em Jóia, e um em Salto do Jacuí. Não foi relatado o uso de televisão preto e branco.

Residências possuem parêlo de DVD: i) sim em 20 casos (47,6%) divididos por município da seguinte forma: cinco entrevistados em Tupanciretã, nove em J6ia, e seis em Salto do Jacuacute; e ii) e os entrevistados que n6o possuem 22 casos (52,4%), divididos por município da seguinte forma: 11 entrevistados em Tupanciretã, oito em J6ia, e tr6s em Salto do Jacuacute. A maioria n6o possui aparelho de DVD.

Geladeira tamb6m 6 um item acompanhado pela maioria dos entrevistados: i) ela est6 presente em 36 casos (85,7%) divididos por município da seguinte forma: 13 entrevistados em Tupanciretã, 16 em J6ia, e sete em Salto do Jacuacute, ii) e n6o em cinco casos (11,9%), divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, um em J6ia, e dois em Salto do Jacuacute.

A maioria das casas possui Freezer: i) sim s6o 40 casos (95,2%), divididos por município da seguinte forma: 14 entrevistados em Tupanciretã, 17 em J6ia, e nove em Salto do Jacuacute; ii) e n6o em dois casos (4,8%), nos entrevistados no município de Tupanciretã.

A maioria das casas possui m6quina de lavar roupa, sendo 39 casos (92,9%), divididos por município da seguinte forma: 15 entrevistados em Tupanciretã, 15 em J6ia, e nove em Salto do Jacuacute; ii) e n6o em tr6s casos (7,1%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, dois em J6ia.

6 apontada, contudo, a falta micro computador na maioria das casas em 36 casos (85,7%), divididos por município da seguinte forma: 13 entrevistados em Tupanciretã, 14 em J6ia, e nove em Salto do Jacuacute; deles apenas seis resid6ncias t6m computador (14,3%), divididos por município da seguinte forma: tr6s entrevistados em Tupanciretã e tr6s em J6ia. E dessas seis (4,8%) resid6ncias que possuem computador, apenas dois casos situados em Tupanciretã t6m o computador ligado 6 internet, os outros quatro (9,5%), sendo um em Tupanciretã e dois em J6ia n6o possuem o computador ligado 6 internet.

Quanto ao transporte pessoal, os dados demonstram que os entrevistados que possuem carro de uso pessoal somam 17 casos (40,5%) divididos por município da seguinte forma: cinco entrevistados em Tupanciretã, oito em J6ia, e quatro em Salto do Jacuacute; ii) os que possuem motocicleta s6o cinco casos (11,9%), divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, um em J6ia, e dois em Salto do Jacuacute; iii) os que possuem ambos carro e motocicleta s6o cinco casos (11,9%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, dois em J6ia, e dois em Salto do Jacuacute; iv) os que n6o possuem nenhum tipo de transporte pessoal somam 15 entrevistados (35,7%), divididos por

município da seguinte forma: oito entrevistados em Tupanciretã, seis em Jóia, e um em Salto do Jacuí.

A maioria dos entrevistados (27 casos) possui algum tipo de transporte pessoal, divididos por município da seguinte forma: oito (50%) entrevistados em Tupanciretã, 11 (64,8%) em Jóia, e oito (88,9%) em Salto do Jacuí; Em Salto do Jacuí encontra-se o reassentamento que possui mais entrevistados com disponibilidade de locomover-se sem dependência de serviços transporte coletivos, ou privados. E no outro extremo, Tupanciretã com menos entrevistados com disponibilidade de transporte privado.

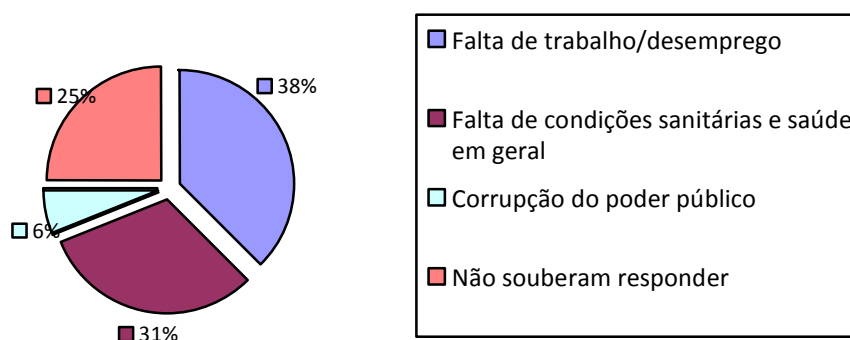
Consideramos que a estrutura encontrada nas casas dos reassentamentos, na maioria dos casos possui infra-estrutura básica para realizarem suas atividades cotidianas, sendo que possuem aparelhos de rádio, de televisão, fogão de quatro ou mais bocas, geladeira, freezer, máquina de lavar roupa. A maioria dos entrevistados (27 casos) possui algum tipo de transporte pessoal; em Salto do Jacuí encontra-se o reassentamento que possui mais entrevistados com disponibilidade de locomover-se sem dependência de serviços transporte coletivos, ou privados. E no outro extremo, Tupanciretã com menor número de entrevistados com disponibilidade de transporte privado. Conseguimos apreender há restrição de bens materiais que são fundamentais para a expansão da comunicação, do aprendizado, da informação que é o acesso ao computador com a disponibilidade desses estarem conectados à rede mundial de computadores, uma vez que essa última é quase inexistente. No entanto, esse fator não foi apontado como um elemento fundamental à qualidade de vida dos indivíduos entrevistados.

### 3.2.3- Análise entre a interação dos reassentados com a estrutura social do reassentamento:

Dos problemas sociais que o reassentado entende como presentes no reassentamento foram apontados: i) falta de trabalho/ desemprego em 12 casos (28,6 %), divididos por município da seguinte forma: seis entrevistados em Tupanciretã e seis em Jóia; ii) falta de condições sanitárias e de saúde em geral em 12 (28,6%), divididos por município da seguinte forma: cinco entrevistados em Tupanciretã, um em Jóia, e seis em Salto do Jacuí; iii) inflação alta em três casos (7,1%), divididos por município da seguinte forma: dois em Jóia, e um em Salto do Jacuí; iv) corrupção do poder público é apontado por cinco entrevistados (11,9%),

divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, dois em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; v) falta de infra-estrutura foi apontada em um caso (2,4%) em Jóia; vi) em nove casos (21,4%) os entrevistados não souberam responder a essa questão, pois não identificaram em nenhuma das assertivas como problemas que eles vivenciam no dia a dia, divididos por município da seguinte forma: quatro entrevistados em Tupanciretã e cinco em Jóia.

**Gráfico 6: Gráfico dos problemas sociais nos reassentamentos**

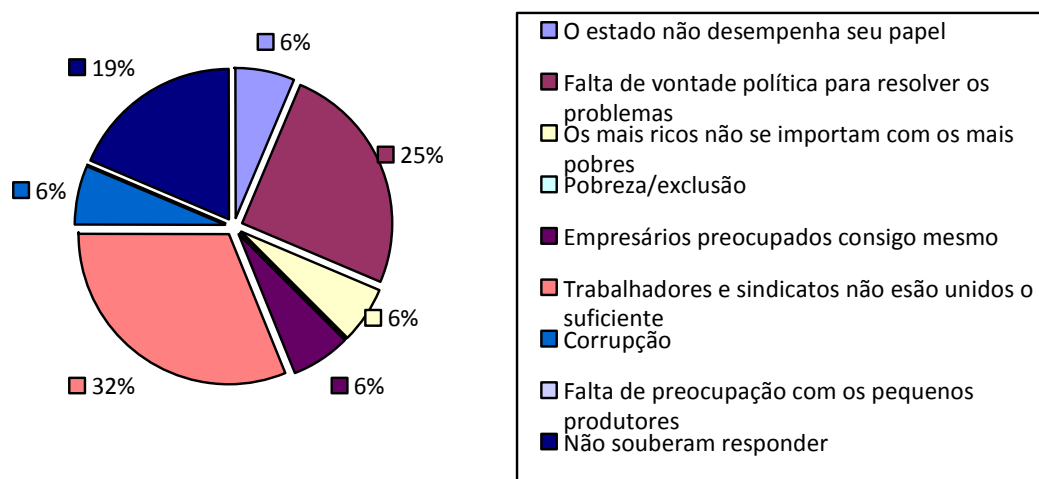


Dois problemas sociais foram muito apontados: o primeiro se remete à falta de trabalho e ao desemprego em 12 casos (28,6 %), divididos por município da seguinte forma: seis (37,5%) entrevistados em Tupanciretã e seis (35,3 %) em Jóia; esse quesito foi o mais citado em Tupanciretã. O segundo item apontado como problemáticos pelos reassentados foi a falta de condições sanitárias e de saúde em geral em 12 (28,6%), divididos por município da seguinte forma: cinco (31,3%) entrevistados em Tupanciretã, um (5,6%) em Jóia, e seis (66,7%) em Salto do Jacuí; esse quesito apareceu como mais problemático, e de forma expressiva, em Salto do Jacuí.

Como as principais causas para os problemas sociais foram identificados o seguinte quadro: i) o Estado não desempenha seu papel: com nove casos (21,4%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, cinco em Jóia, e três em Salto do Jacuí; ii) falta de vontade política para resolver os problemas em 11 casos (26,2%), divididos por município da seguinte forma: quatro entrevistados em Tupanciretã, seis em Jóia, e um em Salto do Jacuí; iii) os mais ricos não se importam com os mais pobres em dois casos (4,8%) divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã e um em Salto do Jacuí; iv) pobreza e exclusão como a causa pareceu em um caso (2,4 %), em Jóia; v) os empresários e as empresas estão preocupados apenas consigo mesmo apareceu em dois

casos (4,8%), um entrevistado em Tupanciretã e um em Salto do Jacuí; vi) os sindicatos e os trabalhadores não estão unidos o suficiente em seis casos ou em (14,3%), divididos por município da seguinte forma: cinco entrevistados em Tupanciretã e um em Salto do Jacuí; vii) corrupção foi apontada em dois casos (4,8%) sendo um em Tupanciretã e um em Jóia; viii) um caso em jóia respondeu que não há preocupação com os pequenos produtores. Essa questão não foi respondida por oito pessoas (19%) por não considerarem nenhuma das assertivas como causa dos problemas sociais, divididos por município da seguinte forma: três entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia, e dois em Salto do Jacuí.

**Gráfico 7: Gráfico das causas dos problemas sociais nos reassentamentos**



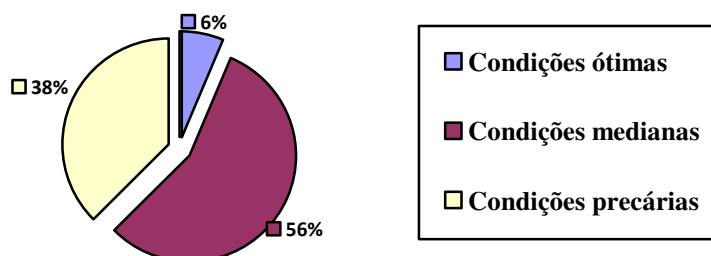
Como causas dos problemas sociais podemos apontar duas categorias que tiveram mais apontamentos como causas, a primeira é a falta de vontade política para resolver os problemas, com 11 casos (26,2%), divididos por município da seguinte forma: quatro (25%) entrevistados em Tupanciretã, seis (35,6%) em Jóia, e um (11,2%) em Salto do Jacuí. A segunda assertiva mais marcada com nove (21,4%), apontamentos foi relativa à atuação do Estado que não desempenha seu papel, divididos por município da seguinte forma: um (6,3%) entrevistado em Tupanciretã, cinco (29,5%) em Jóia, e três (33,4%) em Salto do Jacuí. Ambas as questões se referem à atuação política, sendo que o maior descontentamento aparece nos reassentamentos presentes no município de Jóia. O que menos demonstra apontamento a essas questões é Tupanciretã.

As condições de saúde apontadas nos reassentamentos de forma geral e específica por município os quais se encontram os reassentamentos se deram da seguinte forma: i) As



condições ótimas, atendimento rápido em cinco (11,9%) dos casos, divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, três em Jóia, e um em Salto do Jacuí; ii) as condições consideradas como medianas/ boas constituíram 24 (57,1%) dos casos, divididos por município da seguinte forma: nove entrevistados em Tupanciretã, 10 em Jóia, e cinco em Salto do Jacuí; iii) as condições são precárias, muito ruins; de difícil atendimento (sem médicos e remédios gratuitos) em 12 (28,6%) casos, divididos por município da seguinte forma: seis entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia, e três em Salto do Jacuí; iv) e outra situação foi apontada por uma pessoa (2,4%), em Jóia. Ao somarmos as avaliações positivas em relação às condições de saúde, consideramos cinco casos com avaliação ótima, 24 com avaliação boa/ mediana, teremos 29 casos, dos quais são divididos da seguinte forma: 10 (62,5%) entrevistados em Tupanciretã, 13 (76,4%) em Jóia, e seis (66,6%) em Salto do Jacuí; são consideradas boas/medias pela maioria dos entrevistados. Através desses dados podemos apontar que o município que tem avaliação mais positiva referente à saúde é o município de Jóia. A avaliação mais baixa na saúde é feita em Tupanciretã.

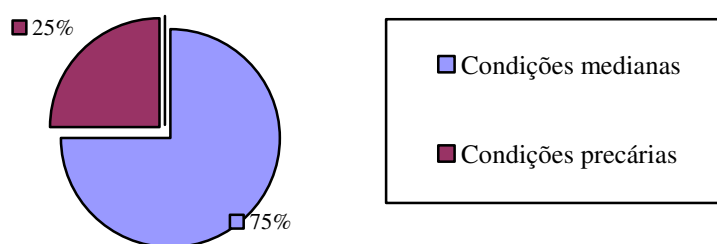
**Gráfico 8: condições de saúde nos reassentamentos**



As condições de segurança apontadas nos reassentamentos de forma geral e específica por município os quais se encontram os reassentamentos se deram da seguinte forma: i) em sua maioria 28 (66,7%) dos casos como: medianas/boas, divididos por município da seguinte forma: 12 entrevistados em Tupanciretã, 13 em Jóia, e três em Salto do Jacuí; ii) em segundo lugar como precárias, muito ruins e de difícil atendimento (sem presença de policiamento) em 11 (26,2%) dos casos, divididos por município da seguinte forma: quatro entrevistados em Tupanciretã, um em Jóia, e seis em Salto do Jacuí; iii) e por último foram apontadas como ótimas; atendimento é rápido em dois casos (4,8%), apontados somente no município de Jóia; iv) e outra situação foi apontada por uma pessoa (2,4%) no município de Jóia. Somando o número de entrevistados que apontaram as condições de segurança como ótimas e como boas/ medianas são a maioria, contabilizando 30 casos. Eles estão divididos da seguinte forma: 12

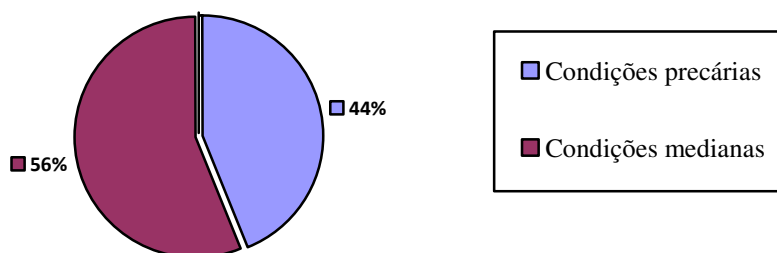
(75%) entrevistados em Tupanciretã, 15 (88,2%) em Jóia, e três (33,3%) em Salto do Jacuí. Esse dado revela que o município que tem mais avaliações negativas quanto à questão da segurança é Salto do Jacuí (54,5%). Contrariamente a que faz a melhor avaliação nesse quesito é Tupanciretã.

**Gráfico 9: Gráfico das condições de segurança nos reassentamentos**



Quando questionados sobre as condições de transporte, elas foram apontadas como: i) precárias, muito ruins; de difícil atendimento em 19 casos (45,2%), divididos por município da seguinte forma: sete (43,8%) entrevistados em Tupanciretã, oito (47,1%) em Jóia, e quatro (44,5%) em Salto do Jacuí; ii) como fornecendo condições medianas/ boas com 22 casos (52,4%), divididos por município da seguinte forma: nove entrevistados em Tupanciretã, oito em Jóia, e cinco em Salto do Jacuí; iii) e outra situação foi apontada por uma pessoa (2,4%) divididos por município de Jóia.

**Gráfico 10: Condições de transporte nos reassentamentos**



Atenta-se que nenhum município apontou a questão do transporte como ótima, ao considerarmos a questão boa/mediana como uma avaliação positiva, com 22 casos, divididos por município da seguinte forma: nove (56,3%) entrevistados em Tupanciretã, oito (47,1%) em Jóia, e cinco (55,6%) em Salto do Jacuí. Temos que esse quesito é mais bem avaliado em Tupanciretã. No entanto, a segunda questão mais apontada foi a de que esse serviço é

precário, a situação de maior descontentamento com a questão do transporte em Jóia com 47,1%. Essa questão é bem balanceada entre as posições boas/ medianas e ruins, esse dado se torna relevante quando não há apontamentos avaliativos como ótimo. Assim, essa questão carece de melhoramentos nos reassentamentos.

A interação com a estrutura que o reassentamento disponibiliza aponta algumas situações extremas nos pontos analisado, que são: dois problemas sociais foram mais apontados: o primeiro se remete à falta de trabalho e ao desemprego esse quesito foi mais citado em Tupanciretã e menos indicado em Salto do Jacuí. O segundo item apontado como problemáticos pelos reassentados foi relatado à falta de condições sanitárias e de saúde em geral, esse quesito apareceu como mais problemático, de forma expressiva, em Salto do Jacuí e menos expressivo em Jóia.

Como causas dos problemas sociais podemos apontar que foram duas categorias que tiveram mais apontamentos como causas, a primeira, é a falta de vontade política para resolver os problemas, e a segunda assertiva mais marcada com nove (21,4%), apontamentos foi relativamente à atuação do Estado que na visão dos reassentados não desempenha seu papel. Ambas as questões se referem à atuação política, sendo que o maior descontentamento aparece nos reassentamentos presentes no município de Jóia. O que menos demonstra apontamento a essas questões é Tupanciretã.

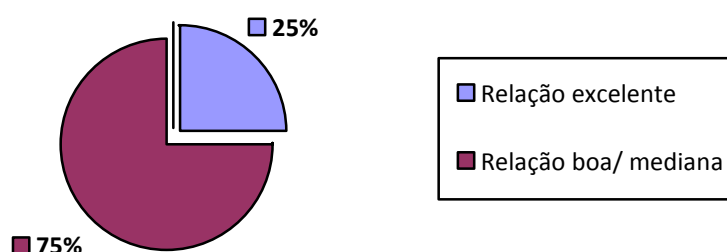
Sobre as questões referentes à saúde podemos apontar que o município que tem avaliação mais positiva referente à saúde é o município de Jóia. A avaliação mais baixa na saúde é feita em Tupanciretã. Sobre as condições de segurança os dados revelam que o município que tem mais avaliações negativas quanto à questão da segurança é Salto do Jacuí. Contrariamente a que faz a melhor avaliação nesse quesito é Tupanciretã. Como avaliação no setor dos transportes, temos que esse quesito é mais bem avaliado em Tupanciretã. No entanto, a segunda questão mais apontada foi a de que esse serviço é precário, a situação de maior descontentamento com a questão do transporte em Jóia.

#### 3.2.4- Relacionamento do reassentado com a comunidade:

O relacionamento do reassentado com os demais moradores do reassentamento foram avaliadas como: i) excelente com meus amigos e vizinhos do reassentamento em 14 casos (33,3%), divididos por município da seguinte forma: quatro entrevistados em Tupanciretã,

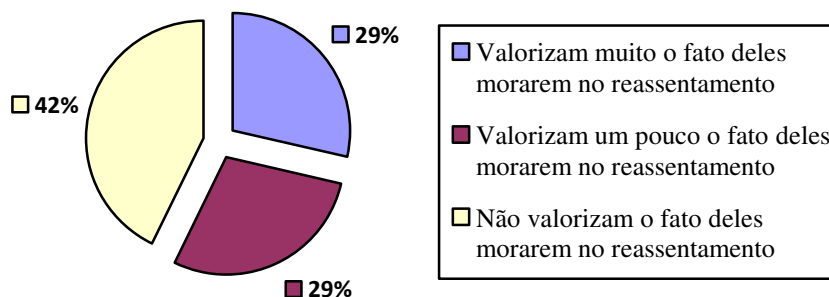
seis em Jóia, e quatro em Salto do Jacuí; ii) como boa/mediana na maioria dos casos 27 (64,3%) que estão divididos por município da seguinte forma: 12 entrevistados em Tupanciretã, 10 em Jóia, e cinco em Salto do Jacuí; iii) e considerada como ruim apenas um caso (2,4%), em Jóia. Atenta-se que quase a totalidade (41 casos) aponta esse item como um índice de avaliações positivas sobre dos reassentados sobre os demais moradores do reassentamento.

**Gráfico 11: Relacionamentos dos reassentados entre si**



O reconhecimento público por ser um reassentado e por morar nesta comunidade: i) As pessoas que moram fora do reassentamento valorizam muito (excelente) o fato de morar no reassentamento foi apontado em 13 casos ou (31,0%), divididos por município da seguinte forma: quatro entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia, e seis em Salto do Jacuí; ii) em 11 casos (26,2%) as pessoas que moram fora do reassentamento valorizam um pouco (mediano) o fato do entrevistado morar no reassentamento, divididos por município da seguinte forma: quatro entrevistados em Tupanciretã, cinco em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; iii) o segundo caso mais apontado pelos reassentados 14 deles acham que (33,3%) as pessoas que moram fora do reassentamento não valorizam e acham que é ruim o fato do entrevistado morar no reassentamento, estão elencados por município assim: seis entrevistados em Tupanciretã, sete em Jóia, e um em Salto do Jacuí; iv) e para três entrevistados (7,1%) as pessoas que moram fora do reassentamento consideram indiferente o fato deles morarem no reassentamento divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, dois em Jóia; v) e um caso em Tupanciretã apontou que os familiares valorizam, mas a comunidade não valoriza, eles são estigmatizados pela mesma.

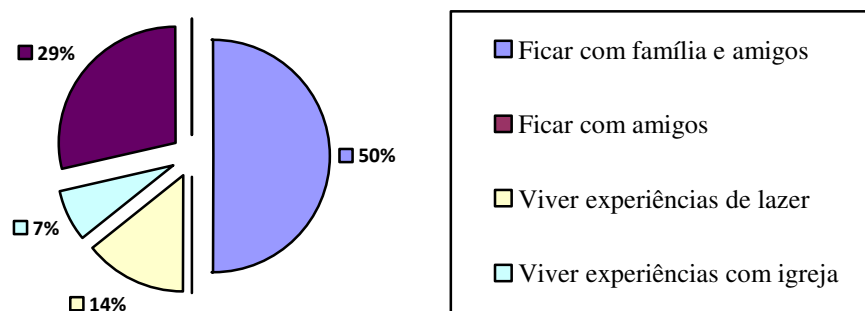
**Gráfico 12: Gráfico do reconhecimento público sobre os reassentados**



Somando-se os resultados positivos contamos 24 casos (57,2%), sendo que o município com mais aceitação pelos parentes, amigos, e pessoas de seu convívio social, mas que moram fora do reassentamento é distribuída por município da seguinte forma: oito casos (50 %) nos entrevistados de Tupanciretã, oito (46%) em Jóia, e seis (88,9%) dos casos em Salto do Jacuí, sendo esse último o município com reassentados que apontam os melhores índices. No outro extremo tem-se o município de Jóia com mais entrevistados que apontam o lugar que moram como negativo na opinião das pessoas de seu convívio social.

A atividade que o reassentado realiza em seu tempo livre é bastante variada: i) ficar com a família e os amigos foi apontado por 18 entrevistados (42,9%) divididos por município da seguinte forma: sete entrevistados em Tupanciretã, sete em Jóia, e quatro em Salto do Jacuí; ii) ficar com os amigos por dois (4,8%), no município de Jóia; iii) viver experiências de lazer (como futebol, pescaria, etc.) por cinco reassentados (11,9%), divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, dois em Jóia, e um em Salto do Jacuí; iv) viver experiências com a igreja em quatro casos (9,5%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã e três em Jóia; v) ficar com a família, amigos e frequentar a igreja por sete entrevistados (16,7%), divididos por município da seguinte forma: quatro entrevistados em Tupanciretã, dois em Jóia, e um em Salto do Jacuí; vi) ficar com a família e com amigos e viver experiências de lazer em dois casos (4,8%) no município de Tupanciretã; vii) fazer trabalhos manuais e ver televisão em um caso em Jóia; e viii) três (7,1%) entrevistados não souberam responder a essa questão, nos reassentamentos do município de Salto do Jacuí. A atividade que eles realizam no tempo de lazer preponderantemente é com a companhia da família e dos amigos, em segundo lugar apontou-se que além de ficar com amigos e com a família, vivem-se experiências de lazer com a igreja.

**Gráfico 13: Gráfico referente ao tempo livre dos reassentados**

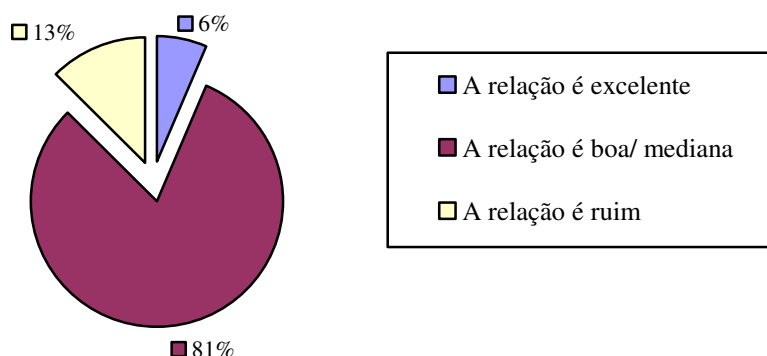


Do relacionamento com os demais reassentados que vivem nos reassentamentos, conseguimos captar que quase que a totalidade com avaliações positivas (somando os atributos excelente/ ótimo e bom/ mediano) dos reassentados sobre os demais moradores do reassentamento. Há também resultados positivos como maioria com relação de como o reassentado avalia que as outras pessoas que não vivem no reassentamento as vêem assim o município com mais aceitação pelos parentes, amigos, enfim pessoas de seu convívio social, mas que moram fora reassentamento, o município Salto do Jacuí apontam os reassentados com melhores índices. No outro extremo tem-se o município de Jóia com mais entrevistados que apontam o lugar que moram como negativo na opinião das pessoas de seu convívio social.

### 3.2.5- O reassentado interagindo em seu ambiente econômico:

Do seu relacionamento com outros parceiros (instituições públicas e privadas) com quem interage: i) a relação é excelente em três casos apenas (7,1%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã e dois casos em Salto do Jacuí; ii) a relação é tida como boa (mediana) na maioria dos casos 33 deles (78,6%) divididos por município da seguinte forma: 13 entrevistados em Tupanciretã, 14 em Jóia, e seis em Salto do Jacuí; iii) e a relação foi apontada como ruim em seis casos (14,3%), divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, 3 três em Jóia, e um em Salto do Jacuí.

**Gráfico 14: Gráfico do relacionamento dos reassentados com as instituições**



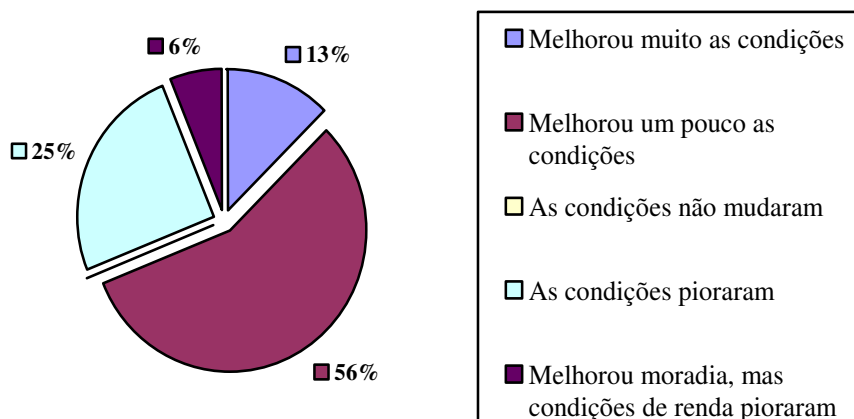
De forma geral o relacionamento com outras instituições também é analisado como positivo, sendo apontado por 36 casos (85,7), divididos por município da seguinte forma: 14 (87,5%) entrevistados em Tupanciretã, 14 (82,4%) em Jóia, e seis (66,7%) em Salto do Jacuí. Sendo o município com maior grau de insatisfação com seu relacionamento com as instituições, comparativamente ao resultado dos demais, é o município de Jóia.

O lugar do reassentamento no contexto da história da vida econômica dos reassentados foi apontado como positivo, ou seja, foi considerado pelos reassentados de forma a melhorar muito suas as condições de bem-estar e renda comparativamente com a vida antes do reassentamento, sendo: nove casos ou (21,4%), divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia, e quatro em Salto do Jacuí; ii) o maior número de casos 25 (59,5%), apontou que as condições de bem-estar e renda melhoraram um pouco desde que foi reassentado, e estão divididos por município da seguinte forma: nove entrevistados em Tupanciretã, 12 em Jóia, e três em Salto do Jacuí; iii) um caso (2,4%) em Salto do Jacuí apontou que suas condições de bem-estar e renda não melhoraram nada (nada mudou) desde que foi reassentado; iv) em seis casos (14,3%) as condições de bem-estar e renda pioraram desde que se mudaram para o reassentamento, divididos por município da seguinte forma: 4 entrevistados em Tupanciretã, dois em Jóia; e v) um caso em Tupanciretã apontou que houve uma melhora na moradia melhorou, mas que as condições de renda pioraram comparativamente ao local que morava antes.

Somando as avaliações positivas (melhorou muito e melhorou um pouco/ mediano) temos que o maior número de indivíduos que valora positivamente a vida econômica após a situação de reassentamento é Jóia com 15 entrevistados (88,3%), em segundo lugar Salto do Jacuí com sete (77,8%), e Tupanciretã 11 entrevistados (68,8%). O município que teve um maior número de descontentes com a vida econômica com a situação de reassentamento

aparece em Tupanciretã, e que corresponde a 9,5 %, e em segundo lugar 4,8% é Jóia do universo de 100%. Na análise feita em Salto não houve descontentamentos no que tange a situação de bem-estar e renda.

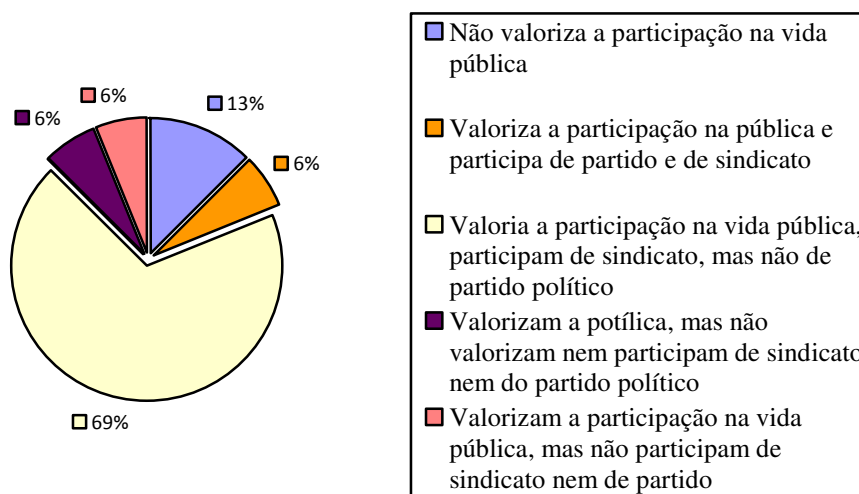
**Gráfico 15: Gráfico do contexto da vida econômica dos reassentados na situação atual**



Sobre a participação política os entrevistados apontaram que: i) não valoriza a participação na vida pública, não participa de sindicato nem do partido político e acha que os políticos não servem para nada em quatro (9,5%) casos, divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, um em Jóia, e um em Salto do Jacuí; ii) apenas um entrevistado captado no município de Tupanciretã considerou como opção que tem uma vida política rica, participando do sindicato, e do partido político e acha que políticos são agentes importantes para a transformação da sociedade;iii) a maioria, sendo 22 entrevistados (52,4%), divididos por município da seguinte forma: 11 entrevistados em Tupanciretã, 11 em Jóia, e nenhum em Salto do Jacuí, dizem que valorizam a participação na vida pública e participam do sindicato, mas não do partido político; iv) quatro entrevistados (9,5%), divididos por município da seguinte forma: nenhum entrevistado em Tupanciretã, um em Jóia, e três em Salto do Jacuí, valorizam a participação na vida pública, não participa do sindicato, mas participa do partido político; v) seis entrevistados (14,3%), divididos por município da seguinte forma: um entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia, e dois em Salto do Jacuí, valorizam a política, mas não valoriza e nem participa do sindicato nem do partido político; vi) e cinco (11,9%) entrevistados apontam que valorizam a participação na vida pública, mas não participa nem de sindicato nem de partido político, estão divididas por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, um em Jóia, e três em Salto do Jacuí.



**Gráfico 16: Gráfico da participação dos reassentados na vida pública**

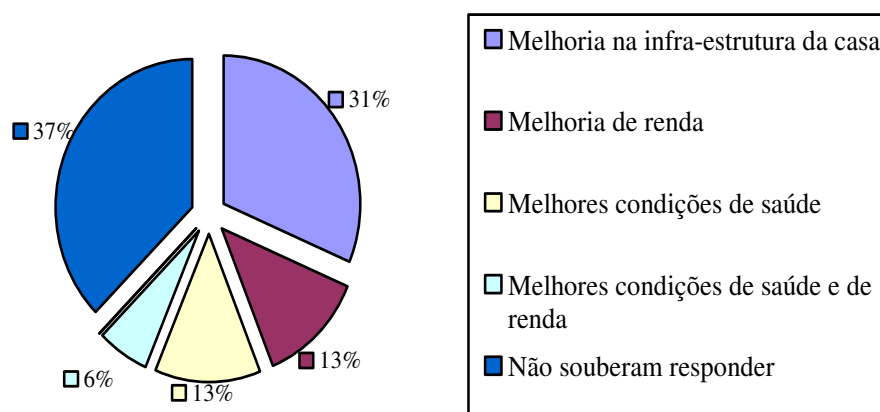


A situação da participação política é difusa, então dividimos esse item para análise da seguinte forma: indivíduos que são céticos quanto às questões relacionadas à política, e indivíduos que valorizam a política, mas não valorizam formas de participar dela, em partido político e em sindicato, são 10 (23,9%) casos, divididos por município da seguinte forma: três (18,5%) entrevistados em Tupanciretã, quatro (23,6%) em Jóia, e três (33,3%) em Salto do Jacuí, esse dado revela que não há nenhuma valorização nem da participação política nem do sindicato em maior escala em Salto do Jacuí. O município que mais participa de sindicato com 11 casos (68,8%) é Tupanciretã, o que menos participa é Jóia que não teve nenhum caso apontado. Em contrapartida o município com mais participação em partido político é Salto do Jacuí (33,3%) e o que menos participa é Tupanciretã que não contou com nenhum entrevistado nessa modalidade participativa. Os que valorizam, mas não participam de nenhum dos dois somam cinco (11,9%) casos e novamente a maioria se encontra em Salto do Jacuí (33,3%), e a menor participação é em Jóia com um caso (5,9%)

É importante ressaltar também, na visão dos reassentados, quais esferas são necessárias para ajudar em seu crescimento pessoal: os entrevistados mostraram mais afeição como necessário para seu crescimento pessoal: i) melhoria na infra-estrutura da casa e do reassentamento (esgoto, asfalto, água tratada) em 10 casos (31,3%), divididos por município da seguinte forma: cinco entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; ii) nove (28,1%) dos entrevistados apontaram como necessário melhoria de renda, divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, seis em Jóia, e um em

Salto do Jacuí; iii) cinco entrevistados (15,6%) apontaram ser necessário ter melhores condições de saúde, divididos por município da seguinte forma: dois entrevistados em Tupanciretã, um em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; iv) cinco entrevistados (15,6%) apontaram ser necessário ter melhores condições de saúde e de renda, divididos por município da seguinte forma: um entrevistado em Tupanciretã, quatro em Jóia, e nenhum caso em Salto do Jacuí; v) dois casos (6,3%) apontaram a necessidade de voltar, continuar ou aperfeiçoar os estudos, divididos por município da seguinte forma: 1 em Jóia, e 1 em Salto do Jacuí; vi) um caso (3,1%) em Jóia apontou que é necessário que haja melhoria a renda e na infra-estrutura dos reassentamentos. E 10 (31,3%) entrevistados não responderam ou não souberam responder a essa questão, divididos por município da seguinte forma: seis entrevistados em Tupanciretã, um em Jóia, e três em Salto do Jacuí.

**Gráfico 17: Gráfico das necessidades pessoais dos reassentados**

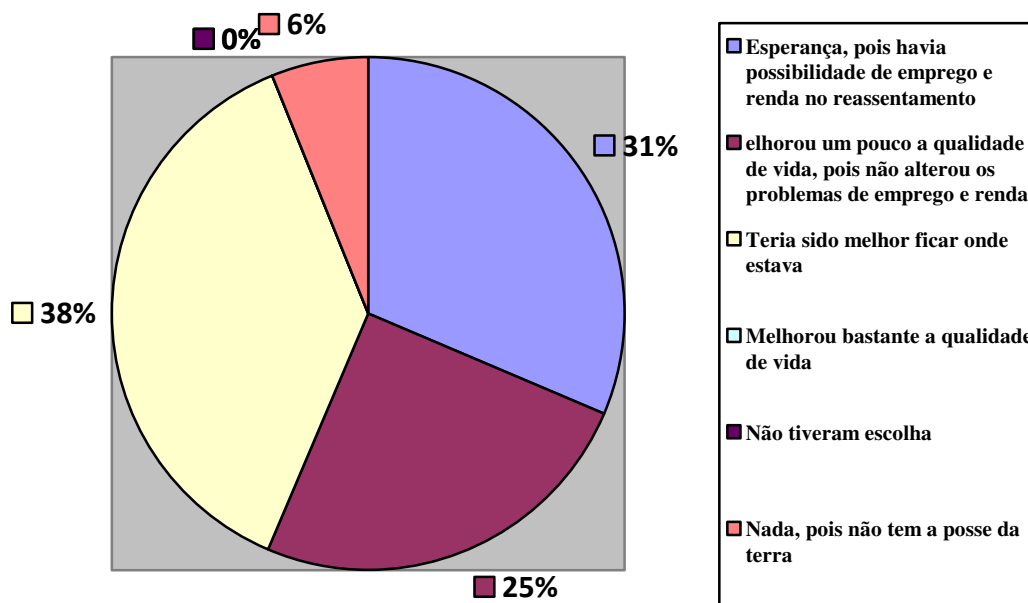


É importante apontar que a renda é o quesito mais lembrado, portanto, ela foi inserida juntamente com a necessidade de ter mais saúde e de ter mais infra-estrutura, além de ser apontada sozinha. Dos entrevistados que apontaram necessidade de ter mais renda, mais renda e saúde, mais renda e melhoria na infra-estrutura, são 15 (35,7%) casos, divididos por município da seguinte forma: três (18,8%) entrevistados em Tupanciretã, 11 (64,8%) em Jóia, e um (11,2) em Salto do Jacuí. Assim, como de forma isolada (seis casos), como de forma conjunta (nove casos), somando-se 15 casos, Jóia é o município que mais apontou a renda como necessária para crescimento pessoal. O município de Tupanciretã é o que mais aponta que é necessário haver melhorias na infra-estrutura como necessária para crescimento pessoal, Salto do Jacuí é o que menos apontou esse problema. De modo geral não se sente necessidade dos entrevistados de ter melhores condições de estudo como uma forma de crescer

pessoalmente e conquistar suas necessidades, tanto que esse item não aparece no gráfico acima, pois obteve valor inferior a 1% das opções dos respondentes. Assim, o grau de instrução proporcionado pela educação formal não faz parte da realidade dos entrevistados, e eles não sentem sua ausência como um entrave ao seu desenvolvimento.

O que o reassentamento representou e representa para você: i) esperança, tranquilidade, pois havia possibilidade de emprego e renda aqui na região foi apontado em 11 dos casos (26,2%), divididos por município da seguinte forma: cinco entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia, e três em Salto do Jacuí; ii) melhorou pouco a qualidade de vida, pois não alterou os problemas de emprego e renda aqui nos municípios e comunidades da região em 15 casos (35,7%), divididos por município da seguinte forma: quatro entrevistados em Tupanciretã, sete em Jóia, e quatro em Salto do Jacuí; iii) Teria sido melhor ficar onde estava: vivia melhor em termos de emprego e renda e de qualidade de vida da família, com nove apontamentos (21,4%), divididos por município da seguinte forma: seis entrevistados em Tupanciretã, três em Jóia; iv) e cinco (11,9%) dizem dizer que melhorou bastante a qualidade de vida, divididos por município da seguinte forma: três entrevistados em Jóia, e dois em Salto do Jacuí; vii) um (2,4%) caso em Jóia diz que os reassentados não tiveram opção de escolha; viii) ainda é apontado um caso em Tupanciretã que diz que não representou nada, pois não tem documento legal da terra.

**Gráfico 18: Gráfico da representação do reassentamento para os reassentados**



Ao somarmos as posições positivas quanto a uma melhora na situação atual em relação à qualidade de vida (pouca e bastante), ela existiu e foi considerada pelos reassentados na questão de o que representou o reassentamento, em Tupanciretã quatro casos (25%), em Jóia 10 (58,9%) entrevistados, e Salto do Jacuí com seis (66,7%) casos. Assim, o município de Salto do Jacuí aponta o maior número de entrevistados que tiveram uma melhora em relação à qualidade de vida, e comparativamente a esse município, o menor município que apontou melhoria na qualidade de vida de modo geral, foi Tupanciretã. Em segundo lugar foi apontado que existia a esperança de que haveria emprego e renda na região dos reassentamento e isso foi apontado como representação para 11 entrevistados. Do lado do descontentamento apareceu a questão da piora na qualidade de vida em nove apontamentos. Essa situação aparece em maior número no município de Tupanciretã, ficando o município de Salto sem nenhum apontamento referente a esse quesito.

De forma a considerar o reassentado interagindo em seu ambiente econômico, foram considerados, o relacionamento dos reassentados com parceiros de instituições públicas e privadas; a forma como existe a valorização da vida econômica na vida atual, ou seja, dez anos após o reassentamento; como é o panorama da participação política dos reassentados; das necessidades que eles julgam como prioritárias para atingir seu crescimento pessoal; e o que o reassentamento representou ou representa para o reassentado.

Assim, elencamos de forma sucinta que: a situação da participação política é difusa, então dividimos esse item para análise da seguinte forma: indivíduos que são céticos quanto às questões relacionadas à política, e indivíduos que valorizam a política, mas não valorizam formas de participar dela, em partido político e em sindicato, e não há nenhum tipo valorização nem da participação política nem do sindicato em maior número em Salto do Jacuí. O município que mais participa de sindicato com 11 casos (68,8%) é Tupanciretã, o que menos participa é Jóia que não teve nenhum caso apontado. Em contrapartida o município com mais participação em partido político é Salto do Jacuí (33,3%) e o que menos participa é Tupanciretã que não contou com nenhum entrevistado nessa modalidade participativa. Os que valorizam, mas não participam de nenhum dos dois encontram-se em Salto do Jacuí, e a menor participação é em Jóia.

Na visão dos reassentados, as esferas necessárias para ajudar no crescimento pessoal, a maioria apontou a necessidade de ter mais renda; em segundo lugar de ter mais renda e saúde, em terceiro lugar de ter mais renda e melhoria na infra-estrutura, somando geram 15 (35,7%) casos, divididos por município da seguinte forma: três (18,8%) entrevistados em Tupanciretã,

11 (64,8%) em Jóia, e um (11,2) em Salto do Jacuí. Assim, como de forma isolada, apenas a renda (seis casos), como de forma conjunta, renda com saúde e renda com infra-estrutura (nove casos), somando-se 15 casos, Jóia é o município que mais apontou a renda como necessária para crescimento pessoal. O município de Tupanciretã é o que mais aponta que é necessário haver melhorias na infra-estrutura como necessária para crescimento pessoal, Salto do Jacuí é o que menos apontou esse problema. De modo geral não é percebida a necessidade dos entrevistados de ter melhores condições de estudo como uma forma de crescer pessoalmente e conquistar suas necessidades. O estudo não faz parte da realidade dos entrevistados, e eles não sentem sua ausência como um entrave ao seu desenvolvimento.

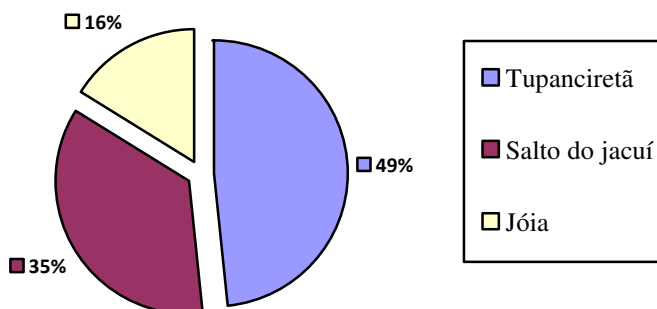
O que o reassentamento representou e representa para você: maioria dos reassentados apontou que a situação atual em que se encontram é que houve uma melhora na qualidade de vida, (pouca ou bastante), ela existiu e foi considerada pelos reassentados na questão de o que representou o reassentamento, ela foi relatada dessa forma: o município de Salto do Jacuí aponta o maior número de entrevistados que tiveram uma melhora em relação à qualidade de vida, e comparativamente a esse município, o menor município que apontou melhora na qualidade de vida de modo geral, foi Tupanciretã. Do lado do descontentamento apareceu a questão da piora na qualidade de vida em nove apontamentos. Essa situação aparece em maior número no município de Tupanciretã, ficando o município de Salto sem nenhum apontamento referente a esse quesito.

Ressalta-se, no entanto, que 10 anos se passaram desde o início do reassentamento, e o que pudemos observar em campo é que existe um grande número de evasão de reassentados, que não se adaptaram, ou que por outro motivo foram embora do reassentamento. O foco da pesquisa são os reassentados, no entanto não podemos ignorar na análise sociológica os números de famílias que foram para os reassentamentos e tempo depois deixaram seus lotes. Os dados foram repassados pelos órgãos municipais de cada localidade. Em Tupanciretã no reassentamento cachoeira das 38 famílias aponta-se que há 18 desistentes e no reassentamento pôr-do-sol das 42 famílias que foram para lá que 12 desistiram. A situação se encontra desenhada da seguinte maneira em Tupanciretã: das 80 famílias destinadas aos reassentamentos presente nesse município, 30 já não estão mais lá, isso significa que há uma evasão de 37,5%. Tupanciretã foi o único município que nos forneceu dados concretos, os demais municípios forneceram apenas uma projeção a partir do conhecimento dos técnicos.

Nos reassentamentos presentes no município de Jóia inicialmente foram 83 famílias, desses saíram 22 famílias, fazendo que com que a taxa de evasão sejam de 26,6%,

distribuídos da seguinte forma: o reassentamento 31 de maio inicialmente contava com 35 famílias, por volta de 17 famílias deixaram o reassentamento, a taxa de evasão fica em 51,3%. No reassentamento novo amanhecer das 48 famílias iniciais, cerca de cinco deixaram o reassentamento, sendo a taxa de evasão 11,2%. Baseado nos dados repassados pela EMATER. O município de Jóia contava inicialmente com 41 famílias, o número de desistentes fica em 10 famílias.

**Gráfico 19: Gráfico do número de evasão nos reassentamentos (por município)**



Atenta-se também que as entrevistas foram feitas nos proprietários, filhos ou cônjuges dos mesmos, mas as entrevistas contemplaram, sobretudo, as pessoas que ainda moram nos reassentamentos. Importante ressaltar que essa foi uma grande dificuldade encontrada em trabalho de campo, pois há nos reassentamentos grande número de compradores de reassentados que foram embora.

### 3.2.6- Questões de produção e Sustentabilidade

Para a questão relativa ao uso da propriedade, e a atividade que desenvolve nela, está em conformidade com as exigências legais quanto à reserva legal e/ou área de preservação permanente? 30 entrevistados responderam que sim, sendo que desses, oito se encontram no município de Tupanciretã, 13 em Jóia, e nove em Salto do Jacuí. Seis responderam que não, sendo três em Tupanciretã e três em Jóia; e dois responderam que mais ou menos, sendo dois em Tupanciretã e um em Jóia. Apenas três não responderam a essa questão.

Algum órgão público ambiental exigiu algum tipo de licença para o início de sua atividade? Os respondentes, 34 deles apontaram que nesse quesito, não houve nenhum tipo de

exigência legal para o início da atividade. E de fato não houve nenhum tipo de exigência legal para isso.

Saberia dizer se o reassentamento produziu algum dano ambiental que precisa ser mitigado/atenuado? Sete entrevistados apontaram que sabem de impactos que precisam ser mitigado pelo reassentamento, sendo cinco casos em Tupanciretã, um em Jóia, e um em Salto; 26 entrevistados apontaram não saber de nenhum evento que o reassentamento tenha produzido com forma de impacto. Nove pessoas não souberam responder a essa questão. Dentre os respondentes, três casos responderam que ocorre queima de lixo e uso de agrotóxico, dois casos em Jóia, e um caso em Tupanciretã, outro problema apontado foi o desmatamento apontado por um caso em Jóia, e os prejuízos aos banhados, apontados três casos em Tupanciretã. De forma geral não há conhecimento de impactos ambientais que o reassentamento tenha produzido.

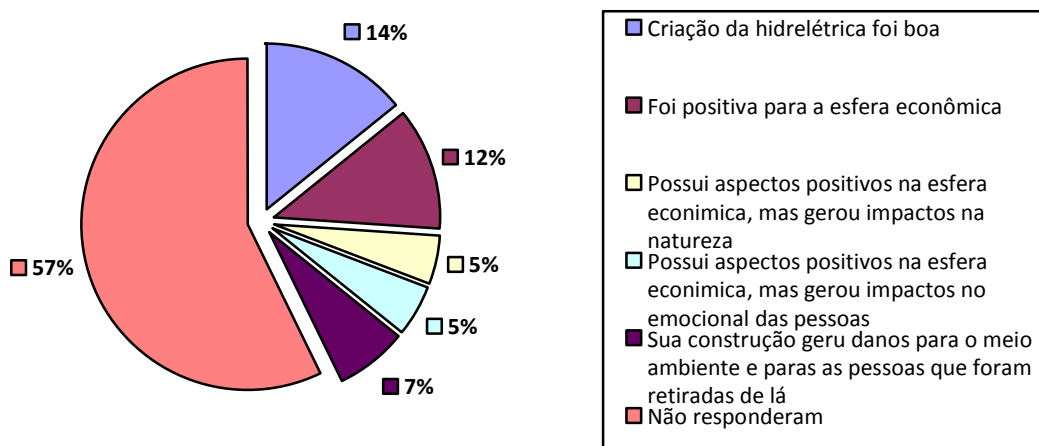
Avalia que foi e é bem orientado quanto às exigências ambientais que cercam a atividade agrícola que desenvolve hoje (uso sustentável de recursos naturais, manejo de agrotóxicos, resíduos, efluentes) foram apontados 27 casos com respostas afirmativas a essa questão, sendo que desses, seis se encontram no município de Tupanciretã, 13 em Jóia, e oito em Salto do Jacuí; ii) seis responderam que não, sendo que desses, três se encontram no município de Tupanciretã, dois em Jóia, e um em Salto do Jacuí; e cinco julgaram que foram mais ou menos orientado, sendo que desses, três se encontram no município de Tupanciretã e dois em Jóia. Quatro não responderam a essa questão.

Acha que é importante a preocupação ambiental? 37 entrevistados responderam que sim, sendo que desses, 12 se encontram no município de Tupanciretã, 16 em Jóia, e nove em Salto do Jacuí. Cinco entrevistados não responderam a essa questão.

Há eventos locais que chama atenção dos reassentados, quanto à destruição da natureza, a maioria, 22 entrevistados apontaram que conhecem eventos impactantes, e dentre os que apontaram que sim, foram apontados problemas como: desmatamento até as áreas de rios e banhados, grandes proprietários fazem uso agressivo da natureza (colocando grande quantidade de agrotóxicos, desmatando), desmatamento e produção de lixo, prejudica o banhado, e quatro casos relatados em Salto do Jacuí, evidenciando como impactos ambientais os que foram produzidos por duas pequenas hidrelétricas que têm na região dos reassentamentos. 13 entrevistados apontam que não conhecem impactos produzidos na região. Sete entrevistados não souberam responder a essa questão.

Na questão que demonstra como o reassentado avalia hoje a criação da UHE Dona Francisca, o item mais apontado com seis entrevistados foi o que apontou a construção da hidrelétrica como boa, encontra-se a maioria dos apontamentos, sendo quatro casos em Salto do Jacuí. ii) o segundo item mais votado, com cinco casos, foi o que se referiu aos aspectos positivos na esfera econômica como geração de emprego e de luz, foi apontada pela maioria dos casos em Tupanciretã; iii) houve dois apontamentos que considerou como detentora de aspectos positivos para gerar energia, mas destruiu muito a natureza; iv) dois apontamentos que considerou como detentora de aspectos positivos na esfera econômica, mas gerou impacto negativo no emocional das pessoas; e v) três casos que consideraram que sua construção gerou danos ao meio ambiente e também para as pessoas que foram retiradas de lá, com um caso em cada município. 24 entrevistados não responderam a essa questão. De forma geral pode-se considerar que em 11 casos a construção foi considerada como positiva, no restante das questões, em sete casos, foram mensurados os impactos que a UHE causou, com danos sociais e ambientais. Apenas 12 entrevistados consideram que a legislação ambiental foi devidamente considerada e obedecida pela UHE. Sete casos acham que não. 23 entrevistados não responderam a essa questão.

**Gráfico 20: Gráfico sobre a visão do reassentado a respeito da criação da Usina Hidrelétrica Dona Francisca**



Quanto à questão se UHE Dona Francisca produziu algum grande dano à natureza, as questões foram bastante divididas, no entanto, a maioria dos entrevistados, 21 casos apontaram que a usina produziu danos, sendo que desses, oito (50%) se encontram no município de Tupanciretã, oito (47,1%) em Jóia, e cinco (55,6%) em Salto do Jacuí; 13 casos



apontaram que não produziu, sendo que desses, três se encontram no município de Tupanciretã, sete em Jóia, e dois em Salto do Jacuí.

Quando questionado da forma como avaliam a forma como administram sua propriedade, se ela protege ou ameaça a natureza, a maioria dos respondentes, 33 casos consideram que protege, sendo que desses, 11 casos em Tupanciretã, 15 em Jóia, e sete em Salto do Jacuí; dois casos apontaram que ameaçam a natureza; e quatro casos que consideram que protegem mais ou menos a natureza, isso significa que há práticas que eles realizam em suas propriedades que não conseguem fugir do dano ao meio ambiente. Esse fator é denotado pela forma do trato do lixo pessoal, também é retratado pelo uso nas plantações, que geram impactos ao meio ambiente e também poluem as águas. Dos casos que apontaram que ameaçam e que protegem mais ou menos, se referem aos indivíduos que ganham até dois salários mínimos. Isso significa que não é pela falta de renda que há o desconhecimento referente às questões impactantes das próprias ações no meio ambiente. No entanto, a maioria compreende que protege o meio ambiente em seu lote.

### **3.3- Análise da qualidade de vida dos reassentados**

A segunda parte da análise consiste em buscar particularidades, a partir da teoria de Sen (2000) para pensar na qualidade de vida a partir das capacitações que os indivíduos têm a seu favor para alcançar as funcionalidades (que são representadas pelas várias atividades que as pessoas podem fazer ou ser) que cada indivíduo é capaz de promover visando mover as ações que fomentem benefício da sociedade como um todo. Nesse sentido, faz-se necessário compreender como a capacitação é ofertada pela estrutura que eles se encontram, e que fornece a esses indivíduos possibilidades (liberdades) para obter dela o mínimo necessário, que os permita fazer parte de um conjunto de oportunidades, favorecendo medidas a partir do acesso à saúde, educação, transporte, possibilidade de participação política, acesso à informação, etc. No entanto, liberdade refere-se aos “processos de tomada de decisão e às oportunidades de obter resultados considerados valiosos” (SEN, 2000, p.370). Ou seja, compreende-se como fator importante da análise da liberdade, além da oportunidade que as pessoas têm frente aos recursos que os fazem ser mais livres para atuar no meio social, é

necessário analisar se essas liberdades disponíveis pela estrutura ajudam as pessoas a conseguirem obter resultados que elas valorizam e que têm razão para valorizar.

Para tanto é necessário analisar as peculiaridades do reassentamento presentes em cada município a partir do quadro teórico proposto por Sen, e que baseado nas colocações de Herculano (2000) se baseará em três grandes “áreas” analíticas para constituir a qualidade de vida. A primeira se refere às condições materiais, em um nível objetivo, capturado através da aplicação do questionário, e considerando as colocações gerais realizadas anteriormente; a segunda área explicativa refere-se às necessidades sociais de relacionamento e interação com os reassentados que compartilham do mesmo espaço; e a última se refere às necessidades de crescimento pessoal dos mesmos, bem como sua relação com a comunidade que o circunda e sua participação na esfera política. Essas características podem ser contraídas a partir da análise do questionário utilizando dentro do *software* SPSS, a modalidade de cruzamento entre as frequências relativas às perguntas realizadas nos questionários, que já foram expostas na parte descritiva.

A base de análise do questionário será a partir das ideias de qualidade de vida<sup>57</sup> tendo como base a teorização do desenvolvimento humano do Sen, como já foi apontado no final do capítulo dois, Selene Herculano (2000) empreende na discussão sobre qualidade de vida, e buscando patamares para compreender formas de mensuração, a mesma entende que podemos compreender em três eixos evidenciados pelos verbos: ter, amar e ser<sup>58</sup>, e assim obter minimamente as condições para considerar por onde é aceitável medir a qualidade de vida. Essa discussão pode ser mensurada a partir do conjunto de oportunidades que os indivíduos dispõem e que é dada de acordo com a estrutura social, cultural, econômica, política que o mesmo faz parte. Desta forma, esse sistema contribuiu para que fosse possível apontar variáveis para analisar condições essenciais que sintetizam e expressam noções de bem-estar<sup>59</sup>, permitindo assim a criação de parâmetros para entender quais são os itens que corroboram para que as necessidades básicas à vida sejam evidenciadas. Essas necessidades

---

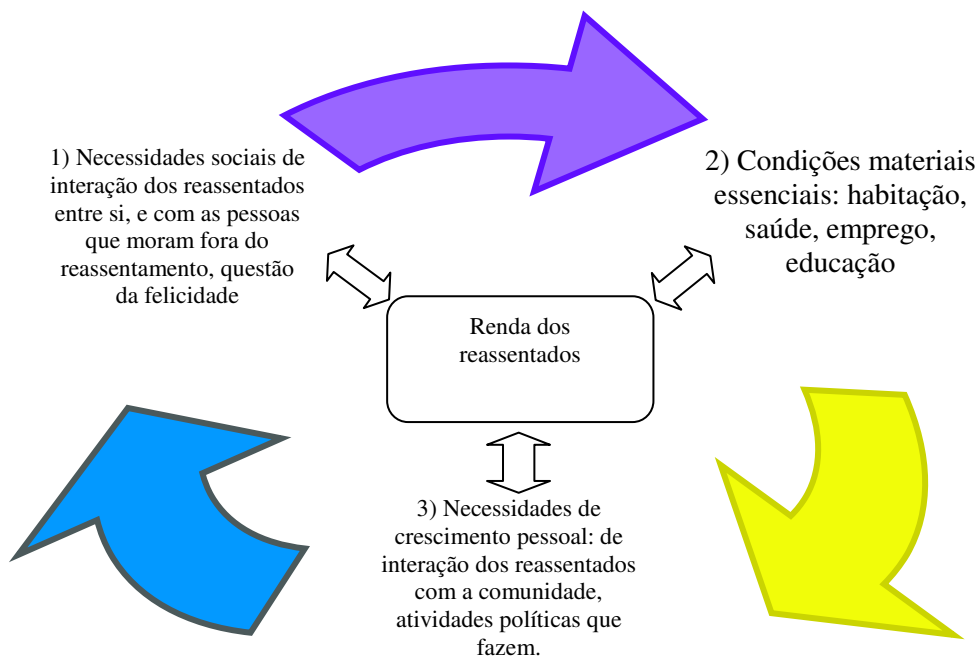
<sup>57</sup> Generalizar o que é qualidade de vida não é tarefa simples, pois esse conceito, segundo Herculano() não permite que grandes generalizações possam ser feitas a partir do entendimento de cada indivíduo sobre o que ele entende como qualidade de vida, assim o que se propõe são patamares mínimos de bem-estar que garantisse a sobrevivência dos indivíduos.

<sup>58</sup> Segundo Herculano (2000) citando a obra que Allardt (2006) desenvolve indicadores através dos verbos ser, amar e ter aponta que esses mesmos verbos compreendem esferas essenciais à vida humana, e por isso, servem de guias para formular indicadores do sistema de bem-estar. Aqui eles estão sendo usados no sentido de esquematizar a teorização de Amartya Sen visando facilitar a visualização da mesma.

<sup>59</sup> Não cabe aqui discutir o estado de bem-estar, apenas indicaremos a relevância de indicadores formulados por Nussbaum e Sen, para evidenciar a iniciativa de buscar um estado que visa instigar a participação dos cidadãos, e que busca ampará-los em suas necessidades básicas, tentando usar o modelo como base para o organograma para analisar os dados e evidenciar questões sobre a qualidade de vida dos reassentados pela UHE Doa Francisca.

são formuladas com base nos graus de liberdade indicados por Sen, como essenciais para que os indivíduos consigam atingir ao menos as condições para que os mesmos sejam aptos a exercer sua ação racional frente às situações com o menor grau de limitação possível, uma vez que, essa situação o impossibilitaria de se desenvolver. A renda dos reassentados se encontra no meio do organograma, pois todos os três itens serão analisados juntamente com o enfoque na renda, visando considerar uma possível compreensão da dependência da renda frente às demais liberdades. Entretanto, é com lembrar que essa “variável” é considerada por Sen apenas como mais uma das liberdades essenciais ao desenvolvimento.

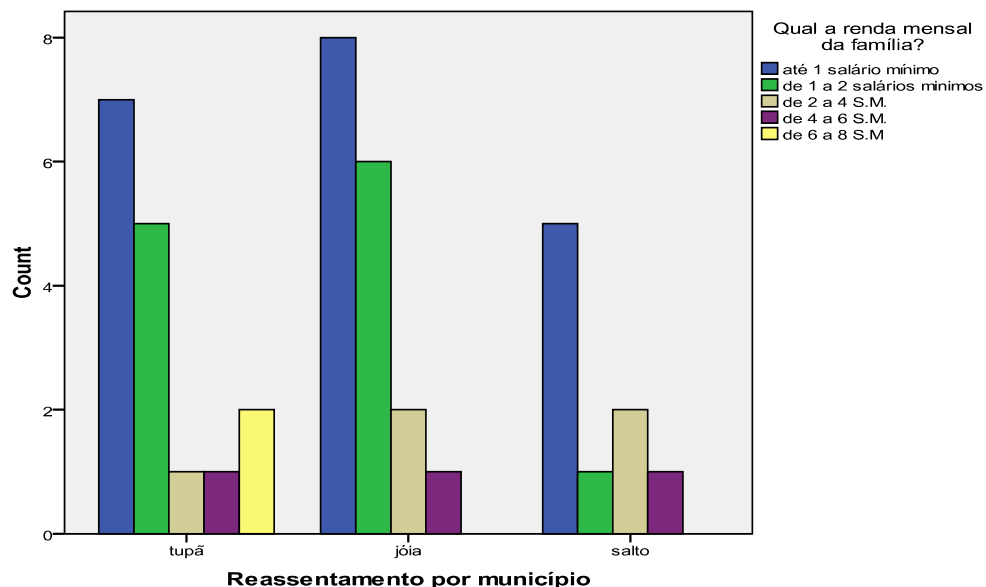
**Figura 1- Quadro de análise da qualidade de vida**



Escolhemos realizar a análise por esse viés, pois consideramos a noção discutida por Herculano (2000) quando a mesma explora o uso de indicadores que sejam capazes de medir a qualidade de vida em confluência com o bem-estar da população não somente pela renda per capita que possui juntamente como apontado no capítulo anterior, com a questão ambiental. No entanto, não é possível empreender nesse trabalho a busca de indicadores que sirvam para consolidar modelos já prontos de análise, o que é pretendido é analisar o questionário a partir das noções mínimas de bem-estar que apontam para uma mensuração específica da qualidade de vida e de desenvolvimento humano, nos moldes de Sen (2010). A renda contribui para a

análise geral da vida das pessoas, dessa forma, apontamos a renda como um item fixo para realizar os cruzamentos entre todos os itens é a renda, faz-se necessário primeiramente compreender a dinâmica que envolve esse item, assim, a renda dos reassentados, dividida por município, se dá através da seguinte distribuição:

**Gráfico 21: Renda dos reassentados**



Pode-se observar que há, de forma geral, 76,2% na maioria dos entrevistados uma renda até dois salários mínimos ao mês o restante, 23,8% possui renda maior que dois salários mínimos ao mês. De forma específica, o município que recebe os reassentamentos que apontaram ter mais entrevistados com “baixa” renda foi Jóia, com 82,3%, sendo que nesse mesmo município 17,7% dos entrevistados têm renda maior que dois salários mínimos ao mês. O segundo município que comporta um maior contingente de entrevistados com renda até dois salários mínimos ao mês é Tupanciretã, com 75%, e os 25 % restantes são de entrevistados com renda superior a dois salários ao mês. O município que compreende um número maior de reassentados “bem de vida” em comparação com demais municípios foi Salto do Jacuí, com 66,7% dos entrevistados vivendo com renda de até dois salários mínimos ao mês e 33,3% de entrevistados com renda superior a dois salários ao mês.

A renda dos indivíduos é baseada na cultura agrícola que desenvolvem em suas propriedades. Atualmente, de forma geral, os cultivos existentes nos reassentamentos contemplam a cultura da soja, do milho, do fumo, e da produção de leite. Essa última segundo Fontaneli et al. (2009) auxilia na diversificação do lucro e da sustentabilidade por retirar o

foco da monocultura dos grãos. Como manejo dos mesmos, apontamos que a mão de obra familiar, ou seja, a que conta com o auxílio da esposa e dos filhos para ajudar no cultivo, é preponderante, sendo que 83%, ou em 35 casos compreendidos em todos os três municípios, os reassentados não possuem empregados permanentes nem temporários na propriedade para ajudar na produção econômica da família.

Em consonância com esse indicador, foi possível captar que de forma massiva, em 97,6% ou 41 casos os entrevistados trabalham na modalidade que chamam de “por conta própria”, ou seja, eles mesmos trabalham para tirar seu sustento dentro do lote que receberam pelo programa de reassentamento. Nessa situação, que eles se encontram, o cultivo de suas terras serve tanto para consumo próprio como para comercialização. O escoamento da produção dos grãos plantados por eles, na maioria das vezes é feito através das cooperativas<sup>60</sup> existentes nos três municípios, mas também existem casos que a venda pode ser realizada de forma individual pelos reassentados. A distribuição da produção de leite também é feita através da venda para cooperativas, mas a forma mais expressiva de venda é diretamente com as empresas de laticínios que compram do produtor no reassentamento.

Dentro dessa descrição mais geral, podemos separar dentre os municípios, que o que possui um número maior de famílias com renda acima de dois salários mínimos é Saldo do Jacuí e com menor renda, até dois salários mínimos é Jóia. Podemos a partir da renda e da distribuição da mesma considerar como base para as comparações que serão realizadas no decorrer da análise do organograma.

Pretende-se observar de que forma o tipo humano estudado encaixa-se na ideia de desenvolvimento humano do Sen, assim, quanto mais esses indivíduos estiverem conectados às questões de educação, saúde e política; mais próximos eles estarão da noção de desenvolvimento adotada nesse trabalho. Por outro lado, se essa realidade não fizer parte de suas vidas, no sentido objetivo de valoração, mais longe eles estarão das noções desenvolvimentistas, ou seja, de estarem adequados a serem “competitivos”, de ocupar de fato as possibilidades instrumentais que lhes são ofertadas, ou seja, eles são aptos a aproveitar melhor as possibilidades existentes para atingir o fim último que é particular a cada indivíduo, e que na teorização de Sen é a busca pela felicidade. Com indivíduos mais livres de limitações que o permitam se desenvolver e, por conseguinte ter mais condições para viver em condições dignas e de ser felizes, dessa forma é possível que os mesmos consigam refletir e participar

---

<sup>60</sup> Dentre as cooperativas existentes nos municípios, encontramos como as mais citadas pelos reassentados: de Tupanciretã é a AGROPAN, no município de Jóia é a Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda- COTRIJUI, e no município de Salto do Jacuí Cooperativa Regional Triticola de Espumoso- COTRIEL.

cada vez mais da sociedade, gerando assim as bases para que esse sistema seja cíclico, alterando mesmo que indiretamente uma melhora na estrutura social como um todo. Logo, as liberdades chamadas instrumentais coadunam para a possibilidade de esses indivíduos terem mais acesso às liberdades políticas, sociais, econômicas; acesso também a um Estado protetor que não permite que as privações sejam limitantes a desenvolvimento, bem como devem fornecer acesso às informações no sentido de transparência das mesmas gerando uma confiança no sistema, que proporciona de certa forma, uma melhoria nas relações entre estado e indivíduos.

Nesse sentido, o organograma analítico aponta que a primeira relação a ser feita pelo questionário se dá através das condições materiais, dentre elas temos: i) condições de habitação, ii) de saúde, iii) de emprego, e iv) de escolaridade, para que o indivíduo tenha acesso às condições de desenvolvimento. A segunda relação refere-se à análise das necessidades sociais dos reassentados, compreendendo: i) interação entre os reassentados e os indivíduos que fazem parte de sua comunidade, ou seja, seus amigos e vizinhos que moram dentro do reassentamento; ii) de que modo as pessoas que vivem fora do reassentamento, como amigos, familiares, os vêem como moradores dos reassentamentos; iii) se as condições de bem estar e renda se alteraram 10 anos após o reassentamento. A terceira relação é feita através do retrato das condições para crescimento pessoal nos reassentamentos; i) relação entre os reassentados com a sociedade; ii) sobre a participação política dos reassentados; iii) da interação entre os reassentados e as instituições (públicas, privadas); e iv) a relação entre meio ambiente e sociedade.

### 3.3.1- Análise das condições materiais dos reassentamentos

O primeiro item conta com uma descrição das condições materiais, que é referente às condições de habitação dos reassentados. Nesse sentido, o questionário captou que em todos os 42 casos os reassentados foram contemplados pelo programa de reassentamento com uma casa padrão, de 72 metros quadrados, divididos em seis cômodos, sendo deles: três quartos, uma sala, um banheiro e uma cozinha. O material predominante nas construções externas da casa é madeira, a única peça que não foi feita desse material é o banheiro que é construído com alvenaria. O programa de reassentamento realizou também condições sanitárias apropriadas para os reassentados, sendo que a fossa onde o esgoto é despejado é fossa séptica,

e o abastecimento da água é feito para todas as residências através da rede de água que é abastecida por poço artesiano construído dentro dos próprios reassentamentos. Há também distribuição de energia elétrica através de companhia distribuidora, cuja empresa varia, nos diferentes reassentamentos. Assim, existe em todos os casos analisados pelo questionário, e podemos generalizar para todos dos reassentamentos realizados pela UHE Dona Francisca, a disponibilidade ao acesso à moradia e às condições que proporcionam aos indivíduos acesso à água, luz, esgoto como estrutura circundante da moradia. Juntamente com a casa, foi disponibilizado pelo programa de reassentamento um lote para cada reassentado contendo como tamanho padrão 17 hectares de terra, sendo que esse número é variável, mais de 30 hectares, considerando a existência de Áreas de Preservação Permanente (APP)<sup>61</sup> no lote, essa variação se dá para fins de não prejudicar a área que cada proprietário pode utilizar para realizar sua atividade agrícola.

As questões estruturais e objetivas que envolvem a questão da moradia podem ser apontadas como satisfatórias, no entanto, podemos apontar alguns problemas captados na pesquisa de campo, e que as perguntas fechadas não deram conta de compreender e que envolvem o uso da terra dos reassentados. Foram disponibilizados pelo programa de reassentamento foi originalmente separado em duas alternativas, uma das quais se referia à indenização das terras e das bem-feitorias realizadas sobre as mesmas, que foram valoradas em conjunto para indenizar os proprietários atingidos. A segunda alternativa colocada à disposição dos atingidos foi à possibilidade do reassentamento em grandes lotes, como já explicado anteriormente, esse tipo de escolha favoreceu filhos de proprietários que tinham mais de 18 anos, também pessoas que faziam uso das terras atingidas para retirar seu sustento, como meeiros, posseiros, arrendatários; e também pessoas que trabalhavam em instituições que foram igualmente alagadas pelo empreendimento, como professoras de escolas que se encontravam nas mesmas terras. As duas opções de escolha foram dadas aos atingidos, no entanto, para os que escolheram aderir ao reassentamento por grandes lotes não conseguiram ainda ter a posse oficial de suas terras, tendo acesso a uma carta de concessão, que permite ao reassentado utilizar a terra, também permite ao mesmo participar de empréstimos e de programas governamentais como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

---

<sup>61</sup> As APP's são áreas que possuem matas nativas, ou áreas de água como banhados, córregos, lagos, etc. as quais são proibidas desmatar e fazer uso. No caso de áreas contendo água faz-se necessário que existam, pela antiga legislação, 30 metros de cada lado da margem reservados para área que deve ser de preservação permanente, ou seja, ela não pode ser modificada pela ação do homem, sendo esse impossibilitado de plantar ou de criar animais nessa área.

No entanto, esse documento não permite ao reassentado vender legalmente o lote de terra que recebeu sendo que o mesmo só poderá ser vendido após o mesmo receber a posse legal da terra. Na atual situação, ou seja, 10 anos após a chegada deles no reassentamento, a terra ainda pertence ao estado do Rio Grande do Sul, o que impossibilita ao dono da terra de vender o lote e de ir embora do reassentamento, caso não tenha se adaptado e não queira mais estar no reassentamento ao qual foi destinado. Evidenciando esse problema há inúmeras famílias que não se adaptaram nos reassentamentos e já evadiram para outros locais, muitos deles retornaram à sua cidade de origem, como bem lembra Marques (2005), quando ratificou essa situação ao estudar alguns casos no reassentamento pôr-do-sol, no município de Tupanciretã. Esse problema pode ser constatado quando realizamos a pesquisa empírica, pois os questionários foram formulados para captar a racionalidade do reassentando, no entanto, muitas entrevistas, cerca de pelo menos uma por reassentamento, foram realizadas pelos pesquisadores, e tiveram que ser descartadas, pois não se tratavam de reassentados, mas sim de compradores dos lotes. Essa foi uma das dificuldades encontradas em campo, uma vez que os reassentamentos contemplam cerca de 40 famílias, e visitamos reassentamentos que a taxa de evasão passava dos 40 %. Esse número não é oficial por se tratar de um problema legal, não é objetivo desse trabalho realizar um denunciamento vulgar, mas sim de indicar que o problema da posse legal da terra inviabiliza o reassentado de ter livre iniciativa para realizar seus desejos, o que acaba incentivando práticas ilegais para seguirem suas vidas. Essa situação foi relatada muitas vezes pelos próprios reassentados e também pelos órgãos responsáveis por gerenciar serviços ligados à extensão rural presentes nos três municípios onde estão localizados os reassentamentos. A questão da posse legal dos lotes foi tratada por muitos entrevistados como um entrave ao desenvolvimento dos mesmos, pelos mesmos estarem ainda em situação de pendência<sup>62</sup> com o estado.

O segundo item refere-se à análise das condições de saúde, assim descritivamente é possível afirmar que em 24 casos, ou 57% dos entrevistados estão distribuídos entre os três municípios, considerando que as condições de saúde foram tidas como medianas/ boas por nove pessoas em Tupanciretã, por 10 em Jóia e por cinco em Salto do Jacuí. A distribuição de renda entre os entrevistados aponta que em 20 casos a renda é de até dois salários mínimos ao mês e quatro casos contando com renda maior que dois salários ao mês. A renda nesse caso, não é determinante para considerar o nível de atendimento na área da saúde como

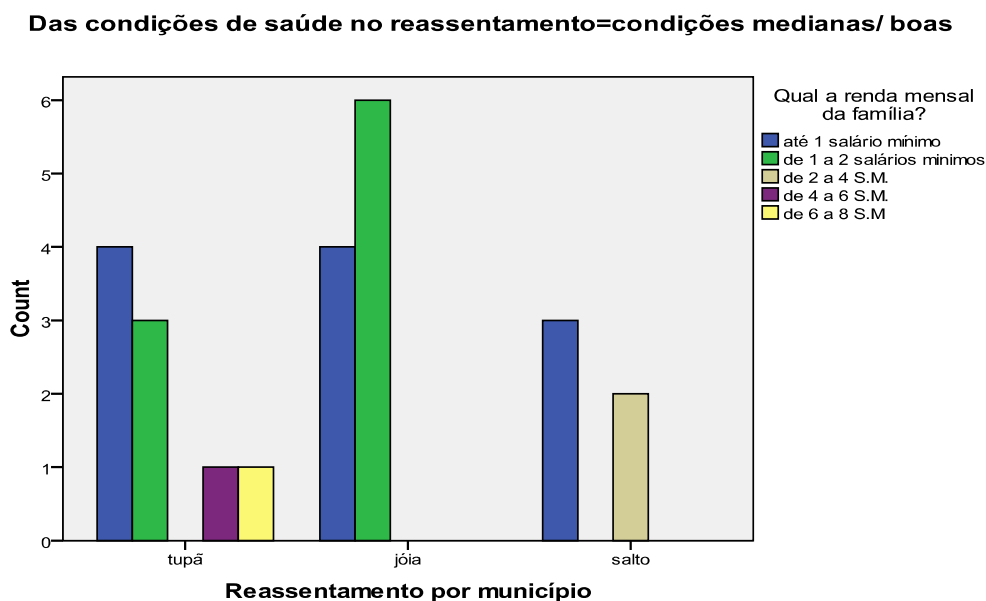
---

<sup>62</sup> O acordo inicial considerava que após a posse legal das terras pelos reassentados haveria quatro anos de carência para começar a pagar pelo lote e pelas bem-feitorias que os reassentados receberam (uma casa de 72 m<sup>2</sup>, um galpão e o lote com 17 hectares) que foram avaliados em 100 sacas de milho a serem pagos anualmente.



insatisfatório, embora tenham sido apontados problemas na saúde por 12 entrevistados, totalizando 28,5% podemos considerar que a maioria da população está assistida pelos serviços de saúde que são prestados, o que geralmente se dá através dos municípios que os indivíduos se encontram.

**Gráfico 2: Condições de saúde**

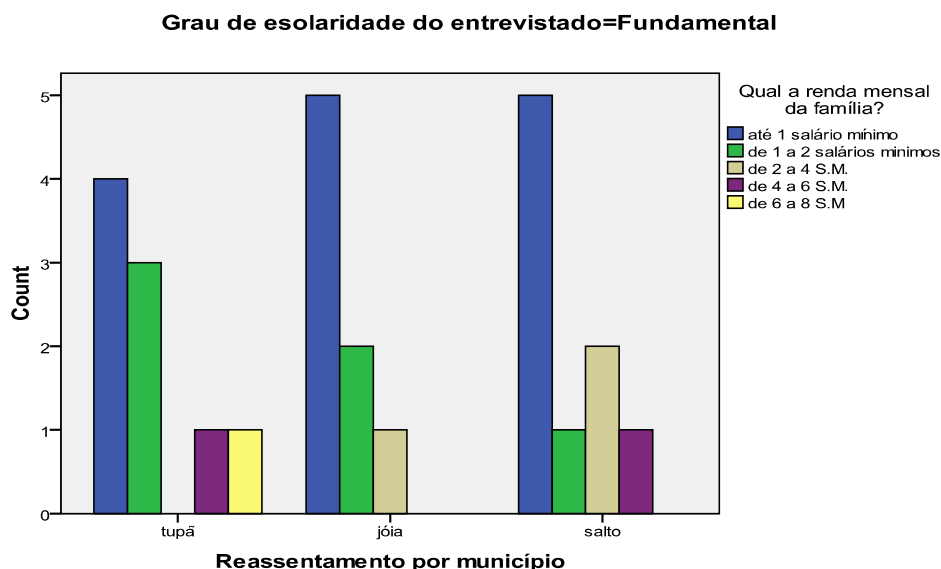


Como relatado anteriormente, ao somarmos as avaliações positivas em relação às condições de saúde, podemos apontar que o município que tem avaliação mais positiva referente à saúde é o município de Jóia. A avaliação mais baixa na saúde é feita em Tupanciretã. Contrariamente os reassentamentos que comportam as rendas mais baixas é Jóia, e as rendas mais altas, acima de dois salários mínimos a mês é Salto do Jacuí. Assim os contentamentos e descontentamentos relativos à saúde são conectados com o serviço disponibilizado pelo município, os quais se encontram, não havendo conexão direta com a renda dos reassentados.

A educação é um quesito que pode ser considerado problemático e homogêneo, pois grande parte da população entrevistada que tem renda acima de dois salários mínimos, é o contingente que possui maior escolaridade, sendo que a predominância é relatada através de oito casos que os entrevistados sabem apenas ler e escrever, e 26 o número de entrevistados que possui apenas o nível fundamental como grau de escolaridade. E um ponto interessante a

ser ressaltado é que não encontramos pessoas que recebem até um salário mínimo com graus maiores de escolaridade (médio, superior e pós-graduação), também não encontramos pessoas de renda maior de dois salários mínimos na condição de não saber ler nem escrever. No entanto, como o maior grau de escolaridade é o nível fundamental, nele encontramos uma diversidade de entrevistados e de renda.

**Gráfico 23: Escolaridade: ensino fundamental**



O município que tem o menor grau de instrução nos reassentados é Jóia. Somando os entrevistados que possuem do segundo grau em diante, são apenas cinco casos (11,9%), ou seja, essa situação é encontrada em uma minoria entre os reassentados. Em Jóia encontram-se os reassentados que têm um nível de instrução acima do segundo grau. Em Salto do Jacuí foi possível ver uma homogeneidade no grau de escolaridade, todos os entrevistados possuem ao menos o ensino fundamental. O menor grau de instrução e o maior grau de instrução se condensam nos reassentamentos presentes no município de Jóia, que é considerado o mais privado de renda. O município com mais renda, Salto do Jacuí, teve uma homogeneidade na escolaridade, sendo que todos eles tiveram apenas o ensino fundamental. A renda, nesse caso, pode ser considerada condicionante apenas para o número de pessoas que não sabem ler nem escrever, e de pessoas que sabem apenas ler e escrever, pois todos eles são apontados pelos que possuem a menor renda.

Nesse, sentido, podemos considerar que a privação do estudo pode ser considerada condicionada aos indivíduos que ocupam as menores rendas, no entanto os reassentados ao

ser questionados sobre sua principal necessidade para crescimento pessoal, a questão que privilegia o nível de escolaridade, tiveram apenas dois apontamentos. Ou seja, há outras questões que eles consideram mais importantes para o crescimento pessoal e o nível de escolaridade foi o menos apontado como necessário para crescimento pessoal dos entrevistados. Sen postula que o grau de escolaridade indica o nível de educação, e que o mesmo deve ser considerado como imprescindível para que o grau de liberdade proporcionado pelo entendimento do mundo e das coisas que acontecem em torno da sociedade possa ser de fato, melhor compreendido pelos indivíduos.

Sobre as questões materiais disponíveis para que possa ser aproveitada pelos indivíduos, na forma de obterem mais liberdades, a oportunidade existe de forma objetiva no espaço que ocupam, como apontada pela análise descritiva num primeiro plano, mesmo que existam melhorias a serem apontadas de acordo com a insatisfação dos reassentados. Entretanto, existem fatores que podem ser considerados, que mesmo com os apontamentos relativos à renda no meio rural estudado seja relativamente baixa, eles têm acesso aos bens materiais básicos, casa, acesso à luz, esgoto, têm terra para trabalhar, a maioria tem meios de transporte particular. O baixo nível de escolaridade é um indicador que reflete juntamente com a descrição das necessidades para crescimento pessoal, que o estudo não faz parte da meta de atingir uma vida mais plena. Esse fator vai contra a teorização do desenvolvimento humano de Sen, que aponta que a escolaridade é fundamental para conquistar melhores condições para o desenvolvimento, mesmo quando exista a privação de renda. A saúde, por outro lado é considerada fundamental para conseguir uma vida com mais qualidade para os indivíduos, e eles a apontaram como majoritariamente mediana/ boa. Não foi possível conectar essa análise com as rendas dos reassentados, sendo que esse é um serviço disponibilizado pelo município o qual estão inseridos. De forma geral e objetiva os serviços materiais básicos para o desenvolvimento são fornecidos; no entanto, as questões subjetivas que envolvem essas questões não podem ser niveladas considerando o que os indivíduos têm acesso, mas devem ser formatadas considerando que cada indivíduo as aproveita de acordo com as necessidades que eles julgam relevantes. Assim, na falta de recursos financeiros, questões como saúde, transporte, educação devem ser mais reforçadas, visando facilitar o acesso de todos de forma democrática.

### 3.3.2-Análise das necessidades sociais dos reassentados

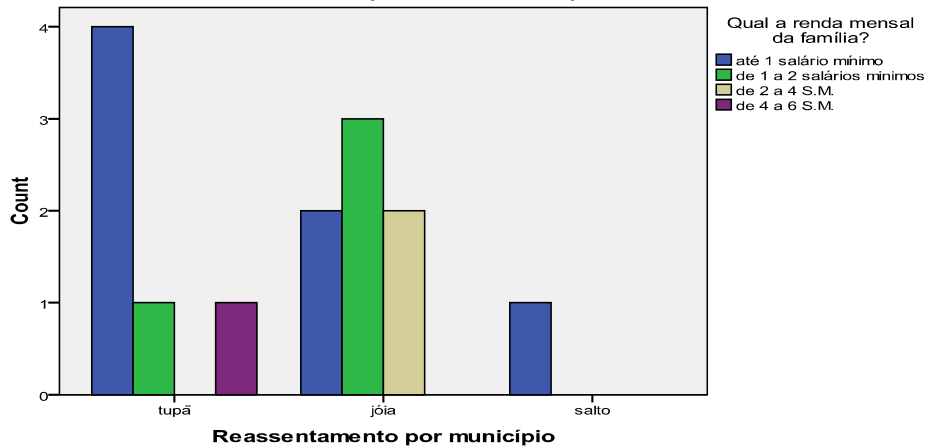
O segundo item é referente às questões das necessidades sociais, nela são analisadas por tópicos que remetem uma generalização baseada nos cruzamentos entre os dados referentes a cada município, por renda e em cada um dos itens especificados no segundo quadro do organograma. Esse item visa compreender: i) interação entre os reassentados e os indivíduos que fazem parte de sua comunidade, ou seja, com seus amigos e vizinhos que moram dentro do reassentamento; ii) de que modo as pessoas que vivem fora do reassentamento, como amigos, familiares, os vêem como moradores dos reassentamentos; iii) se as condições de bem estar e renda se alteraram 10 anos após o reassentamento.

O primeiro deles refere-se às questões de interação entre os reassentados e os indivíduos que fazem parte de sua comunidade, ou seja, seus amigos e vizinhos que moram dentro do reassentamento contam com 27 casos, sendo o mais expressivo em Tupanciretã, com 12 casos. Os casos de insatisfação, por outro lado, não podem ser considerados relevantes, pois foi apontado apenas um caso. Na visão dos reassentados a relação que mantêm com as outras pessoas de dentro da comunidade vai de boa a excelente em todos os reassentamentos.

A segunda questão levantada partia do entendimento do entrevistado, de como as pessoas que vivem fora do reassentamento, como amigos, familiares, os vêem como moradores dos reassentamentos. A resposta mais apontada pelos entrevistados foi a que as pessoas que moram fora do reassentamento não valorizam o fato deles morarem no reassentamento e acham que a vida deles piorou. Dos 14 casos apontados, 11 foram apontados por famílias que ganham até dois salários mínimos. O outro extremo conta com 13 casos os quais apontaram serem vistos pelos indivíduos que fazem parte do círculo de amizade e pela família, como excelente o fato deles morarem no reassentamento, ou seja, eles são valorizados por isso, desse total, 10 casos pertencem a famílias com até dois salários mínimos.

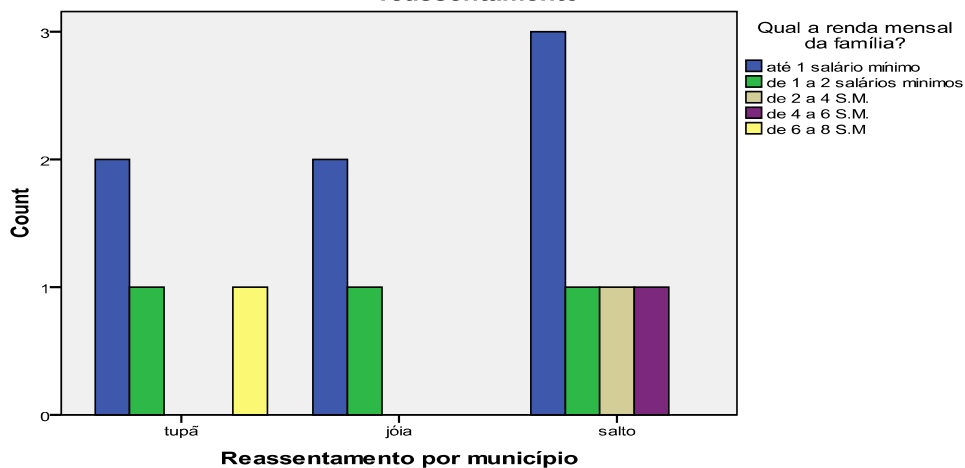
**Gráfico 24: Reconhecimento público considerado negativo**

**O reconhecimento público por ser um reassentado e por morar nesta comunidade=meus familiares, amigos e patrões/ empregados (que moram fora do reassentamento) não valorizam (ruim) o fato de morar no reassentamento; acham que a minha vida piorou**



**Gráfico 25: Reconhecimento público considerado excelente**

**O reconhecimento público por ser um reassentado e por morar nesta comunidade=meus familiares, amigos e patrões/ empregados (que moram fora do reassentamento) valorizam muito (excelente) o fato de morar no reassentamento**



Podemos perceber, entretanto, que há três casos em cada um dos gráficos acima para cada situação, que recebem mais do que dois salários mínimos ao mês, sendo assim, não há como identificar se a renda nesse caso é determinante para analisar como as pessoas que moram fora do reassentamento vêem os entrevistados apenas partindo desse quesito de análise. No entanto ao somarmos os resultados positivos, temos a maioria dos casos, sendo que o município que mais apresenta resultados positivos é Salto do Jacuí e o que menos

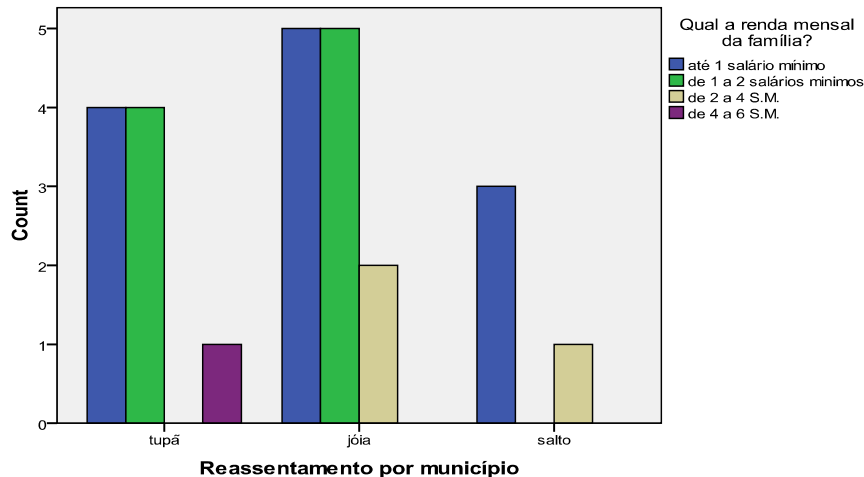
apresenta é Jóia. Através desse índice podemos generalizar com o comparativo da renda de cada um, pois como já vimos os reassentamentos, que têm as melhores rendas, é no município de Salto do Jacuí e o que tem renda mais baixa e também o índice inferior de aprovação dos familiares, amigos e pessoas que moram fora do reassentamento é Jóia. Assim, a questão da renda pode ser um indicativo para que pessoas próximas, como familiares e amigos, possam realizar esse tipo de julgamento da situação atual dos reassentados.

A relação com as pessoas que moram fora do reassentamento, às opiniões divergiram mais, pois há impressão por parte dos reassentados, que a comunidade local que os recebeu, por muito tempo os entendeu de forma negativa, como estranhos aquela comunidade. Essa impressão pode ser explicada em partes, pelo número elevado que esses municípios recebem de famílias e indivíduos beneficiados pelo programa de reforma agrária. Em todos os três municípios onde eles se encontram há um grande número de assentamentos, em Tupanciretã, como já foi relatado a média é de 17 assentamentos, gerando entre assentados mais de 500 novas famílias, e a maioria, segundo dados da COPTec chegaram ao município entre 1999 e 2002, gerando um grande movimento de pessoas vindas do campo, de diferentes partes do Rio Grande do Sul nesse município. Essa é apenas uma hipótese, do que pode ter gerado um estranhamento geral dos moradores desse município, e como a maioria beneficiada com as terras eram assentados do movimento sem terra, e foi relatado algumas vezes que eles eram em diversas ocasiões confundidos e essa situação ao que tudo indica gerava insatisfação pelos reassentados. Essa insatisfação não pode ser generalizada, no entanto, ela foi relatada como um problema de adaptação no início do processo de reassentamento, por isso esse fato não pode ser desconsiderado na análise dos dados a seguir.

A análise da vida econômica do reassentado pode ser complementada a partir do contexto econômico que o mesmo considera viver hoje, 10 anos após o reassentamento. Em 25 dos casos, ou seja, para 59,5% dos entrevistados nos três municípios a situação do reassentamento melhorou um pouco a condição de bem-estar e de renda que eles tinham antes do reassentamento. Dentro desse universo, 21 casos são de famílias que ganham até dois salários mínimos.

**Gráfico 26: Condições de bem-estar apontados positivamente**

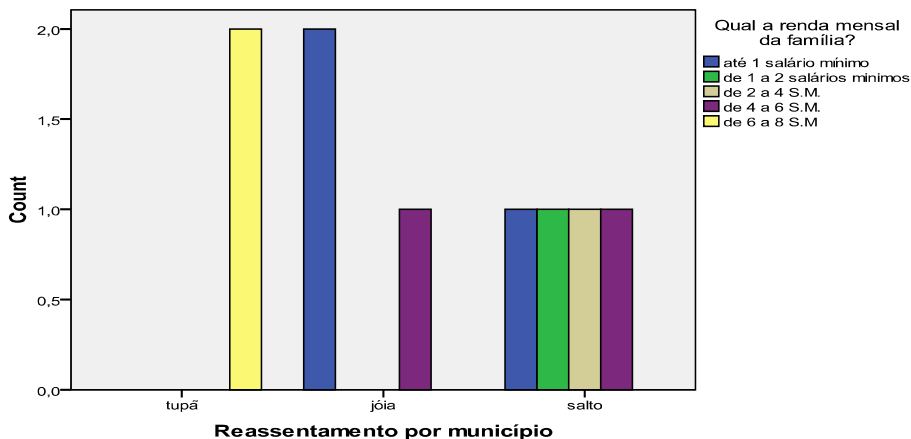
**O lugar do reassentamento no contexto da história da vida econômica dos reassentados=minhas condições de bem-estar e renda melhoraram um pouco desde que fui reassentado (a)**



A segunda opção mais votada, contando nove casos é referente aquela que indica que as condições de bem-estar e renda melhoram muito depois do reassentamento. Sendo que nessa opção houve o número mais expressivo de casos de famílias, cinco delas, que ganham mais de dois salários mínimos ao mês. O outro extremo, conta com seis o número de famílias que disseram que as condições de bem-estar e renda pioraram desde que foram para o reassentamento, em cinco casos as famílias recebem até dois salários mínimos ao mês.

**Gráfico 273: Condições de bem-estar e renda que melhoraram consideravelmente**

**O lugar do reassentamento no contexto da história da vida econômica dos reassentados=minhas condições de bem-estar e renda melhoraram muito desde que fui reassentado (a)**



Nesse sentido, constatou-se a preponderância de respondentes que apontaram de forma positiva às questões de bem-estar e renda. Podemos também dizer que todos os respondentes de renda maior que dois salários mínimos ao mês, apontaram uma dessas duas questões, que melhorou um pouco, e que melhorou muito, sendo essa última a responsável pelo maior número de famílias que estão mais bem situadas economicamente.

Objetivamente as necessidades sociais dos reassentados se encontram de forma geral bem assistida, no entanto, a vida econômica, se mostra como um fator de peso para considerar se as necessidades sociais são tidas como positivas. A relação dos reassentados entre si pode ser considerada positiva, a relação dos reassentados com sua comunidade, e questões referentes à vida econômica e a bem-estar são também avaliados positivamente. Esses apontamentos são feitos por meio de generalizações a partir das questões elaboradas no questionário, no entanto, ele tem de caráter objetivo. Nesse sentido, para além das questões das necessidades sociais, sente-se a necessidade de compreender se houve também um maior aproveitamento das oportunidades no sentido que Sen (2000) aponta, sobre a participação política, e do acesso à saúde e da educação.

### 3.3.3- Retrato das condições para crescimento pessoal nos reassentamentos

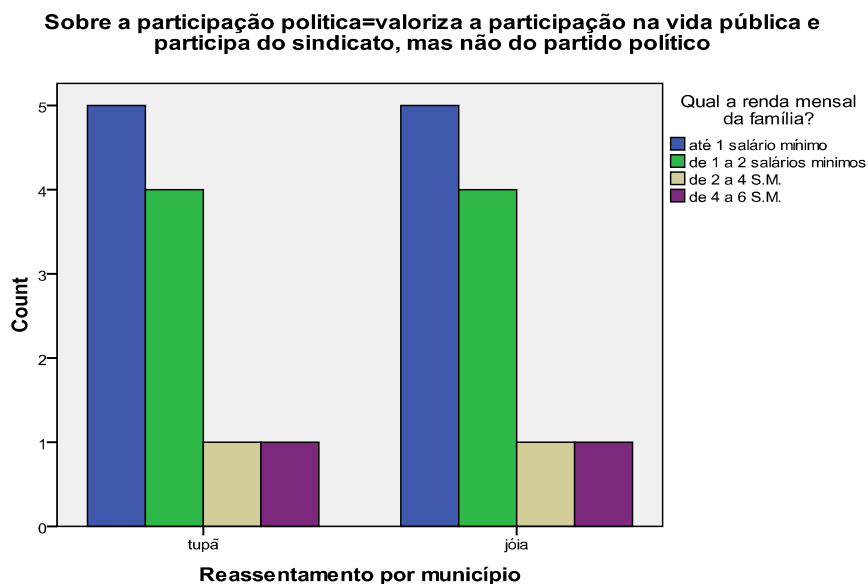
O último quadro trata da relação entre os reassentados com a sociedade, ou seja, as atividades que envolvem a relação dos indivíduos com instituições que formam a estrutura social, por isso a participação na política é um indicador importante para entender as circunstâncias de promoção das liberdades políticas e de transparência. A terceira relação é feita através do retrato das condições para crescimento pessoal nos reassentamentos; i) relação entre os reassentados com a sociedade; ii) sobre a participação política dos reassentados; iii) da interação entre os reassentados e as instituições (públicas, privadas); e iv) a relação entre meio ambiente e sociedade.

Em 22 casos foi possível apontar que há pela população a valorização na vida pública, no entanto, a participação nos partidos políticos não é evidenciada como presente na vida dos reassentados de forma massiva, a não ser em Salto do Jacuí. A maioria dos reassentados participam dos sindicatos, sendo que o maior contingente se encontra em Tupanciretã. No sindicato é evidenciada a massiva participação de indivíduos que ganham até dois salários mínimos, essa situação é um indicador positivo para o desenvolvimento nos moldes que o Sen



propõe, pois a renda não é fator limitante para que haja a possibilidade de democracia em sua participação.

**Gráfico 284: Sobre participação política**

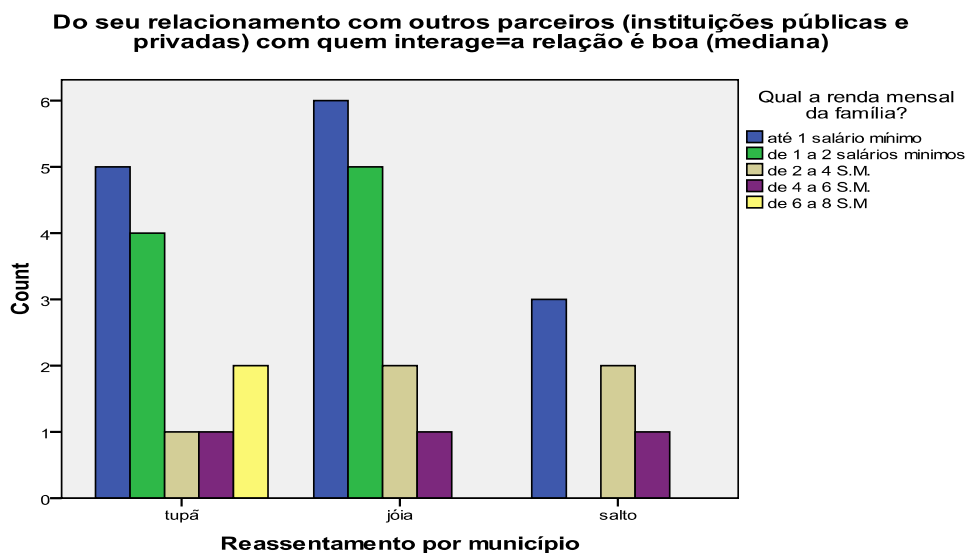


Já nas situações extremas existentes como opção de resposta, contamos em cinco o número de casos de entrevistados perderam completamente sua crença na participação na vida pública, não participam nem do sindicato, nem do partido político e acham que os políticos são atores que não ajudam no desenvolvimento da sociedade. O outro extremo, que indica a total valorização na participação da vida pública, em sindicato e em partido político, conta com um caso apenas. A segunda resposta mais apontada, com 11 casos são de respondentes que não participam nem de sindicato, nem de partido político, mas que valorizam a existência dos mesmos. Existe, então, uma preponderância para acreditar na possibilidade de melhora através da esfera política, no entanto, a maior atuação dos reassentados entrevistados se dá através de sindicatos. Mesmo que essa participação seja limitada, podemos considerar que existe a possibilidade de inserção democrática nos meios de participação pública é evidenciado que a liberdade política é uma realidade nos reassentamentos, como lembra Sen (2000) as liberdades são inter-relacionadas e a existência de uma acaba proporcionando que a outra seja aprimorada.

A relação entre os reassentados e as instituições (públicas, privadas), como EMATER, prefeituras municipais, e com as quais interage quando há oportunidade para tanto, foi apontada como boa /mediana por 33 casos ou 78,5% isso evidencia que existe a possibilidade

do contato, mas que por essa relação ser tratada como boa ou mediana evidencia a existência de falhas a serem sanadas nessa interação.

**Gráfico 29: Relacionamento com instituições**



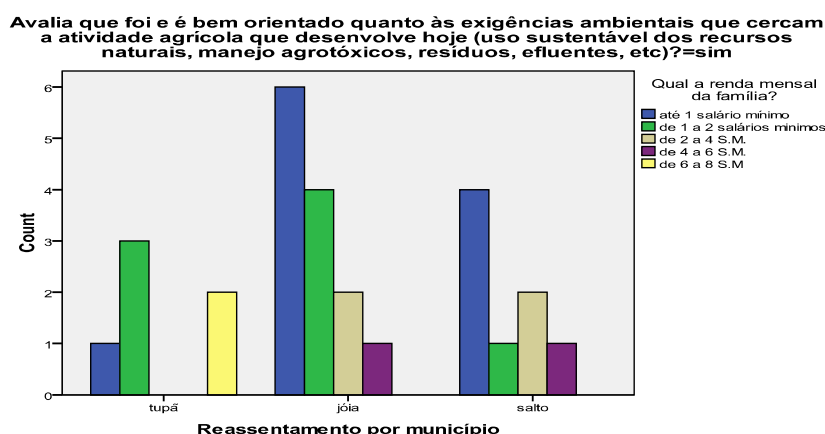
O segundo item mais apontado, com seis casos, evidencia que essa relação é ruim, sendo que metade deles ocorreu no município de Jóia. O último item, com apenas três casos, referiu-se a essa relação como excelente, e dois deles se deram no município de Jóia. A renda pertinente aos respondentes de ambos os extremos se deu com famílias que recebem até dois salários mínimos. O entrevistado com renda de até dois salários mínimos tem maior participação, no entanto, o tratamento mediano é entendido também em larga escala por todos os outros entrevistados com renda maior de dois salários mínimos. Esse fator evidencia que a relação dos entrevistados com as entidades que buscam realizar o processo de gestão do reassentamento, no que tange suas obrigações, não acusa uma distinção por faixa de renda.

A relação entre meio ambiente e sociedade também é apontada nesse item de análise como parte da formação das necessidades pessoais facilitadoras do desenvolvimento nos moldes sustentáveis preconizados como necessários, como vimos em Sachs (2007), na teoria ambiental presente no capítulo anterior. Ao perceber a dinâmica existente do entre o reassentado e a natureza (meio que utiliza para viver e retirar seu sustento), como lembra Bidone et.al (2004), é imprescindível para fomentar políticas com o “rótulo” sustentável é necessário levar em consideração: “a conservação dos ecossistemas, o manejo do risco e das vulnerabilidades desses sistemas e a convergência entre as considerações sobre sua dinâmica

e aquelas de caráter econômico, visando às necessárias tomadas de decisão” (Bidone, et al.; 2004, p.182). Assim, há um movimento que busca empreender na conservação do local de onde o reassentado retira seu sustento, e ele se estabelece na forma de um licenciamento<sup>63</sup> ambiental que os assentamentos devem realizar para poder entrar em consonância com a legislação ambiental. Ela busca conservar as áreas de preservação permanente, como beira de rios, açudes e mata nativa, para tanto é necessário que cada dono do lote realize em suas terras as medidas cabíveis para se encaixar na legislação ambiental. Essa situação não visa ao entrave do desenvolvimento, mas ao contrário, exige um esforço inicial para que os limites do ecossistema sejam respeitados e, por conseguinte, possam servir às gerações futuras e que o mesmo recurso esteja disponível para fomentar a vida como um todo, incluindo, o bem-estar, ou seja, as necessidades sociais da população, e seu meio econômico.

Dessa forma, são explicitadas questões sobre sustentabilidade presentes na última parte do questionário. Quando questionados que o lote está em conformidade com as exigências legais quanto à reserva legal e área de preservação permanente, 30 entrevistados apontaram que sim, seis que não, e três que foram mais ou menos instruídos; os reassentados de forma geral avaliam que foram e continuam sendo bem orientados quanto às exigências ambientais que cercam a atividade agrícola que desenvolvem atualmente, como quanto ao uso sustentável dos recursos naturais, manejo agrotóxicos, resíduos, efluentes, essa assistência é realizada pelos órgãos responsáveis por fornecer instrução técnica ao reassentado. Essa última teve avaliação positiva quanto ao seu papel frente aos reassentados:

**Gráfico 30: Orientação sobre uso sustentável no lote**



<sup>63</sup> Ela busca conservar as áreas de preservação permanente, como beira de rios, açudes e mata nativa, para tanto é necessário que cada dono do lote realize em suas terras as medidas cabíveis para se encaixar na legislação ambiental.

Dessa forma, considera-se que o evidenciamento do tratamento mediano é entendido também em larga escala por todos os outros entrevistados com renda maior de dois salários mínimos. Esse fator corrobora para que a relação dos entrevistados com as entidades que buscam realizar o processo de gestão do reassentamento, no que tange suas obrigações técnicas, não acusam uma distinção por faixa de renda. No entanto, é evidenciada a necessidade de inserir na abordagem técnica a questão dos impactos ambientais produzidos, pelo reassentamento, e os impactos produzidos ao redor do reassentamento, pois a maioria considera que a usina causou grandes danos à natureza, embora tenha trazido coisas positivas, sobretudo para a economia com a geração de eletricidade.

A participação da comunidade nas esferas públicas, o bom relacionamento com as entidades responsáveis pela instrução técnica, e o trato positivo com o meio ambiente, mesmo que esse último seja parte de uma obrigação legal, como é o caso da legislação de considerar obrigatório o licenciamento dos reassentamentos, apontam que as necessidades de crescimento pessoal, consideradas, pela esfera política, não coadunam com uma realidade participativa homogênea, que o relacionamento com instituições públicas de caráter educativo técnico é satisfatório e que há quase que uma unanimidade com preocupação com o uso responsável do meio ambiente.

No que diz respeito às necessidades de crescimento pessoal, na visão dos reassentados, as esferas necessárias para ajudar no crescimento pessoal, a maioria apontou a necessidade de ter mais renda; em segundo lugar de ter mais renda e saúde, em terceiro lugar de ter mais renda e melhoria na infra-estrutura. Jóia é o município que mais apontou a renda como necessária para crescimento pessoal. Comparativamente à renda, Jóia é o município que tem o maior número de indivíduos vivendo com até dois salários mínimos ao mês. O município de Tupanciretã é o que mais aponta que é necessário haver melhorias na infra-estrutura como necessária para crescimento pessoal. Salto do Jacuí é o que menos apontou esse problema, como já apontamos anteriormente, de modo geral não é sentida a necessidade de ter melhores condições referentes aos estudos, como uma forma de crescer pessoalmente e conquistar suas necessidades. O alto grau de escolaridade não faz parte da realidade dos entrevistados, e eles não sentem sua ausência como um entrave ao seu desenvolvimento. No terceiro quadro avaliativo, referente às necessidades pessoais aponta-se a necessidade da existência de melhoria de renda, para satisfazer as necessidades de crescimento pessoal dos entrevistados, para eles, a renda é a forma deles conseguirem se desenvolver. Sendo que ele não se encaixa nos moldes que Sen propõe como desenvolvimento, pelas necessidades de educação, e pela

participação nas esferas públicas, embora sejam disponibilizadas, elas não fazem parte da satisfação dos indivíduos para conquistarem uma situação de desenvolvimento.

No próximo capítulo, analisaremos a partir da compreensão dos indivíduos, como são explicitados os níveis de racionalidade a partir de três níveis analíticos. O primeiro como se dá seu entendimento a partir da experiência do evento histórico- econômico do reassentamento, indicando a compreensão dos atingidos através da retrospectiva do processo de reassentamento. O segundo nível, referente ao presente considerando que há uma racionalidade da organização da vida e da qualidade de vida desfrutada atualmente, no reassentamento. O terceiro nível buscará compreender como os reassentados projetam suas formas de compreensão com a projeção da vida futura segundo seus parâmetros de felicidade e bem-estar.

## **CAPÍTULO 4- RACIONALIDADE DOS REASSENTADOS E SEUS RESPECTIVOS NÍVEIS DISCURSIVOS**

Os dados a seguir foram captados na pesquisa empírica, por meio da parte estruturada, que continha perguntas abertas, realizadas através do questionário. As respostas foram separadas em três níveis discursivos, que serão analisados por município, entendendo que há, na análise de discurso um “ponto de saturação”, isto é, quando uma idéia, sentido sobre um mesmo objeto e evento se repetem muito é sintomático de algo realmente significativo para os indivíduos e para a análise. Assim, em cada nível analítico será analisada a racionalidade dos reassentados, através dos pontos de saturação presentes nos discursos de Salto do Jacuí (Entrevistados A), Jóia (Entrevistados A1) e Tupanciretã (Entrevistados A2).

O primeiro aponta para uma rememoração da vida antes do reassentamento, visando captar a racionalidade da experiência do reassentamento, compreendendo nesse quesito, as experiências de i) do impacto na vida familiar, dos problemas de adaptação; e se houve, ii) do auxílio dos órgãos públicos. Esse nível de análise compreende a discursividade no passado distante e no passado recente, o presente só será analisado quando referido ao passado.

O segundo nível de análise é referente ao presente, no qual se procurará compreender como acontece a organização da vida e da qualidade de vida dos reassentados desfrutada no presente. Nesse nível discursivo busca-se uma visão geral da vida experimentada pelos reassentados que se reportam ao hoje, compreendendo dentro desse nível, se houve: i) entendimento dos impactos últimos gerados pela UHDF nos planos familiar, econômico; compreender quais problemas são considerados preponderantes hoje, e como se dá a vida da comunidade; ii) entender como são os serviços e atenção que receberam de organismos públicos e privados, se houver, hoje; compreender como se dá a postura frente as empresa privadas, e frente aos organismos públicos (empresa construtora da UHE Dona Francisca; prefeituras; Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS); comunidades acolhedoras, etc.) no tempo presente.

O terceiro nível consiste em realizar um entendimento do projeto de vida dos reassentados, buscando entender a projeção que os mesmos realizam da vida futura considerando seus parâmetros de felicidade de bem-estar, esses são indicados buscando na análise do discurso, i) um entendimento do projeto de futuro da família e vida da comunidade,

e ii) buscando seu entendimento, com base no tratamento que recebem das instituições públicas, da vida econômica no futuro.

#### **4.1 - Nível 1- racionalidade da experiência do evento histórico-econômico do reassentamento**

Nesse nível discursivo indicaremos como se deu a compreensão dos indivíduos, através da retrospectiva, do conjunto de eventos, desde a saída da antiga moradia até a chegada ao reassentamento. Buscando-se uma visão geral da realidade pelos assentados que reúna elementos de conteúdos que se reportem ao antes e até o agora. Assim, os discursos serão capturados através da lembrança do entrevistado, ou seja, através do passado distante e passado recente. O presente só será trabalhado quando referido a este passado, visando compreender a situação do deslocamento até a chegada ao novo assentamento. Esse nível proporcionará um entendimento de como o evento da grande obra impactou no plano da estrutura familiar, da estrutura econômica, e os problemas que aconteceram de adaptação e como foram solucionados, se foram. Como a comunidade de origem e a nova comunidade foram afetadas.

A estrutura familiar do reassentado sofreu impactos, dentre as esferas da vida, afetadas pelo reassentamento, a econômica, ou seja, a cultivo dos produtos foi alterado no reassentamento:

“Lá era fumo, feijão, milho e coisa assim, e nois lidava, tinha criação e coisa assim né? E aqui daí já, depois fiquemo com leite e fumo também, continuemo com o fumo né, daí veio à plantação de soja e criação de carneiro que eu tenho criação, uns carneirinhos ali.” “Toda vida aqui, é mecanizado, lá era só no braço né” Entrevistado C

“Trabalhava como empregado” “Trabalho pra mim mesmo. “Trabaiar” por conta própria é melhor, é muito melhor”. Entrevistado A

“Nóis sustentava, trabaiava de empregada, tinha emprego pra gente também trabaiá, pra ganhar dinheiro, né?” “Só soja, só com isso, né?” Entrevistado B1

“Lá eu trabalhava de empregada, trabalhava, era uma pessoa que não parava né? Aqui não existe emprego, e aqui tem que trabalhar dentro do seu lote, né? Pra manter a renda.” Entrevistado B2

“Mas nois tinha uma associação familiar de família, nois vivia tranquilo.” “Pecuária, agricultura, menos tambo, e nois fazia feira em Santa Maria. É nois ia todo o mês, as veis nois ia duas vez por mês” e hoje “trabalho com Tambo” Entrevistada C2

Os impactos na vida econômica do local de origem e do local atual são resultado de um processo adaptativo que eles vivenciaram e que é parte de um esforço municipal, estadual, de inserir o reassentado no cultivo de produtos específicos de cultivo das regiões de

Tupanciretã, Salto do Jacuí e Jóia. Podemos perceber que a maioria dos entrevistados que realizavam em suas propriedades de origem, culturas como fumo, milho, feijão, e que já conheciam o plantio desses produtos tiveram certa facilidade em realizar essa mudança de local. Essa colocação, entretanto, não se aplica para os reassentados que não tinham conhecimento prévio das culturas realizadas na área dos reassentamentos. Isso se dá pelo fato de haver diversidade entre as ocupações realizadas antigamente pelos indivíduos atingidos pelo alagamento.

Dentre as pessoas que tiveram direito ao plano de reassentamento, temos indivíduos que realizavam tarefas fora do meio rural, ou seja, prestadores de serviço, como o caso de professores, de pessoas que realizavam trabalhos domésticos, de trabalhadores assalariados que trabalhavam no comércio; esses não tinham conhecimento prévio sobre as peculiaridades e os desafios que enfrentariam como um produtor rural. Esse dado é relevante por considerar uma peculiaridade que a análise quantitativa não conseguiu captar, o descontentamento dos reassentados com sua vida econômica, pode ser apontado também pela falta de conhecimento de como administrar uma propriedade rural como meio de sustento da família.

Esse dado pode ser corroborado com a análise que os reassentados fazem do apoio estadual e municipal e sobre a assistência técnica que receberam quando chegaram aos reassentamentos. Sobre o apoio estadual que os reassentados receberam, desde o início, quando da chegada das pessoas dos reassentamentos. Inicialmente os reassentados moraram em agrovilas, que consistiam em casas provisórias de três peças, uma ao lado da outra, elas concentravam todos os reassentados, dos diferentes municípios afetados. As agrovilas consistiram em moradias provisórias, nas quais as famílias passaram em média um ano e meio, e nesse período de espera é que foram construídas as estruturas dos lotes individuais. Nesse período inicial, os reassentados contaram com um auxílio financeiro de um salário mínimo, em famílias de até três pessoas, e de um salário e meio em famílias de mais de três pessoas. Os relatos dos moradores ao rememorarem o tempo que passaram na agrovila podem ser remontados através do discurso de um reassentado: “Era péssimo” “Era briga, muito..” “tinha um vizinho que brigava do lado, tinha um vizinho que brigava mais do outro lado, daí era tudo.” Entrevistado A1. A agrovila proporcionou uma aglutinação de indivíduos que não se conheciam e isso facilitou desavenças de toda sorte. Outro auxílio do governo do Estado foi à disponibilização de financiamentos para começar a atividade agrícola foi na média de 12 mil reais em créditos da agricultura familiar, pelo Programa Nacional de Fortalecimento



da Agricultura Familiar (PRONAF) para que os reassentados pudessem começar sua atividade no novo local.

Em sua maioria, os relatos apontam que o auxílio dado pelo governo Estadual foi dado basicamente através da esfera econômica e são relatadas de forma a considerar como ele auxiliou no processo do reassentamento, e os principais problemas enfrentados, dez anos após as medidas financeiras terem sido inseridas em seu cotidiano:

“... no começo o apoio foi bom, que depois mudou de governo, ai ficou atirado isso aqui, a esperança é que miora de novo.” Entrevistado B

“No começo foi bom né! Só que depois deixaram meio de lado né?” Entrevistado C

“só que eu também não sei assim, o que eles poderiam fazer, porque além de serviços básicos né?, porque acesso ao PRONAF essas coisas a gente tem, só que é como eu te disse antes, é muito grande pra ti...Mas eu digo assim, se fosse umas coisas pra mais pequeno, um tratorzinho mais simples, um carrinho mais simples é viável, porque que adianta eu fazer uma dívida que eu não posso pagar.” Entrevista B1

“Mas olha, o governo deu, depois que colocou nós aqui, já vieram lá fazer, daí eles vem de novo quando tem que entregar nota, o título né?Cada dez anos vem. Não teve apoio nenhum, ainda mais que colocaram nos aqui, porque tem uns problemas que tem que ser resolvidos, de muitos lotes, venderam e foram embora, não tem nada.” Entrevistado A1

“Mas ele, ele só deu aquele primeiro ano assim que ele pagou o salário pra nós, depois ele não ajudou mais né! Daí ele ajudou claro, pra fazer o primeiro plantio, também uma ajuda dele, mandou adubo, mandou o que era necessário para plantar.” Entrevistado A2

“É daí, ele ajudou nós com nove mil e meio, o governo né! Claro que nós tinha que pagar, mas isso veio, a ajuda deles... Pra mim foi boa, porque daí aquilo ali, eu não tinha naquela época né! Daí depois quando eu peguei, eu fui lá e (inaudível) o banco né? Não quis tirar mais, também tem, se eu quisesse tirar pode tirar mais.” Entrevistado A2 (tupã).

De forma geral o governo do Estado forneceu aos reassentados um suporte financeiro avaliado por eles como positivo, no entanto, os problemas aparecem pontualmente na forma de realização coletiva dos financiamentos<sup>64</sup>, e da cobrança dos pagamentos, e na realização de valores considerados elevados para comprar as benfeitorias. Entretanto, o suporte financeiro não é o bastante para mitigar o impacto social vivido por eles, com já visto, o financiamento sem gerenciamento do recurso e de planejamento de como aplicar o mesmo, acaba sendo mais uma fonte de dívidas. Como visto, quando o gasto do recurso não é planejado para seu retorno na produção e geração de renda, os financiamentos tornam-se difíceis de quitar.

A atuação da EMATER está presente nos reassentamentos que se encontram nos municípios de Jóia e de Salto do Jacuí, no município de Tupanciretã o órgão responsável pela

---

<sup>64</sup> O financiamento, inicialmente foi feito de forma coletiva, o que acabou gerando entre os reassentados, desavenças na hora de quitar a dívida, pois alguns não tinham como pagar, e outros já tinham saído do reassentamento sem quitar a dívida. Muitos reassentados só puderam retirar novos financiamentos quando o pagamento da dívida se tornou individualizado.

assistência técnica é a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Limitada – COPTec e ambas realizam suas atividades a partir dos critérios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. As atividades dessas instituições frente aos reassentamentos têm caráter educativo, eles levam informações técnicas sobre as culturas que os reassentados e assentados desenvolvem. Atente-se que as terras do reassentamento estão encaixadas na mesma dinâmica das terras disponibilizadas para os assentamentos, e ambas são parte de uma dinâmica institucional maior que busca a inserção das mesmas nos padrões de licenciamento e de regularização das terras pelo estado. Com o financiamento do Estado esses órgãos realizam suas tarefas nos reassentamentos, assistindo os reassentados no que tange à sua produção nos lotes, realizando instruções do trato com a terra (processo de educação e de conscientização de como utilizar os recursos naturais) e de como objetivar o cultivo nas terras do reassentamento; além de auxiliar as famílias no processo de licenciamento das terras dos reassentamentos.

Inicialmente esses órgãos facilitaram a adequação das famílias aos novos tipos de produção que os municípios onde os reassentamentos estão localizados. Segundo relatos, como apontamos anteriormente, era predominantemente, milho, fumo e feijão, para locais onde se produz soja, milho, fumo, e também têm criação de leite. Assim, esse processo inicial de assistência técnica foi fundamental para auxiliar o reassentado a se adequar ao cultivo desses produtos no novo local de moradia, para fazer desses, a base do sustento econômico, ou seja, o trabalho dos reassentados. Nesse sentido, foi perguntado nas entrevistas se houve assistência técnica/gerencial de algum tipo para começar na nova atividade no assentamento e como avalia esse apoio. De forma a coadunar com as questões fechadas, o relacionamento com esses órgãos é apontado pelos moradores como positivo, no entanto, há algumas peculiaridades que precisam ser expostas:

“A gente recebe todo o apoio.” “a Emater volta e meia da uma reuniãozinhas, mas é pouca coisa.” Entrevistado A

“Emater, bota bom” Entrevistado C “A Emater assim, até que ela tá ajudando, beneficiando mais assim. Só que o povo tá muito, sabe assim, que nós viemos dum lugar lá, cada um tinha a sua terra e tudo assim né? Tinha as amizade e todo mundo se dava assim né? Só que não era, aqui aconteceu um negocio diferente, é meio de grupo, coisa assim, e lá nós era individualmente né!” Entrevistado C

“Mais ou meno também” “Ai, eles podiam melhorar, só que daí eles vem, conversam uma coisa, daí já não da, e tá errado!” “Ah, vim aqui, da um apoio no que a gente precisava, né, e, se não a gente vai lá, eles só botam no papel e não fazem mais nada daí.” Entrevistado E

“Mais olha, mais ou menos, porque, a maioria tu precisa deles, eles te ajudam, mas eles não vem muito, eu acho assim, que eles poderiam fazer...porque começa bem,entende,começa bem assim, dentro de três meses, eles vêm, fazem reunião, e daí aquele plano, de repente, aquilo tudo cai por água abaixo.Mas, mais ou menos”

“Sim, tem um programa do governo federal, que eles são pagos pra fazer esse tipo de trabalho, só que isso começou muito bem, depois foi diminuindo, diminuindo, daí tem várias coisas, começamos com a reunião de leite, aqui em casa, daí, plantar grama, tudo, criar novilhos e as vacas, daí nós fizemos umas reuniões, depois o povo também, vai desistindo, daí também não tem clientela, acho, que tudo é complicado né?” Entrevistado A1

“São atividades que não chamam muito a atenção, o povo quase não vão” “É assim no caso é assim, Hoje nós vamos ensinar como é a criação de terneiro, como eles ensinam? Se agente que vive na criação de terneiro!, Outro dia, Vamos ensinar a tirar leite ou fazer piquete pras vacas, mas ninguém vai, porque todo mundo sabe, todo mundo faz né?” Entrevistado E1

A avaliação dos reassentados pela atuação das prefeituras dos municípios aos quais foram destinados desde o início do processo de reassentamento, em sua maioria foi problemática:

“O apoio por parte da prefeitura foi muito pouco apoio, se eles apoiassem, eles cuidavam melhor, principalmente do acesso né, porque (inaudível) do reassentamento (inaudível) do acesso as estradas para escoar a produção.” Entrevistado B

“Olha, não foi muito bom não” Entrevistado D

“Mas olha, é só de saúde, porque outro, a estrada é péssimo, pra nós conseguir estrada aqui é um, agora no início do inverno, tivemos que pegar os tratores e colocar lá dentro do ginásio, se não, daí eles empedraram a estrada, agora tem essa empreiteira NE estrada geral, mas não sei se vai arrumar ou não.” E quando chove: “Mas olha, fica em casa. Atola mesmo, é complicado” Entrevistado A1

“Mas a prefeitura não deu apoio nenhum pra nós eu acho, desde o primeiro dia, nós precisava da estrada pra entrar com as mudanças, eles não vieram arrumar né? Nós teve que vê a empresa pra, de Caxias que abriu aqui pra nós começar a entrar.” “Não tinha, não tinha, nem na entrada lá não tinha, essa estrada aí de chão que vinha agora, chegava a se sumir as carretas pra dentro.” Entrevistado A2

“Da prefeitura também tá fraco, na verdade falta muito, o pessoal daí mais investimento, fazer mais campo pro pessoal, para abrir mais idéias. Não vamos criticar, os guris até que trabalham bem, mas é pouco apoio, na verdade tem que dar mais incentivo, fazer uma pesquisa, vamos, um pasto pra melhorar, porque isso varia muito.” Entrevistado C2

O auxílio da prefeitura é mais problemático na visão do reassentado, pois os serviços de transporte, em sua maioria, como relatado objetivamente pela análise das frequências sobre o transporte nos reassentamentos é precário e não teve auxílio das prefeituras. Os reassentamentos, de forma geral, se situam na área rural, e com exceção do reassentamento Pôr-do-sol em Tupanciretã, e do reassentamento Luz do amanhecer em Jóia, os demais ficam em áreas que têm em média 30 km de chão batido para chegar em terrenos asfaltados, ou seja, sem auxílio das prefeituras esse trânsito fica inviável, como relatado acima, quando chove, a dificuldade de locomoção e de escoamento da produção fica ainda mais evidente.

Ao evidenciarmos através da racionalidade do indivíduo, como o mesmo compreende o apoio dado a ele no início do processo de reassentamento, percebemos que as alterações na vida econômica são mais pontuais, dentro dessa esfera foi possível captar que a população

que trabalhava com serviços gerais antes do reassentamento, e não tinham conhecimento prévio de como administrar a vida econômica na agricultura teve bastante dificuldade de adaptação nos reassentamentos. Os reassentados utilizam a cultura o milho mais para consumo pessoal, e houve a inserção do cultivo do fumo, por reassentados que já a realizavam anteriormente. Do cultivo dos produtos que eles não tinham conhecimento prévio era basicamente a produção de leite e a plantação de soja, que são produtos característicos da economia dos municípios os quais se situam os reassentamentos.

O auxílio no início do processo do reassentamento é lembrado como positivo, sendo que foi fundamental a atuação do estado para assentar os indivíduos no novo local. Entretanto, alguns problemas foram relatados pela forma que esses indivíduos foram acolhidos nos reassentamentos. A agrovila retrata um local provisório, mas no qual, indivíduos que, muitas vezes não se conheciam, tiveram que dividir o mesmo espaço, enquanto aguardavam a construção das benfeitorias em seus lotes. Esse contato inicial acabou gerando uma situação de convivência forçada entre os moradores dos reassentamentos. Outro auxílio realizado pelo estado que se mostrou ineficiente foi a disponibilidade do crédito pessoal ao reassentado fornecido através de grupos de cinco reassentados. Essa sistemática não funcionou no momento de realizar o pagamento do benefício; os mesmos só conseguiram quitar suas dívidas depois que o pagamento foi individualizado, uma vez que uns não tinham conseguido juntar dinheiro e outros tinham evadido do reassentamento.

Os apontamentos acima retratam uma falta de conhecimento sobre as peculiaridades da população impactada, e essa situação acabou formando uma barreira adaptativa. Esses eventos ocorreram no início do processo de reassentamento e a situação não teve contorno na época em que foram aplicados. Assim, essa experiência serve de base para compreender como os indivíduos interagem com os impactos que eles tiveram contato.

#### **4.2- Nível 2- racionalidade da organização da vida e da qualidade de vida desfrutada no presente**

Nesse nível discursivo indicaremos como é a compreensão dos indivíduos de suas vidas hoje no reassentamento. A visão geral da realidade será fornecida pelos assentados através de elementos de conteúdos que se reportem ao agora. Assim, os discursos serão capturados através dos relatos em que as pessoas avaliam a vida no tempo presente. A ênfase,

contudo, nesse tipo de racionalidade está no presente. O passado só será trabalhado quando referido a este presente. Esse nível proporcionará um entendimento de como o evento da obra que impactou no plano da estrutura familiar, da estrutura econômica.

Primeiramente é interessante expor que as alterações na vida familiar foram sentidas de forma que agregou as famílias, no reassentamento. Essa família contempla o pai, a mãe e os filhos. Os parentes que ficaram no local não foram considerados na maioria das respostas dadas. No entanto, quando questionados<sup>65</sup> se o reassentamento ajudou em alguma medida nas condições de permanência dos jovens no meio rural, as respostas encontram seu ponto de saturação da seguinte forma:

“Tudo reunido, só uma casou e foi embora.” “É complicado, né... no começo, depois o cara se acostuma, não é tão longe também.” Entrevistado A

“Melhora? Pra nós mesmo não melhorou, porque os jovens hoje em dia não toa ficando na agricultura.” Entrevistado B

“Ah, é bom, tem colégio pertinho, o ônibus passa ai, né” “Lá já era mais longe, que quando que dava uma chuva lá, nois ficava lá tudo alagado, né” Entrevistado E

“Ajudou sim... Porque aqui eles têm mais condição de estudar também, porque lá onde que eu morava não tinha que ta indo a pé, apesar que meu filho, ele teve que estudar quase a metade do ano, ele teve que subir lá em cima, não vinha aqui embaixo porque atolava quando chovia, mas, não sei por que, não atola.” Entrevistado D

“No caso de nossa família veio tudo, daí veio o pai, daí veio daí, tenho mais quatro irmãos, daí (Inaudível) tem nós também, daí veio todo mundo, porque nós morava tudo junto lá né! Dai quando viemo, viemo tudo junto.” Entrevistado E1

“Mas, muito pelo contrário, não, mas acho que não, faltou, eles já era outro problema. Mas assim, os filhos cresceram e foram embora né?os guris, são homens né?a vida é assim.Sei lá, mas eles sabem que eu estou aqui, eles vem.” Entrevistado A1

“Olha, a nossa se integrou, ficou mais junta, ficamos junto, na verdade a gente tem que tentar produzir.” Entrevistado C2

As respostas apontam que o reassentamento ajudou a manter a família próxima, pois os indivíduos que participaram do plano de reassentamento tiveram seus filhos maiores de 18 anos contemplados com o lote e as benfeitorias. Quando foi realizado o sorteio dos lotes, as famílias poderiam escolher os lotes de forma a ficar perto umas das outras, no mesmo reassentamento, isso acabou favorecendo que a situação das famílias fosse contemplada de modo a ficar próximas. A situação dos jovens se dá através de duas situações distintas que foram relatadas pelos reassentados. Devido à estrutura do reassentamento e do município, os jovens em idade escolar permaneçam perto de seus pais, no entanto, quando os mesmos crescem, há um movimento de abandono do campo, e que suas causas variam na busca de

---

<sup>65</sup> Pergunta 68: Acha que o reassentamento ajudou a integrar/agregar a família? Melhoraram as condições de permanência dos jovens/filhos no interior?

empregos e na busca do aperfeiçoamento dos estudos. Sobre a organização dos reassentados em cooperativas e associações por atividade econômica (por exemplo, criadores de algo) ou como reassentados de forma geral, como eles compreendem sua organização:

“Aqui não tem associação, aqui dentro não tem, é o que mais falta. Até ansim, nois tinha uns financiamento no banco, no banco do Brasil quando nois viemo pra cá, logo eles vieram e fizeram pra nois, que eles deram uma verba no começo pra nois começah né! E daí botaram tudo em grupo isso ali, né! E daí foi,foi pro banco consegui recebe ele teve que individualizar todo mundo pra..., porque uns querem que lhe pagah né!pra te credito de novo né, daí pagava e tinha credito, só que daí tinha que pagar pro grupo inteiro.Uns se atiravam pra trás, não pagavam, daí nois quem queria pagar também não pagou, só paguemo quando foi individualizado.”

Entrevista A

“Não, nem dá certo aqui, nós já tentamos, não...” Entrevista B1

“Nóis temo cooperativa sim que, a gente vende o produto, né. Mas daí não é associação, é cada um vende o seu, né?” “eu sim, a gopran, a Agropan (soja)... pra gente é bom” Entrevistado C

“Mas eu não sou sócio da cooperativa não, e ai eu não sei quem é sócio, acho que não tem nenhum.” Entrevistado A2

“Ela dah assistência no recolhimento do leite e na negociação, para ter um meio de como o produtor vender o leite, agora eles vão abrir uma feira pro pessoal que quer levar o produto pra vender.” “Olha, é um bom incentivo para o produtor.” Entrevistado D2

Os reassentados de forma geral, não estão organizados em associações que os unam. A participação se dá em cooperativas, que eles podem ser associados ou não. Eles vendem seus produtos a essas cooperativas de grãos. Em sua maioria, é papel das cooperativas comprar os produtos, elas também vendem insumos necessários para a plantação. As negociações são feitas de forma que, quando o produto for vendido os empréstimos e valores retirados para os insumos são descontados na hora do pagamento. Os produtos que não são vendidos para cooperativas, são negociados diretamente com as empresas, no caso do fumo: “o financiamento é feito direto com a firma, mas os insumo e coisa da lavoura e os produto tóxico, é tudo financiado lá dentro.” Entrevistado B. De fato, a união dos reassentados é um problema apontado, pois eles não estão organizados como uma comunidade, no sentido de buscar melhorias em conjunto para aumentar o preço da sua produção. Eles têm como características trabalhar individualmente, economicamente, essa característica impossibilita que eles consigam aumentar o preço de seus produtos. Socialmente essa característica dificulta a organização deles para reivindicar melhorias na infra-estrutura do reassentamento. No entanto, essa característica deve ser apontada, pois ações que exijam um grande número de mobilização dos mesmos podem vir a falhar, caso desconsidere essa forte tendência à individualização.

Como visto anteriormente o impacto econômico vivenciado pelo reassentados, sendo que o ponto recorrente de análise da mesma encontra-se condensado no discurso de

indivíduos de forma satisfatória a partir de sua situação econômica atual, com a atividade que exerce hoje, quando comparados com a situação vivida antes do reassentamento, na visão da maioria dos reassentados o ponto de saturação é apontado favorável a um aumento na renda:

“Aumentou, aumentou, né, porque aqui deu pra plantar um pouco mais que plantava.” Entrevistado B

“Aumentou” Entrevistado D

“Aumentou um pouco” Entrevistado E

“Sim” Entrevistado A1

No entanto, em Tupanciretã o ponto de saturação foi exatamente o contrário, dos demais reassentamentos. É evidenciado o descontentamento com a situação econômica atual, na qual, a mesma permaneceu igual em alguns casos e diminuiu em outros:

“Não, não vou dizer que aumentasse, ela ficou quase na mesma, né? Que a gente até poderia render mais, mas é que a gente fica “solito”, ai não tem como...”  
Entrevistado A3

“Não” Entrevistado c3

“Diminuiu” Entrevistado B3

A situação econômica é fator importante no cotidiano das pessoas, elas vivem no mesmo local onde realizam seu trabalho, é dele que elas tiram seu sustento para viver. A maioria dos casos apontou um aumento na renda da família no reassentamento, no entanto, não podemos desconsiderar que houve casos em que, na visão dos reassentados, ela diminuiu e isso é um fator que contribui para que haja descontentamento com a situação de reassentado. A adaptação, mesmo que o tempo de reassentamento (dez anos) seja relativamente curto para análise, deve ser realizada de forma a contemplar as esferas, sociais, ambientais e econômicas.

Devido a esse fator, a esfera econômica deve ser analisada e mensurada frente aos problemas que apontam. É importante ressaltar, contudo, que os problemas que o reassentado enfrenta em seus lotes, para realizar seus cultivos e para aumentar são apontados os seguintes casos, a partir do ponto de saturação podemos ressaltar:

“Mas olha, melhorar é a questão da estiagem, tempo.” Entrevistado A

“Principal? Principal dificuldade que tem é a questão do preço das empresas que são explorado, o outro é o negocio da tal da valorização do dólar ne? Ta caindo cada vez mais ali, influencia muito grande na questão do preço, a gente planta ai quatro ou cinco ano, vende tudo praticamente o mesmo preço sempre, insumo e coisa, sempre ta subindo.” Entrevistado B

“O maior problema que nois temo aqui, é o negocio das escritura da terra pra pagar essa...” Entrevistado C

“Pois ai, no verão tudo é fácil, tu pode ter quinze vacas, pode ter que não falta comida. Agora no inverno é a pouca terra, dezessete hectare de pastagem é pouco, porque daí, tu não tem só as vacas, tu tem os terneiro, tu não vai pegar um terneirinho e matar né? Tu tem que criar, e assim vai indo, daí, só que de dez vacas tu tem vinte, esse ano nós tinha vinte e nove, quase que morreram, uns de fome, porque

não tem como, inverno né? verão não! Tem essa grama maravilhosa, aí que essa grama não termina nunca, e no inverno, daí é aveia e azeven, mas é esse ano foi muito chuvoso, é foi difícil.” Entrevistado A1

“Por causa que daí é pouca terra, né! Se vai botar muitas vacas aqui, daí não já tem muito lugar, como se diz, né?” Entrevistado E1

“Investimento, o custo do investimento é muito alto para tu fazer.” Entrevistado B2

“Aqui tá faltando muita coisa, quer dizer, eu tinha minha filha que morava ali, nós trabalhava junto, antes do falecido morrer, trabalhava junto, era tudo em conjunto, e as coisas eram repartidas e nós tinha também lá junto com eles, e daí eu tive que me preparar aqui sozinha, eles foram lá e venderam o lote, foram embora, a gurria se desgostou e daí foi embora, daí eu tiver que me preparar aqui sozinha.” Entrevistado A2

Os problemas atuais encontrados nos municípios estudados são direcionados para a questão da quantidade de terra para realizar o plantio, pois os reassentados acabam ficando limitados dentro de seu lote, sendo que a terra é um referencial para aumentar a produção. Outro problema recorrente apontado é a questão da estiagem que afeta tanto a produção de grãos quanto a produção leiteira. Essa situação força os reassentados a investirem mais na sua produção e isso acaba sendo um problema para ser gerenciado dentro do orçamento deles. No entanto, como apontado pelo entrevistado B2, os investimentos acabam tornando-se incompatíveis com o orçamento da família.

Outro problema bastante recorrente apontado foi a situação da escritura dos lotes e do pagamento das benfeitorias. O governo atualmente está cobrando as benfeitorias e a terra através de uma ação judicial contra o reassentamento, forçando o reassentado a pagar os mesmos. No entanto, eles ainda não têm a escritura da terra, apenas uma carta de concessão de uso. O entrevistado A2 aponta uma situação saturada nos reassentamentos, pois como visto, a população entrevistada tem idade avançada, isso significa que há outros elementos inseridos e que influenciam os fatores econômicos, como no caso exposto, uma senhora viúva inicialmente tinha apoio da filha, no entanto, essa ajuda na esfera econômica cessou quando a filha abandonou o lote. Essa situação de abandono de lote, como apontado no capítulo anterior, é significativa; e elas geram impactos na vida dos indivíduos que estão no reassentamento. Os indivíduos que abrem mão do direito de ter a posse daquela terra, e o indivíduo que compra está em uma situação irregular. No entanto, o indivíduo que não se adapta ao novo local do reassentamento não tem a oportunidade de sair de forma legal do mesmo. Isso gera uma situação desconfortável para os que não querem se arriscar a perder o lote e acabam prendendo as pessoas na terra.



### 4.3- Nível três: racionalidade da projeção da vida futura segundo os parâmetros de felicidade e bem-estar dos reassentados.

Segundo os parâmetros de bem-estar, de felicidade, captados por meio da discursividade dos reassentados, é possível entender o projeto de futuro deles, a respeito da família e sobre a vida da comunidade. Esse entendimento é baseado no tratamento que recebem das instituições públicas, da vida econômica, e familiar hoje para responder o que esperam no futuro. Dessa forma, pedimos para o entrevistado discorrer acerca do que é felicidade e o que faz sentir-se feliz, as respostas foram baseadas a partir da sua relação com a família, da sua relação com os amigos, e a perspectiva para o futuro se dá a través dessas boas relações e com a possibilidade de saúde e de renda

“Tranqüilidade” Entrevistado A

“Felicidade é se da bem com a família, com a esposa e principalmente com os amigos, ai a gente se considera feliz pela amizade” Entrevistado B

“Tendo saúde e vivendo bem, e se dando bem com todo mundo que nem eu.” Entrevistado C

“Felicidade é ta com a minha família, todo mundo com saúde.” Entrevistado D

“Acho que não, acho que não tem felicidade nenhuma aqui (risos) pra vida, não tem... Porque a gente acha que é mais ruim que onde a gente morava, a gente acha que aqui é mais ruim assentado assim.Tem(inaudível) a gente acha é ruim, né!”

Entrevistado B1

“Ai, a felicidade é ter paz em casa, ter tranqüilidade, ter um dinheirinho pra comprar um vestido, um sapato de vez em quando (risos) ver os filhos bem né?os filhos bem empregados, com saúde. Mas a principal é ter paz em casa, a gente poder conversar, dar risada, né? Acho que a melhor coisa é o casal se dar bem, com esse meu marido, com o outro eu não conseguia nem tomar um mate sabe, então isso é bem importante.” Entrevistado A1

“A respeito do pessoal aqui?A gente tá sempre junto da família, mora todo mundo aqui.” Entrevistado E1

“Olha, o que eu vou te dizer. O agricultor é muito teimoso, né? Mas a felicidade maior dele, é quando ele consegue a ir pagando as conta pelo menos, né? Eu sempre digo que o agricultor é teimoso, quando tá lutando, o pequeno, né? O pequeno, né? Ele é teimoso, ele vai lutando,lutando, quando parece que quando chega o fim do ano, e tu consegue a quitar tuas dívidas pelo menos, tu fica feliz né/ (risos)” Entrevistado D1

A felicidade, segundo Gianeti (2002) pode ser medida através da confluência entre as dimensões objetivas e subjetivas. A dimensão objetiva que considera na análise da felicidade dados estruturais do local que esse indivíduo vive (renda per capita, condições de educação, saúde, desigualdade, níveis de criminalidade...). Há também uma forma de mensurar a felicidade a partir da dimensão subjetiva do indivíduo. Essa dimensão consiste em descrever:

a experiência interna dos indivíduos, ou seja, tudo aquilo que se passa em sua mente de forma espontânea enquanto ele vai vivendo e agindo no decorrer dos dias e que volta e meia ocupa a sua atenção consciente nos momentos em que ele se dá conta do que está sentindo e pensando ou reflete sobre a vida que tem levado. (Gianetti 2002, p.61)

É nesse sentido exposto, que buscamos compreender o que os reassentados entendem por felicidade, para podermos descrever se, frente às seus anseios sobre o devir, seus padrões de felicidade e bem-estar serão minimamente supridos. Felicidade para os reassentados, como vimos acima, está relacionada através de sua relação familiar, também através de bom relacionamento com as pessoas que vivem na mesma comunidade. Questões de expectativa de boa saúde e de melhoria nas condições de renda também foram apontadas como itens para mensurar a felicidade.

A próxima questão se refere aos anseios que alimentam a esperança do reassentado no futuro. Nela encontra-se a categoria confiança, que representa o que o indivíduo espera para seu futuro, no entanto, esse futuro só é possível de ser atingido através de ações no presente. Sua esperança no futuro é indicativa ao que o indivíduo busca frente à sociedade para que ele tenha uma melhor qualidade de vida, e isso é evidenciado através do discurso que remete ao futuro. Renda, saúde, e proximidade com os familiares, acabam refletindo alguns dos obstáculos que eles tiveram que enfrentar, no passado e isso é projetado para que no futuro eles sejam sanados. A saúde, entretanto é essencial para uma mínima qualidade de vida no futuro, isso é evidenciado principalmente entre os reassentados mais idosos.

Quando perguntamos: que sonhos ou projetos alimentam sua esperança na vida? As respostas que mais se repetiam foram:

“Ai, vai tê que miorá, né? A vida aqui dos sentados, porque daí, não tem nada, ai, ganha muito pouco, faz muito pouco pra viver.” Entrevistado B1

“Eh melhorar a propriedade neh?” Entrevistado C1

“Saúde” Entrevistado A

“Mais eu. Sonho aqui, torna a viver bem assim e coisa, né! que de a saúde pra mim, pra muié e pras crianças, é o que a gente pede e espera.” Entrevistado C

“A esperança que a gente tem é que um dia a coisa miore. Que lá vem mais... Tende a melhorar né a situação, que mais tarde a gente pode ter uma atividade que te da menos mão de obra, e te dá mais renda também.” Entrevistado B

“Ah! Mais aqui não da para sonhar muito... é só pensar no serviço... É, ta loco!”

“Ainda bem que tem a família por perto, porque senão” Entrevistado E.

“Ah, eu pretendo ter umas quantas vacas a mais, mas, é que pra isso tem que ter terra, né? Ainda pretendo ter mais uma terrinha, ou, pretendo melhorar de vida, mas ou, fazer alguma coisa que aumente a produção, que nem eles dizem, né? Vamos ver” Entrevistado A1

“Ai, vai tê que miorá, né?” “A vida aqui dos sentados, porque daí, não tem nada, ai, ganha muito pouco, faz muito pouco pra viver.” Entrevistado B1

“Ah! O meu sonho precisaria arrumar mais organização sobre o tambo de leite, e seguir mantendo as minha vaca, né? E os alimento na roca pra gente se alimentar de

tudo né! E muitas coisas a gente precisa né! O pai faz , mas a gente tá sempre precisando.” Entrevistado B2

“Investir melhor na propriedade, para melhor produzir” Entrevistado C2

“Dar estudo pro guri, e consegui estudar, e não sê como nós sofrendo na lavoura de sol a sol.” Entrevistado A2

As aspirações remetem a duas questões consideradas como recorrentes nas respostas dos reassentados, a mais evidente é a questão do trabalho, ou seja, de como melhorar as condições de trabalho do produtor rural, facilitar o trabalho com ajuda de maquinário para diminuir o tempo que despense realizar a plantação, a colheita, etc. Diminuindo o trabalho braçal dos reassentados; facilitar o crédito e o pagamento do mesmo, aumentar a quantidade de terra para produzir mais; essas questões são todas referentes à sua vida econômica. Outra questão apontada foi o anseio por melhores condições de saúde. Esse dado na análise descritiva dos dados objetivos apontou a maior frequência, como mediana a percepção dos reassentados na saúde. No entanto, essa questão acaba tendo importância mais evidente quando os reassentados são questionados subjetivamente. O estudo também aparece como sonho para melhorar a qualidade de vida deles, no entanto, ressalta-se a importância dos estudos dos filhos como expectativa de melhoria de vida. Seus anseios evidenciam que eles sentem a necessidade de mais apoio do Estado, e isso acaba evidenciando uma confiança do indivíduo no futuro, mesmo frente à situação vivenciada por ele. O estado através das políticas públicas e da ação dos órgãos locais pode facilitar o acesso a essas questões.

Quando questionados se o reassentamento ajudou, de alguma maneira, no objetivo de ser feliz e de ter mais esperança na vida, o ponto de saturação encontrou-se novamente positivamente em relação à situação atual.

“É deu uma colaborada.” Entrevistado A

“Lá também a gente vivia feliz lá embaixo assim né! Só que aqui se tornou mais fácil né, as coisa pra gente...” Entrevistado C

“Ah sim, pelo menos agora a gente sabe que é dono, que tu tem onde morar, que ninguém vai te tirar né? Tem tranquilidade de ficar em casa que é tua, e antes não, eu não era proprietária de nada, e daí era, às vezes tinha que se mudar, né? Morava no que era do pai, mas não era do pai também, era das minhas irmãs, também, uma hora tinha que sair, e agora não, agora é meu!” Entrevistado A1

“Na verdade em objetivos próprios, né? E assim mesmo eu consigo ter meu custo de vida por mim mesmo.” Entrevistado C2

“Se me ajudou? Tá ajudando sim” Entrevistado D1

No entanto, é importante ressaltar que a forma mais expressiva do discurso não se refere à totalidade, é importante que se diga, que mesmo frente à avaliação positiva da vida atualmente pelo reassentado, há pessoas que não se adaptaram ao reassentamento e que são incapazes de considerar ser feliz na situação de reassentado:

“Não senhor, e eu não sou feliz aqui, eu convivo aqui, mas eu não sou feliz aqui. Sobrevivo aqui, mas não sou feliz. Eu era mais feliz La onde eu morava, aqui, sabe, pro que a gente ganhou, né? A terrinha pra gente trabaia e a gente tem os filho, e a gente que dá o que eles precisam, né? E, mas eu não sou feliz aqui.” Entrevistado B3

Evento econômico que culminou no impacto na vida dos indivíduos acaba gerando um tipo de impacto que não há como mensurar nem como mitigar na vida dos indivíduos. Mas partindo do discurso dos indivíduos e do mapeamento dos problemas, é importante ressaltar que a guisa de uma projeção do futuro dos reassentados é possível realizar dois quadros. O primeiro se refere a um entendimento que os entrevistados têm sobre o seu futuro. Esse, como apontado acima, refere-se a seus anseios pessoais. A posse de terra é um dos fatores facilitadores que aparecem de forma a concretizar uma previsão de vida mais segura, e consequentemente de melhoria da mesma. Outras formas na melhoria no trabalho são consideradas como essenciais. Saúde e educação fazem parte da análise subjetiva e da necessidade que os mesmos sentem de provisão de um futuro melhor. Nesse sentido, podemos direcionar a ação do estado para contemplar essas áreas em projetos sociais que visam a uma (re) inserção dos indivíduos em suas localidades atuais. O segundo se refere no tratamento que recebem das instituições públicas, é importante ressaltar que, de acordo com a forma de pesar do reassentado, elas devem adequar sua forma de realizar suas ações de acordo com o entendimento do que é importante para que o reassentado tenha melhores condições de conseguir promover formas de cuidar de si mesmo futuramente, sem que haja necessidade de realizar ações tutelares para mitigar os impactos promovidos a eles pelo reassentamento.

A qualidade de vida da vida econômica é um desafio no futuro desses indivíduos. A ação conjunta dos reassentados e a participação mais atuante na vida comunitária facilitariam a vida dos reassentados. No entanto, se não há entre eles motivações para participar da vida pública de forma que possa influir positivamente na vida de todos, é interessado que a situação oposta também não seja forçada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, buscou-se realizar a conexão entre a noção de sustentabilidade e a importância da avaliação dos impactos na sociedade atual, mesmo com todo grau de insegurança e instabilidade instaladas no relacionamento entre homem e natureza. Essa relação se torna cada vez mais íntima e operacional, através das ferramentas da PNMA. Essas ferramentas analíticas EIA/RIMA fazem uso de análise de variáveis multidisciplinares, tanto para a realização dos estudos, quanto para produção de medidas mitigadoras dos impactos negativos. O RIMA foi estudado aqui, como base para compreensão da racionalidade da população afetada, que faz parte do reassentamento por lotes individuais em grandes áreas, e que foi contemplada nos estudos. Nesse ponto da pesquisa nos deparamos com um problema de compatibilidade de dados disponibilizados nos RIMA da UHE Dona Francisca. Existem dois documentos com informações diferentes sobre os impactos dessa UHE. O primeiro é o RIMA oficial da FEPAM e o outro é disponibilizado pelo BID. Dentre as informações discrepantes em um e outro documento encontramos como a mais preocupante, uma diferença no número de indivíduos e famílias afetadas pelo empreendimento.

Em estudo posterior, já havia sido possível compreender que eles, contêm de fato algumas discrepâncias no que tange à informação sobre questões referentes ao levantamento de dados para realizar o estudo. Essa afirmação se dá a partir da comparação da bibliografia utilizada pelo EIA, apontada nos RIMAs. O relatório disponibilizado pela FEPAM apontou três bibliografias sobre a parte social. Já o relatório realizado pelo BID não continha bibliografia utilizada, nem dados dos pesquisadores que realizaram o estudo. Aliás, esse último é outro fator a ser considerado como pouco satisfatório quando analisado no RIMA da FEPAM; o número de pesquisadores destinados aos levantamentos dos dados na articulação do EIA não é suficientemente explicitado. A partir dessas dificuldades optou-se por realizar uma ferramenta própria que desse conta de uma análise microssocial, ou seja, considerando a “voz” e a experiência dos reassentados. Apontando um ponto de vista situado e micro analítico, como as unidades familiares elaboraram racionalmente este evento que se lhes impactaram.

Como visto anteriormente, a motivação para a construção de hidrelétricas no Brasil é grande; principalmente por ter abundância de rios com potencial hidráulico para serem utilizados na geração de energia elétrica. Além da disponibilidade de recursos, o valor da

geração da energia elétrica é a mais baixa das energias de todas as energias disponíveis no mercado, esses fatores contribuem para Brasil aumentar, de forma geral, o incentivo ao uso de energias que promovam o desenvolvimento sustentável. Essas motivações, por sua vez, influenciam de forma positiva as questões macro sociais, uma vez que a expansão do uso de energia limpa fornece subsídios para adotar uma ampliação do fornecimento energético a partir de fontes renováveis, baratas e que emitem poucos gases nocivos ao meio ambiente. Essa lógica contribui para que o efeito *boomerang*, característica a qual Beck (2007) atribuiu aos riscos, seja mais sentido no plano microestrutural.

Esse risco está presente como consequência pela geração de energia elétrica; no caso da produção de energia pela hidroeletricidade, o efeito negativo é mais evidente nos indivíduos que tiveram suas terras alagadas, uma vez que os impactos produzidos nas localidades alagadas foram sentidos nos municípios que receberam os reassentados. É nesse plano microssocial, que devemos começar a programar o desenvolvimento sustentável, pois, é nela que encontramos uma complexidade social, cultural, ambiental, política, econômica que acabam sendo minimizados frente aos benefícios expostos, e comumente exaltados, no plano geral de desenvolvimento do país. O plano microssocial que é impactado por um empreendimento hidrelétrico, exige um grau de envolvimento de diferentes agentes (instituições responsáveis pelo licenciamento ambiental, instituições responsáveis por realizar os estudos obrigatórios) para promover uma situação de plausível desenvolvimento sustentável; sobretudo para os indivíduos que são realocados de seu local de origem. Tratar o desenvolvimento sustentável no plano local, que recebe os impactos em nome do desenvolvimento, pode ser mais dificultoso de tornar real, do que simplesmente disseminar o mero discurso da sustentabilidade, sem de fato o ser.

Dessa forma, é necessário voltar à questão norteadora desse trabalho: Os estudos realizados, de forma a garantir a construção desse empreendimento hidrelétrico, contemplaram medidas eficientes acerca dos impactos negativos vivenciados pelos indivíduos que optaram pelo reassentamento em grandes áreas? Como apontamos, ao longo do trabalho, não foi possível compreender apenas através do documento legal (RIMA) disponibilizados pela FEPAM e pelo BID quais os reais impactos que a população de fato vivenciará. Essa afirmação, no entanto, não tem como objetivo inutilizar os resultados dos relatórios, ou as medidas que eles promoveram. Entretanto, é necessário que se diga, que na falta de uma compreensão microssocial do indivíduo impactado e de um estudo que aponte medidas atenuadoras, que sejam capazes de promover minimamente a adequação do indivíduo no novo

local de moradia, as consequências serão problemáticas, dentre as quais, e para citar o mínimo, o grande número de evasão nos reassentamentos.

Considerando as hipóteses que norteadoras desse trabalho, realizamos a pesquisa de campo, visando compreender os impactos vivenciados pela população que ainda residem nos reassentamentos, sob seu discurso acerca das esferas que eles consideram que mais sofreram impactos em decorrência do evento. Partimos primeiramente de uma revisão bibliográfica e da análise dos documentos disponíveis, num segundo momento realizamos a análise descritiva dos dados capturados em campo, pelo questionário, ela se deu em dois momentos: o primeiro consistia na descrição dos dados, com auxílio do SPSS, da parte fechada do questionário, e o segundo uma análise através do discurso, na parte aberta do questionário.

Para organizar os dados, recorreu-se à ajuda da teorização de Sen (2000), considerando três quadros analíticos, que mapeiam minimamente as condições de qualidade de vida que os indivíduos possuem atualmente. O primeiro deles buscou compreender se as condições materiais dos reassentados existem de forma acessível. Mesmo que os apontamentos relativos à renda no meio rural estudado seja relativamente baixa, eles têm acesso aos bens materiais básicos, como: o lote com as benfeitorias (casa e galpão), acesso à luz, esgoto, têm terra para trabalhar, a maioria tem meios de transporte particular. O baixo nível de escolaridade é um indicador que reflete juntamente com a descrição das necessidades para crescimento pessoal, que o estudo não faz parte da meta de atingir uma vida mais plena. Esse fator vai contra a teorização do desenvolvimento humano de Sen, que aponta que a escolaridade é fundamental para conquistar melhores condições para o desenvolvimento, mesmo quando exista a privação de renda. Assim, na falta de recursos financeiros, questões como saúde, transporte, educação devem ser mais reforçados, visando facilitar o acesso de todos de forma democrática. A saúde, por outro lado, é considerada fundamental para conseguir uma vida com mais qualidade para os indivíduos. Nessa fase objetiva, os reassentados apontaram como majoritariamente mediana/boa. De forma geral e objetiva os serviços materiais básicos para o desenvolvimento são fornecidos.

O segundo quadro apontou as necessidades que os reassentados consideram fundamentais para seu crescimento pessoal. A relação dos reassentados entre si pode ser considerada positiva, a relação dos reassentados com sua comunidade também, e questões referentes à vida econômica e ao bem-estar são também avaliados positivamente. Objetivamente a necessidade social dos reassentados se encontram de forma geral bem

assistida, no entanto, a vida econômica, se mostra como um fator de peso para considerar se as necessidades sociais são tidas como positivas.

O terceiro elemento utilizado para unir os dados diz respeito às necessidades de crescimento pessoal, na visão dos reassentados, as esferas necessárias para ajudar no crescimento pessoal, a maioria apontou a necessidade de ter mais renda; em segundo lugar de ter mais renda e saúde, em terceiro lugar de ter mais renda e melhoria na infra-estrutura. Jóia é o município que mais apontou a renda como necessária para crescimento pessoal. Comparativamente à renda, Jóia é o município que tem o maior número de indivíduos vivendo com até dois salários mínimos ao mês, ou seja, é o município, onde se encontram os reassentamentos mais privados de renda. Evidenciando que o local que menos tem renda, mais sente a necessidade de obtê-la para atingir o desenvolvimento. De modo geral, não é sentida a necessidade de ter melhores condições referentes aos estudos, como uma forma de crescer pessoalmente e conquistar suas necessidades. O “alto” grau de escolaridade não faz parte da realidade dos entrevistados, e eles não sentem sua ausência como significativa de entrave ao seu desenvolvimento.

O elemento central apontado nas questões objetivas se dá através do aumento na renda como forma deles conseguirem se desenvolver. Dessa forma, não há como encaixar a forma como os reassentados atuam na sociedade, nos moldes que Sen (2000) propõe como ideias para o desenvolvimento. Esse ponto é um indicativo de uma crítica realizada aos estudos de Sen (2000), uma vez que a cultura dos reassentados vai de encontro com as premissas de um desenvolvimento humano, ou seja, o aspecto cultural é um condicionante da situação do reassentado, limitando o desenvolvimento dos mesmos. Isso se dá principalmente, pois o desenvolvimento, para Sen (2000) não é fomentado apenas pelo nível econômico, mas também pelas necessidades de educação, e pela participação nas esferas públicas, embora sejam disponibilizadas, elas não fazem parte da satisfação dos indivíduos para conquistarem uma situação de desenvolvimento.

A segunda parte da análise dos dados, realizada pelo “ponto de saturação” encontrado nos discurso dos entrevistados, contou com a análise da realidade dos mesmos, a partir da forma como racionalizam o evento. Com ela foi possível capturar alguns elementos fundamentais, dadas através da parte aberta do questionário, que auxiliou na compreensão do fenômeno. A análise do discurso se deu em três níveis analíticos (rememoração do passado, análise do presente e expectativas para o futuro) e contou com algumas evidências, que



somados aos resultados da parte objetiva, auxiliou no mapeamento dos principais problemas atuais enfrentados por eles.

Percebemos que as alterações na vida econômica são mais pontuais no discurso, como meio de adaptação. Inicialmente com o auxílio do governo, essa fase é sentida como uma forma de promover uma diminuição dos impactos negativos. No entanto, com o passar dos anos, as famílias tem que se adequar com o recurso conquistado por elas mesmas. Assim, evidenciou-se mais dificuldade, sobretudo, em casos que as famílias não tinham conhecimento prévio de como gerenciar o trabalho no campo. Essa situação se deu, uma vez que, o plano de reassentamento compensou famílias que trabalhavam com diversos tipos de trabalho, não existindo necessariamente o conhecimento prévio do cultivo de produtos como a soja, o leite, o fumo, como meio de sustento.

É evidenciada também a questão da quantidade de terra para realizar atualmente o plantio, pois os reassentados acabam ficando limitados dentro de seu lote, sendo que a terra é um referencial para aumentar a produção. Outro problema bastante recorrente apontado foi a situação da escritura dos lotes e do pagamento das benfeitorias, pois o indivíduo que não se adapta ao novo local do reassentamento não tem a oportunidade de sair de forma legal do mesmo, uma vez que não efetuou o pagamento, e não possui a escritura da terra. Isso gera uma situação desconfortável para os que não querem se arriscar a perder o lote e acabam prendendo as pessoas na terra.

Essas informações vão de encontro aos dados captados de forma descritiva na parte fechada, e quando considerados à luz das teorias sociológicas selecionadas nesse trabalho, expõem que o contexto atual de análise das consequências causadas pela alteração forçada do meio social que os indivíduos estão naturalizados é de difícil mensuração. No entanto, ele deve ser mapeado de forma adequada, as medidas escolhidas e realizadas para atenuar os efeitos dos impactos negativos causados pelo impacto, devem considerar a maneira como as pessoas vivem em seu meio social e como elas estruturam sua vida em sociedade. Ao realizar um levantamento da vida em sociedade, dos indivíduos atingidos pelo empreendimento, dentro dos moldes científicos, com métodos analíticos e com ferramentas próprias para entender o universo social, estamos mais próximos de limitar os impactos negativos que podem acontecer. No entanto, como essa pesquisa evidencia mesmo as consequências impremeditadas, podem ser amenizadas, com a aplicação de ferramentas capazes de mensurar os problemas previamente, como aponta Giddens. A contribuição deste trabalho se dá por corroborar com essa ideia e incitar que, ao analisar os impactos vivenciados pelos

reassentados, dez anos após o processo ter tido seu início, as medidas mitigadoras já terem sido implementadas e as ações iniciais das prefeituras e do Estado já estarem assentadas sobre o cotidiano dos reassentados. Os impactos iniciais, que antes eram considerados como “imprevistos”, agora se mostram evidentes, como por exemplo, a forma que o financiamento foi realizado, a forma de realizar a legalização da terra para o reassentado, a forma como a troca de produção econômica foi realizada, etc. Esses impactos ao serem evidenciados, podem dar indicativos das falhas realizadas durante o processo de re-alocação desses indivíduos.

Essa análise da racionalidade, realizada na forma de rememoração pode auxiliar, no que tange à dimensão humana impactada por esse tipo de empreendimento, em consequências menos intensas para quem os sofre e isso pode resultar em ações positivas em sua qualidade de vida. Essa afirmação se dá, pois através da pesquisa de campo foi possível compreender que indivíduo racionalizando sobre o evento que culminou em sua situação atual, considera como preponderante algumas características que fazem parte de seu cotidiano.

Ainda é relevante apontar que é necessário que a população envolvida no processo seja, em todas as etapas, bem esclarecida sobre o ônus e o bônus, especialmente quando são obrigadas a vivenciarem um processo de reassentamento, por exemplo. Situação de falta de escolha do indivíduo é evidente quando o processo estrutural já é tomado como certo, ou seja, quando o melhor local para construir um barramento de rio já foi previamente escolhido para ser construído. O que resta aos indivíduos é buscar melhor compreensão dos fatos junto às entidades responsáveis pelo empreendimento. Essa compreensão deveria ser mais prática, se, por exemplo, ele adotar medidas como: procurar conhecer a área para qual será reassentado, buscar entender qual o tipo de economia que se pode realizar na futura terra, procurar ver de forma estrutural todas as etapas que vivenciará no reassentamento: desde a moradia na agrovila até as condições de transporte, e saúde disponíveis perto do reassentamento.

Para as agências que auxiliam no processo do reassentamento, é seu papel apontar todas essas questões anteriores de modo a deixar claro para os reassentados, os problemas existentes no processo evitando apontar somente os aspectos positivos sobre o novo local de moradia. Desconsiderar as experiências negativas vividas posteriormente por reassentados pode alimentar esperança de encontrar uma situação melhor e sem as devidas informações, a esperança acaba maquiando a realidade. Esse fato pode gerar uma falta de confiança na estrutura social, além de promover, como visto anteriormente, um grande número de evasão nos reassentamentos.

O processo de gestão dos indivíduos em sua propriedade, atualmente é necessário, no sentido de implementar novas propostas de atenuação dos impactos negativos vivenciados pelos indivíduos, dez anos após o processo de reassentamento ter seu início. Fica a questão, até quando o Estado é responsável pela inserção desses indivíduos na vida comunitária, na vida econômica, na esfera social e cultural? Certamente não há como mensurar o tempo adaptativo do ser humano em um novo local de moradia, mas as pessoas que estudamos estão lá há apenas 10 anos ao compararmos com o tempo de vida no local de origem. Como visto a maioria dos reassentados são naturais dos locais que foram atingidos e que tiveram que ser retirados. A adaptação na nova comunidade e o enraizamento de novas amizades é relativa para cada indivíduo, e por isso, de difícil mensuração, mas questões estruturais como o endividamento das famílias proporcionadas, também em parte, devido ao processo de adaptação, necessitam de tempo para ser diluído nas decisões econômicas das famílias, nesse sentido o governo deve fazer sua parte e contribuir para facilitar o crédito ao produtor rural e aos poucos ir cobrando a dívida dos mesmos.

Também deve ser facilitado o acesso aos insumos necessários para que a produção seja realizada. Intempéries como falta de chuva ou chuva em abundância acabam atrapalhando a produção e conseqüentemente o lucro, essa limitação de renda pode acarretar na satisfazer suas necessidades pessoais. Necessidades essas, que o governo não consegue atingir como proporcionar tempo de lazer e demais atividades que contribuam para o crescimento pessoal de cada um, como adquirir bens para si e para os seus familiares, realizar melhorias em sua propriedade, etc.

Nesse sentido, proporcionar qualidade de vida, não é somente tarefa do Estado, mas na situação de reassentamento, é necessário que a “tutela” do mesmo, através das medidas atenuadoras. Elas devem ser mais bem planejadas e executadas, considerando os problemas atuais vivenciados pelos reassentados, e inserindo-os como “modelo” em estudos posteriores. Esse trabalho pretendeu ressaltar que essas medidas atenuadoras podem ser facilitadas desde o início do processo de reassentamento, desde que sejam analisadas de forma adequada, visando promover a adaptação dos indivíduos no novo local de moradia, direcionando ações específicas frente aos problemas vivenciados; e provendo as bases para que os mesmos possam ter a partir dessa inevitável alteração, uma qualidade de vida positiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLARDT, Erik. **Tener, Amar, Ser: Una alternativa al modelo sueco de investigación sobre el bienestar.** In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida.** México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 5 ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2003

BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modrenity.* Londre: Sage, 1992.

DAVIS, James A. **Levantamento de dados em sociologia, uma análise estatística elementar.** Rio de janeiro: Zahar editores, 1976.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de Risco e Responsabilidade Socioambiental. Perspectivas para a educação corporativa.** São Paulo: Senac, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito da Natureza Intocada.** São Paulo: Cia das letras, 2000.

ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. **Governança Ambiental Global.** São Paulo: Senac, 2005.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002

GIDDENS, A. & LASH, S. **Modernização Reflexiva.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes Editora, 1989.

\_\_\_\_\_. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: UNESP, 1996.

GRANOWETER, Mark. **The Impact of Social Structure on Economic Outcomes.** *Journal of Economic Perspectives.* Volume 19, Number 1. 2005.

GUIVANT, S. Júlia. **Apresentação do Dossiê mapeando os Caminhos da Sociologia Ambiental.** In: *Política e Sociedade*, número 7, Santa Catarina, 2005

HANNIGAN, John A. *Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social.* Lisboa: Editora Instituto Piaget, 1995.

HERCULANO, Selene C. **A QUALIDADE DE VIDA E SEUS INDICADORES** (Publicado no livro *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*, Selene Herculano et al. (org.). Niterói, Eduff, 2000. <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Herculano.pdf>

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável.** Brasília: EMBRAPA, (1994). *Mundo Agrario. Revista de estudos rurais*, vol. 8, nº 15, Universidad Nacional de La Plata 2007.

LEÃO, Larissa Lara. **Considerações sobre impactos socioambientais de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) –modelagem e análise,2008**

LIMA, João Vicente B.C. **As Possibilidades de uma Socioecologia em Amartya Sen.** *Pensamento Plural* . Pelotas [03]: 121 – 145, julho/dezembro 2008

MARQUES, Maria Madalena S. **A IDENTIDADE ÁGUA ABAIXO - OS REASSENTADOS DA USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA – RS.** Dissertação de mestrado do curso de Extensão rural da UFSM, 2005.

MARTINS, Ana Raquel Paiva. **Desenvolvimento Sustentável: uma análise das limitações do índice de desenvolvimento humano para refletir a sustentabilidade ambiental.** Dissertação de mestrado defendida em 2006 pela Universidade Federal Fluminense UFF, Niterói.

MATTEDI-Raud, Cécil. **Análise Crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma litura do mercado em termos de redes e imbricação.** In: *Sociologia & Política: Revista de Sociologia Política/ Universidade Federal de Santa Catarina.* Programa de pós-graduação em Sociologia Política - v1. N.6. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2005.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: Conceitos e Princípios.** *Textos de Economia-* Florianópolis, V. 4, a.1, p.131-142.1993. [www.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/6645/6263](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/6645/6263)

ROS, César Augusto da. **A política fundiária do governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul – Brasil (1999-2002): diretrizes, dinâmica política e resultados atingidos.** 2007

RIMA do BID- Dona Francisca Hydropower Plant BR-0315. **Environmental and Social Impact Report**, Inter-American Development Bank 2000

RIMA da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)- **Relatório de Impacto Ambiental Usina Hidrelétrica Dona Francisca.** 1899

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, 1994.

\_\_\_\_\_, **Rumo à Ecosocioeconomia.** São Paulo: Cortez, 2007

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental – conceitos e métodos.** 1ª Edição- 2006, Editora: OFICINA DE TEXTOS

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SEN, AMARTYA. **Pensamento Plural** | Pelotas [03]: 121 – 145, julho/dezembro 2008

TUCCI, Carlos E. M. **Gestão da água no Brasil.** Brasília : UNESCO, 2001.

VAINER, Carlos B. “**Planejamento e Questão Ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar**”. In: *Encruzilhadas das Modernidades e Planejamento.* V Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, 24 a 27 de agosto de 1993.

VASCONCELLOS Filho, Fernando M. C. De. **Avaliação dos impactos ambientais e os grandes empreendimentos de infra-estrutura no Brasil: alcance e reducionismo.** UnB-CDS, Doutor, Política e Gestão Ambiental, 2006.

ZHOURI, Andréa. **Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability. Desafios para a governança ambiental.** Revista Brasileira De Ciências Sociais - Vol. 23 No. 68. 2008

ZUCARELLI Marcos Cristiano **O Papel do Termo de Ajustamento de Conduta no Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas**. GESTA/UFMG. Artigo apresentado no III encontro do ANNPAS, 2006.

MONOSOWKI, Elizabeth. O sertão vai virar mar, 1986 in MÜLLER, AB' SABER **Previsão de Impactos**, 1998.

WEBER, M. Conceitos sociológicos fundamentais. In **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 50-200.

Sites:

SWDBERG, Richard, 2004

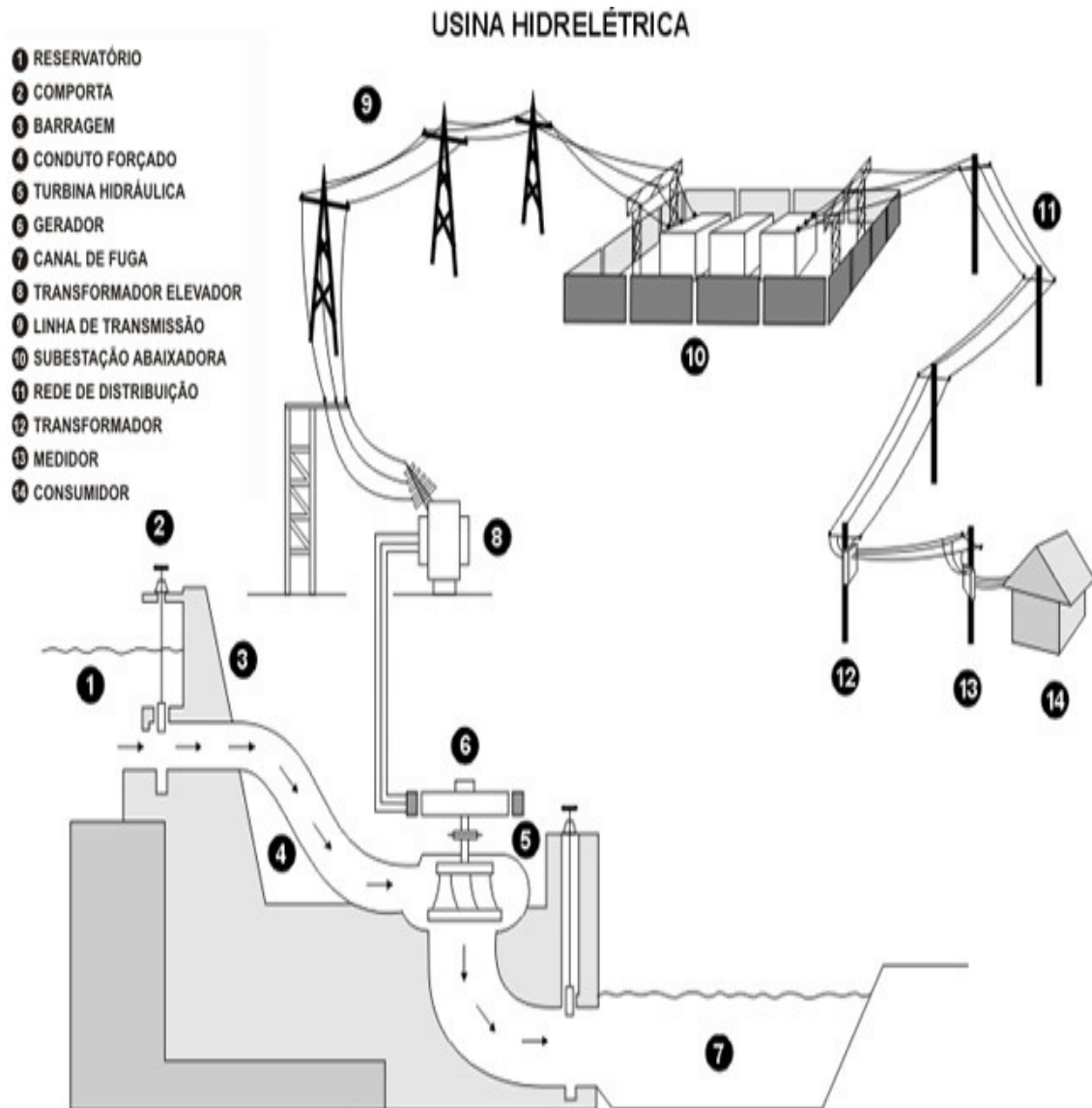
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320702004000200001&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320702004000200001&script=sci_arttext&tlng=pt)

Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)

[http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemapurnas/usina\\_hidr\\_funciona.asp](http://www.furnas.com.br/hotsites/sistemapurnas/usina_hidr_funciona.asp)

## ANEXOS

### Anexo 1: Funcionamento de uma hidrelétrica:






## **Anexo 2- Atividades que exigem Estudos de Impactos Ambientais juntamente com seu Relatório de Impacto Ambiental**

E acordo com a resolução 001/86 CONAMA, artigo 2º:

- I. estradas de rodagem com 2 (duas) ou mais faixas de rolamento;
- II. ferrovias;
- III. portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos;
- IV. aeroportos, conforme definidos pelo inciso I, art. 48, do Decreto Lei nº 32, de 18 de novembro de 1966;
- V. oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;
- VI. linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 Kw;
- VII. obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para quaisquer fins hidrelétricos, acima de 10 MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;
- VIII. extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão);
- IX. extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;
- X. aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;
- XI. usina de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10 MW;
- XII. complexo e unidades industriais e agroindustriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hidróbios;
- XIII. distritos industriais e Zonas Estritamente Industriais - ZEI;
- XIV. exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100ha (cem hectares) ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;
- XV. projetos urbanísticos, acima de 100ha (cem hectares) ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;
- XVI. qualquer atividade que utilizar carvão vegetal, derivados ou produtos similares, em quantidade superior a dez toneladas por dia ; (1)XVII. projetos agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000ha, ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental;(2)

### Anexo 3: Termo de concessão de uso

TCU - DDA  
Nº 110900011/2010

 GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AGRONEGÓCIO  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

**TERMO DE CONCESSÃO DE USO**

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, através da SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AGRONEGÓCIO, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 1384, bairro Menino Deus, em Porto Alegre – RS, neste ato representado pelo seu titular, Sr. GILMAR TIETBOHL, doravante denominado **CONCEDENTE**, faz a presente **CONCESSÃO DE USO**, do imóvel descrito na cláusula primeira, para ~~o(a) Sr(a) [nome] casado(a), agricultor(a) assentado(a), portador da Cédula de Identidade Nº [número] e CPF Nº [número] e [nome] casada, agricultora assentada, portadora da Cédula de Identidade Nº [número] e CPF Nº [número], doravante denominado(s) CONCESSIONÁRIO(S), sobre o imóvel abaixo descrito e caracterizado, com fundamento na Constituição Federal e da Constituição Estadual, sob as seguintes cláusulas e condições:~~

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** o CONCEDENTE constitui, em favor do(s) CONCESSIONÁRIO(S), o Direito de Uso, com posse indireta, sobre a fração aproximada de 17,48 ( dezessete vírgula quarenta e oito ) hectares, Lote Nº [número], inseridas dentro de um todo maior de 760,99 ( setecentos e sessenta vírgula noventa e nove ) hectares, no município de Jóia – RS, área esta de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, destinada para a instalação do Projeto de Assentamento Trinta e um de Maio.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** a parcela destina-se a exploração agropecuária e outras modalidades agroecômicas, visando assegurar o uso e gozo pleno do lote, bem como o acesso ao crédito e demais serviços indispensáveis ao progresso social e econômico do(s) CONCESSIONÁRIO(S).

**CLÁUSULA TERCEIRA:** o(s) CONCESSIONÁRIO(S) e sua família comprometem-se, por si e por seus sucessores, a residir na parcela ou em área definida pelo Projeto de Assentamento, explorando-a direta e pessoalmente, ficando proibidos de fazer sub-concessão, venda de direito de concessão, arrendamento, locação ou quaisquer outros atos de transferência de uso do imóvel para terceiros, sob pena de perda da concessão, bem como a recuperar e/ou preservar os recursos naturais existentes, na forma da legislação pertinente.

**CLÁUSULA QUARTA:** o(s) CONCESSIONÁRIO(S) facilitará(ão), a qualquer tempo, o ingresso no imóvel de representante do CONCEDENTE, devidamente credenciado, para fiscalizar o cumprimento das condições estipuladas no presente Termo, bem como da Legislação Agrária e Ambiental.

**CLÁUSULA QUINTA:** o CONCEDENTE também fará gestões junto aos órgãos competentes, em favor do(s) CONCESSIONÁRIO(S), visando o acesso do mesmo aos serviços sociais e de infraestrutura básica de interesse coletivo, indispensáveis ao desenvolvimento integrado do Projeto de Assentamento, tais como educação, sistema viário, saúde, energia, água potável, assistência técnica e financiamentos grupais e coletivos.

**CLÁUSULA SEXTA:** o CONCEDENTE autoriza o(s) CONCESSIONÁRIO(S) a constituir penhor junto às entidades oficiais de crédito: a) das lavouras cultivadas e safras obtidas na vigência deste instrumento; b) dos animais, maquinários, veículos e materiais agrícolas de propriedade do(s) CONCESSIONÁRIO(S), podendo o presente documento ser utilizado para fins de financiamento e crédito rural, previdência social, confecção de bloco de produtor rural e outras finalidades que necessitem comprovação de posse, sem qualquer responsabilidade financeira ou econômica para o CONCEDENTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** em caso de morte ou invalidez do(s) CONCESSIONÁRIO(S), o CONCEDENTE assegurará a continuidade da presente concessão aos seus sucessores que preencherem os requisitos legais e estiverem residindo, ou virem a residir na parcela ou em área definida pelo Projeto de Assentamento, explorando direta e pessoalmente, desde que comprometam-se a aceitar expressamente as condições deste instrumento, firmando um Termo Aditivo no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do evento.

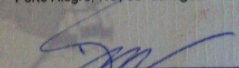
**CLÁUSULA OITAVA:** será rescindido o presente Termo, independentemente de Notificação Judicial, Extrajudicial ou mesmo de Ação Judicial, cessando-se a Concessão de Uso e revertendo-se o imóvel, lote ou parcela, de pleno direito, para a posse e domínio do CONCEDENTE, sem ônus de qualquer natureza para este, no caso do(s) CONCESSIONÁRIO(S) assentado(s) virem a fazer sub-concessão de uso, venda de direito de concessão de uso, alienação, hipoteca, arrendamento, locação do lote ou transferência da titularidade das benfeitorias da parcela de lote, ou ainda praticar quaisquer outros atos de transferência de uso do imóvel para terceiros.

**Parágrafo Único:** será ainda motivo de rescisão deste Termo, perdendo o(s) CONCESSIONÁRIO(S) o direito sobre a parcela que lhe foi destinada, o não cumprimento de qualquer das condições previstas neste instrumento e especialmente as seguintes: a) não demonstrar capacidade profissional em qualquer momento da sua atividade produtiva, salvo em situações a serem julgadas administrativamente pelo CONCEDENTE; b) deixar de cultivar direta e pessoalmente a parcela, salvo motivo de força maior, a juízo da Administração do Projeto; c) deixar de residir no local de trabalho ou na área pertencente ao Projeto, salvo quando for liberado para atuar a serviço da organização dos assentados ou realizar serviços públicos e sociais de interesse coletivo; d) deixar de aplicar convenientemente os recursos de financiamentos; e) descumprir a Legislação Agrária ou Ambiental vigente; f) tornar-se elemento de perturbação para a continuidade do desenvolvimento dos trabalhos por má conduta ou inadaptação à vida comunitária.

**CLÁUSULA NONA:** Em caso de constatação de irregularidade do concessionário ou desvio no uso da concessão, o Poder Público (concedente), cancelará a presente Concessão de Uso.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** o presente Termo de Concessão de Uso vigorará, a partir de sua assinatura, por um prazo de 10 (dez) anos a contar da homologação da Relação de Beneficiários.

Porto Alegre, RS, 03 de agosto de 2010.


  
GILMAR TIETBOHL  
Secretário da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio

CONCORDO COM O TEOR DO PRESENTE TERMO DE CONCESSÃO DE USO.

~~[assinatura]~~  
~~[assinatura]~~

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_ 02. \_\_\_\_\_



Observação: os dados pessoais, como nome, número do CPF e da identidade do agricultor e de sua esposa, bem como suas assinaturas foram apagados para manter o sigilo dos mesmos.

#### Anexo 4: Entrevista aplicada nos reassentamentos:

##### Roteiro de entrevistas com os reassentados:

Informações demográficas básicas
----------------------------------

1. Sexo: 1. ( ) Masculino 2. ( ) Feminino
2. Idade: \_\_\_\_\_
3. Estado Civil:
  1. ( ) Solteiro 2. ( ) Casado 3. ( ) Viúvo 4. ( ) Desquitado 5. ( ) Divorciado
  6. ( ) Outros
4. Número de Filhos: \_\_\_\_\_
5. Escolaridade:
  1. ( ) Sabe ler e escrever 2. ( ) Analfabeto 3. ( ) Fundamental 4. ( ) Médio
  5. ( ) Superior 6. ( ) Pós-Graduação
6. Se casado(a), seu conjugue trabalha? Sim ( ) Não ( ) Se sim, quanto ao mês?  
\_\_\_\_\_
7. Natural: Cidade: \_\_\_\_\_ localidade:  
\_\_\_\_\_
8. Cor: ( ) 1. Branca ( ) 2. Amarela ( ) 3. Parda ( ) 4. Indígena ( ) 5. Negro
9. Atividade agrícola no trabalho principal no ano de 2010 (agropecuária, silvicultura, pesca, piscicultura, pecuária, extração vegetal ou serviço geral):  
  
( ) 1. Empregado ( ) 2. Conta própria ( ) 3. Empregador ( ) 4. Não remunerado
10. Se empregado, tinha carteira assinada? ( ) 1. Sim ( ) 2. Não
11. Se empregado, qual era a jornada de trabalho (diária/ semanal/ quinzenal/ mensal)?  
\_\_\_\_\_
12. Se empregado, qual era a remuneração (diária/semanal/quinzenal/mensal)?  
\_\_\_\_\_
13. Se por “Conta Própria”, “Empregador” ou “Não remunerado”, qual a área do seu empreendimento/propriedade (hectares)? \_\_\_\_\_
14. Se por “Conta Própria”, “Empregador” ou “Não remunerado”, têm empregado(s) permanente(s) ou temporário(s)? \_\_\_\_\_
15. Tem outra fonte de renda mensal (aposentadoria, pensão, aluguel, bolsa família)?  
\_\_\_\_\_ Qual o valor/mês? \_\_\_\_\_
16. A renda mensal familiar (é a soma total da renda bruta no mês de todos aqueles que compõem a família, incluindo salários, proventos, pensões, pensões-alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos recebidos do patrimônio, renda mensal vitalícia, etc.) hoje: R\$ \_\_\_\_\_
17. Tipo de **Moradia**:  
( ) 1. Casa ( ) 2. Apartamento ( ) 3. Cômodo ( ) 4. outro
18. Qual é o material que predomina na construção das paredes externas?  
( ) 1. Alvenaria ( ) 2. Madeira aparelhada ( ) 3. Taipa não revestida (casa de barro)  
  
( ) 4. Madeira Aproveitada ( ) 5. Palha ( ) 6. Outro: \_\_\_\_\_

19. Qual é o material que predomina na cobertura?

1. Telha  2. Laje de concreto  3. Madeira aparelhada  4. Zinco  
 5. Palha  6. Outro: \_\_\_\_\_

20. Situação do **domicílio**:

1. Próprio; já pago  2. Próprio; ainda pagando.  3. Alugado  
 4. Cedido pelo empregador  5. Ocupação/Invasão  
 6. Propriedade sem documento legal.  7. Outra condição:  
\_\_\_\_\_

21. Quantos cômodos têm este domicílio? \_\_\_\_\_

22. Quantos cômodos estão sendo efetivamente usados? \_\_\_\_\_

23. Quantos banheiros de uso exclusivo dos moradores existem neste domicílio (com chuveiro ou banheira e vaso sanitário ou privada)? \_\_\_\_\_

24. A forma de **abastecimento de água** usada no domicílio é:

1. Rede geral  2. Poço ou nascente (na propriedade)  3. Poço ou nascente fora da propriedade  
 4. Carro-pipa  5. Água da chuva armazenada em cisterna  
 6. Água da chuva armazenada de outra forma  7. Rios, açudes, lagos e igarapés  
 8. Outra: \_\_\_\_\_

25. O **esgoto** do banheiro ou sanitário é lançado (ou jogado) em:

1. Rede geral de esgoto  2. Fossa séptica  3. Fossa rudimentar  
 4. Vala  5. Rio ou lago  6. Outro

26. O **lixo** deste domicílio é:

1. Coletado por serviço de limpeza  2. Queimado (na propriedade)  
 3. Enterrado (na propriedade)  4. É jogado em terreno baldio  
 5. Jogado em rio ou lago  6. Outro destino:  
\_\_\_\_\_

27. Existe **energia elétrica** no domicílio?

1. Sim, de companhia distribuidora  2. Sim, de outras fontes  3. Não existe energia elétrica  4. Outro: \_\_\_\_\_

28. Existe medidor ou relógio de energia elétrica no domicílio? ✓

1. Sim, de uso exclusivo  2. Sim, de uso comum  3. Não tem medidor ou relógio

29. Neste domicílio algum morador tem telefone celular?  1. Sim  2. Não

30. Neste domicílio tem telefone fixo convencional?  1. Sim  2. Não

31. Este domicílio tem fogão de duas ou mais bocas?  1. Sim  2. Não

32. Este fogão de domicílio utiliza predominantemente:

1. Gás de botijão  2. Gás canalizado  3. Lenha  4. Carvão  5. energia elétrica  
 6. Outro combustível: \_\_\_\_\_

33. Este domicílio tem algum filtro d'água?  1. Sim  2. Não

34. Este domicílio tem rádio?  1. Sim  2. Não

35. Este domicílio tem televisão em cores?  1. Sim  2. Não

36. Este domicílio tem televisão em preto e branco?  1. Sim  2. Não

37. Este domicílio tem aparelho de DVD?  1. Sim  2. Não

38. Este domicílio tem geladeira?  1. Sim  2. Não

39. Este domicílio tem *freezer*?  1. Sim  2. Não

40. Este domicílio tem máquina de lavar roupa?  1. Sim  2. Não

41. Este domicílio tem microcomputador?  1. Sim  2. Não

42. Este microcomputador é utilizado para acessar a internet?  1. Sim  2. Não

43. Algum morador deste domicílio tem carro ou motocicleta de uso pessoal?  
( ) 1. Carro ( ) 2. Motocicleta ( ) 3. Carro e motocicleta ( ) 4. Não

#### O reassentado interagindo em sua comunidade

44. Principais **problemas sociais** do seu assentamento/distrito/comunidade/município:

- ( ) 1. Falta de trabalho/desemprego ( ) 2. Violência/Insegurança ( ) 3. Falta de escola

- ( ) 4. Falta de condições sanitárias e de saúde em geral ( ) 5. Inflação alta  
( ) 6. Globalização e recessão ( ) 7. Corrupção do poder público (políticos)

45. Principais causas para os problemas sociais e econômicos do seu assentamento/distrito/comunidade/município:

- ( ) 1. O Estado não desempenha seu papel ( ) 2. Falta vontade política para resolver os problemas ( ) 3. Os mais ricos não se importam com os mais pobres  
( ) 4. Pobreza e exclusão ( ) 5. Os empresários e as empresas estão preocupados apenas consigo mesmo  
( ) 6. Os sindicatos e os trabalhadores não estão unidos o suficiente.  
( ) 7. Corrupção

46. Das condições de **saúde** no assentamento/distrito/comunidade/município:

- ( ) 1. Condições ótimas, atendimento rápido.  
( ) 2. Condições medianas / boas.  
( ) 3. Condições precárias, muito ruins; de difícil atendimento (sem médico e remédios gratuitos)  
( ) 4. Outros \_\_\_\_\_

47. Das condições de **segurança** no assentamento/distrito/comunidade/município:

- ( ) 1. Condições precárias, muito ruins; de difícil atendimento (sem presença de policiamento).  
( ) 2. Condições ótimas; atendimento rápido.  
( ) 3. Condições medianas / boas.  
( ) 4. Outros \_\_\_\_\_

48. Das condições de **transporte** no seu assentamento/distrito/comunidade/município:

- ( ) 1. Condições precárias, muito ruins; de difícil atendimento.  
( ) 2. Condições ótimas; atendimento rápido.  
( ) 3. Condições medianas / boas.  
( ) 4. Outros \_\_\_\_\_

#### O reassentado operando no ambiente econômico

49. Do seu relacionamento com os demais reassentados que vivem no local:

- ( ) 1. A relação é excelente com meus amigos e vizinhos do reassentamento.  
( ) 2. A relação é boa (mediana) com meus amigos e vizinhos do reassentamento.  
( ) 3. A minha relação é ruim com meus amigos e vizinhos do reassentamento.

50. Do seu relacionamento com os outros parceiros (instituições públicas e privadas) com quem interage e que tem a ver com a melhoria da qualidade de vida do assentamento/comunidade (Prefeitura, Empresa dona da USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA, EMATER, etc.):

- ( ) 1. A relação é excelente.  
( ) 2. A relação é boa (mediana).  
( ) 3. A minha relação é ruim.

51. O lugar do reassentamento no contexto da história da vida econômica dos reassentados:

- 1. Minhas condições de bem-estar e renda melhoraram muito desde que fui reassentado(a).
- 2. Minhas condições de bem-estar e renda melhoraram um pouco desde que fui reassentado(a).
- 3. Minhas condições de bem-estar e renda não melhoraram (nada mudou) desde que fui reassentado(a).
- 4. Minhas condições de bem-estar e renda pioraram desde que vim para o reassentamento.
- 5. Outros \_\_\_\_\_

**52. Do reconhecimento público por ser um reassentado, por morar nesta comunidade:**

- 1. Meus familiares, amigos e patrões/empregados (que moram fora do assentamento) valorizam muito (excelente) o fato de morar no reassentamento.
- 2. Meus familiares, amigos patrões/empregados (que moram fora do assentamento) apenas valorizam pouco (mediano) o fato de morar no reassentamento.
- 3. Meus familiares, amigos patrões/empregados (que moram fora do assentamento) não valorizam (ruim) o fato de morar no reassentamento; acham que a minha vida piorou.
- 4. Para meus familiares, amigos patrões/empregados (que moram fora do assentamento) é indiferente.

**53. Principal atividade que você faz no tempo livre:**

- 1. Ficar com a família e amigos.
- 2. Ficar com os amigos.
- 3. Ficar com os colegas de trabalho.
- 4. Viver experiências como o lazer (futebol, pescaria, etc.).
- 5. Viver experiências com a Igreja.
- 6. Outros \_\_\_\_\_

**54. Sobre a Participação Política:**

- 1. Não valoriza a participação na vida pública, não participa de sindicato nem do partido político e acha que políticos não servem para nada.
- 2. Participa do sindicato, e do partido político e acha que os políticos são agentes importantes para a transformação da sociedade.
- 3. Valoriza a participação na vida pública e participa do sindicato, mas não do partido político.
- 4. Valoriza a participação na vida pública, não participa do sindicato, mas participa do partido político.
- 5. Valoriza a política, mas, não valoriza e nem participa do sindicato nem do partido político.
- 6. Outros \_\_\_\_\_

**55. Das necessidades para crescimento pessoal:**

- 1. Voltar/continuar/aperfeiçoar os estudos.
- 2. Ter melhores condições de saúde.
- 3. Ter mais segurança no distrito/linha/município.
- 4. Melhoria da renda.
- 5. Melhoria da infra-estrutura da casa e do bairro/localidade (esgoto, asfalto, água tratada).
- 6. Outros \_\_\_\_\_

**56. O que o reassentamento representou e representa para você?**

- 1. Esperança, tranquilidade porque havia pouca possibilidade de emprego e renda aqui na região.
- 2. Melhorou pouco a qualidade de vida, pois não alterou os problemas de emprego e renda aqui nos municípios e comunidades e região.

(\_\_\_) 3. Teria sido melhor ficar onde estava: vivia melhor em termos de emprego e renda e a qualidade de vida da família.

(\_\_\_) 4. Outros \_\_\_\_\_

### O reassentado e sua vida econômica – Perguntas abertas

57. Com o que trabalhava *antes* do reassentamento e o que faz *atualmente* para sobreviver.

58. Os recursos pagos foram suficientes para a construção da nova vida no reassentamento? Recebeu mais algum recurso adicional da empresa que administra a USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA? Quanto?

59. A) Sobre a atividade econômica que desenvolve agora: Qual é? \_\_\_\_\_ Qual o seu ganho anual com esta atividade?

B) Desenvolvia esta atividade *antes* do reassentamento ou *depois*? Se a resposta for afirmativa, Qual a diferença das condições de trabalho dessa atividade *antes* e *depois* do reassentamento?

60. Poderia avaliar o suporte/apoio que o Governo Estadual deu ao assentamento, desde o início, quando da chegada das pessoas aqui?

61. Poderia avaliar o suporte/apoio que a(s) Prefeitura(s) deu ao assentamento, desde o início, quando da chegada das pessoas aqui?

62. Desde que veio para o assentamento aumentou a renda da família com a atividade que passou a desenvolver

63. Recebeu assistência técnica/gerencial de algum tipo para começar na nova atividade no assentamento? Se recebeu, como avalia esse apoio?

64. Os reassentados estão organizados em cooperativas e/ou associações por atividade econômica (por exemplo, criadores de algo) ou como assentados?

65. O que faz essa organização/associação? Como avalia sua associação/cooperativa?

66. Quais são os grandes problemas/obstáculos para a nova atividade (já no reassentamento) deslanchar?

67. Acha que o reassentamento ajudou a integrar/agregar a família? Melhoraram as condições de permanência dos jovens/filhos no interior?

68. O que é felicidade, o que o faz sentir-se feliz?

69. Que sonhos e/ou projetos alimentam sua esperança na vida?

70. O reassentamento ajudou, em alguma medida, no objetivo de ser feliz e de ter mais esperança na vida?

### Produção e Sustentabilidade

71. Sua propriedade, e a atividade que desenvolve nela, está em conformidade com as exigências legais quanto à reserva legal e/ou área de preservação permanente?

72. Algum órgão público ambiental exigiu algum tipo de licença para o início de sua atividade?

73. Saberria dizer se o reassentamento produziu algum dano ambiental que precisa ser mitigado/atenuado?

74. Avalia que foi e é bem orientado quanto às exigências ambientais que cercam a atividade agrícola que desenvolve hoje (uso sustentável de recursos naturais, manejo de agrotóxicos, resíduos, efluentes, etc.)?

75. Acha que é importante à preocupação ambiental? Alguma evento local lhe chama à atenção no sentido de destruição da natureza?

- 76.** Como avalia hoje a criação da Hidrelétrica de D. Francisca? Acha que eles obedeceram à legislação ambiental? A USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA produziu algum grande dano à natureza?
- 77.** Avalia que a forma como administra sua propriedade protege ou ameaça a natureza?



## Anexo 5: Localização da Usina Hidrelétrica Dona Francisca

